

***PROJETO DE  
CARACTERIZAÇÃO  
DOS TERRITÓRIOS  
TRADICIONAIS***

The page features two large, overlapping, rounded rectangular outlines in green and orange that frame the central text. A small orange horizontal line is positioned below the main title.

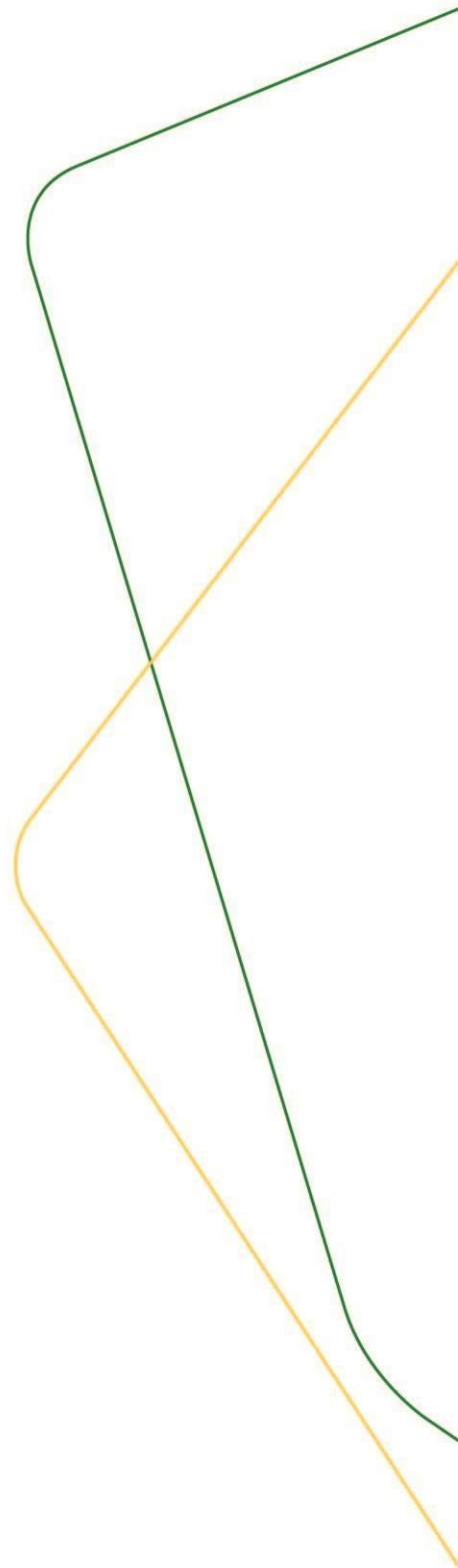
# *7.1 Relatório Técnico Analítico Final do PCTT*

---

*Projeto de Caracterização dos Territórios  
Tradicionais (PCTT ou Projeto POVOS)*

*Processo IBAMA nº 02001.126220/2017-34*

*Validado*



## Sumário

### Sumário

<b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2. NÓS POR NÓS MESMOS.....</b>	<b>12</b>
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>16</b>
<b>4. NÚMEROS DA CARACTERIZAÇÃO .....</b>	<b>30</b>
Entregas de Publicações: .....	50
<b>5. PROCESSOS FORMATIVOS E BANDEIRAS DE LUTA DOFCT .....</b>	<b>59</b>
5.1 A Caracterização enquanto um processo formativo:.....	59
5.2 Resultados do núcleo jovem do FCT. ....	64
5.3 Educação Diferenciada .....	65
<b>6. DA TERRA LIVRE AO TERRITÓRIO ÚNICO.....</b>	<b>68</b>
6.1 Resultados dos levantamentos através da Matriz FOFA.....	121
Forças.....	121
Fraquezas.....	122
Oportunidades.....	123
Ameaças.....	124
<b>7. USOS DA CARACTERIZAÇÃO NO TERRITÓRIO .....</b>	<b>125</b>
<b>8. PLATAFORMA WEBMAPAS .....</b>	<b>131</b>
Servidor (máquina virtual): .....	143
Aplicações Instaladas: .....	143
Servidor web:.....	143
Linguagem de Script web:.....	144
Gerenciador de Banco de Dados:.....	144
Tecnologias Utilizadas: .....	144
<b>9. A COMUNICAÇÃO POVOS .....</b>	<b>146</b>
9.1 Construção Participativa .....	148
9.2 Formação .....	150
9.3 Produção e Alcance .....	154
9.4 Pandemia .....	157
<b>10. PERDAS E DANOS .....</b>	<b>158</b>
Metodologia .....	159



Principais resultados .....	161
<b>11. APONTAMENTOS FUTUROS .....</b>	<b>164</b>
<b>12. EQUIPE TÉCNICA.....</b>	<b>168</b>
<b>13. RESPONSÁVEL TÉCNICO .....</b>	<b>177</b>
<b>14. ANEXOS .....</b>	<b>178</b>
Anexo I – Patrimônio Cultural .....	178
Anexo II - Caderno de Mapas Carapitanga, Juatinga, Norte de Ubatuba I .....	178
Anexo III - Caderno de Mapas Sul de Angra, Baía de Paraty, Centro de Ubatuba, Sul de Ubatuba .....	178
Anexo IV - Caderno de Mapas Norte de Paraty, Territórios Caiçaras do Sul de Paraty, Norte de Ubatuba II .....	178
Anexo V- Conjunto de Oficinas de Capacitação .....	178
Anexo VI – Conjunto de Oficinas de Monitoramento .....	178
Anexo VII – Conjunto de Partilhas Temáticas.....	178
Anexo VIII – Conjunto de Reuniões Municipais.....	178
Anexo IX – Conjunto de Reuniões de Planejamento e Pactuação .....	178
Anexo X – Conjunto de Vídeos Produzidos .....	178
Anexo XI – Conjunto de Eventos de Apresentação .....	178

## Índice de Figuras

Figura 1: Etapas da conquista pela condicionante .....	12
Figura 2: Equipe Projeto Povos, em atividade de planejamento. Paraty, 2019.....	37
Figura 3: Equipe Projeto Povos em atividade de intercâmbio com projetos de cartografia social. Baixada Fluminense, 2023 .....	43
Figura 4: Entrega da Publicação MT Península da Juatinga na Praia Grande da Cajaíba, 2022 .....	51
Figura 5: Entrega da Publicação MT Norte de Ubatuba na Praia do Estaleiro, 2022.....	51
Figura 6: Entrega Aldeia Boa Vista, 2022 .....	52
Figura 7: Entrega da Publicação MT Carapitanga na no Quilombo do Campinho da Independência, 2022. ....	53
Figura 8: Entrega da Publicação MT Norte de Ubatuba II no Quilombo do Sertão de Itamambuca, 2023. ....	53
Figura 9: Entrega da Publicação Norte de Ubatuba II na Comunidade Caiçara de Puruba, 2023.....	54
Figura 10: Entrega da Publicação Territórios Caiçaras do Sul de Paraty na Praia do Sono, 2023 .....	54
Figura 11: Entrega da Publicação MT Norte de Paraty na Comunidade Caiçara de Tarituba, 2023. ....	55



Figura 12: Entrega da Publicação MT Carapitanga na Aldeia Araponga, 2022 .....	55
Figura 13: Entrega da Publicação MT Norte de Paraty na Aldeia Pataxó, 2023 .....	56
Figura 14: Entrega das Publicações para a Rede Municipal de Professores de Ubatuba, 2023.....	56
Figura 15: Entrega da Publicação MT Sul de Angra dos Reis no Quilombo do Bracuí, fevereiro de 2024. .....	57
Figura 16: Entrega da Publicação MT Sul de Angra dos Reis na Comunidade do Frade. Fevereiro de 2024. ....	57
Figura 17: Entre das Publicações ao Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. Brasília, 2023.	58
Figura 18: Formação com educadores de Ubatuba, 2023 .....	66
Figura 19: Aparência da plataforma de webmapas do Projeto Povos, com algumas funcionalidades destacadas .....	144
Figura 20: Dados de cartografia social do Quilombo do Campinho .....	145
Figura 21: Plenária de pactuação do plano de comunicação do Projeto Povos, 2019 .....	147
Figura 22: Elementos da identidade visual do Projeto Povos construídas coletivamente com as comunidades.....	149



Figura 23: Oficina de formação em Ubatumirim com representantes de dez comunidades contempladas no Projeto Povos .....	150
Figura 24: Comunitários durante formação audiovisual .....	151
Figura 25: Depoimentos de participação em oficinas de formação em comunicação. ....	153
Figura 26: Registro das comunidades durante a Campanha Cuidar é Resistir .....	157
Figura 27: Mapa ilustrando os principais impactos sofridos pelas comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e caiçaras) no Litoral Norte de São Paulo e Sul Fluminense .....	163

## Índice de Tabelas

Tabela 1: Rodadas de Caracterização .....	29
Tabela 2: Lista de Comunidades Tradicionais Caracterizadas pelo Projeto Povos .....	30
Tabela 3: Relação de entregas de publicações realizadas .....	49
Tabela 4: Relação das Oficinas de Formação realizadas do POVOS:TEMA .....	60
Tabela 5: Relação de Partilhas Temáticas realizadas no Povos .....	64
Tabela 6: Uso do Povos em processos jurídicos .....	125
Tabela 7: Futuros usos do Povos em processos jurídicos .....	125
Tabela 8: Elementos presentes na Plataforma Webmaps .....	133
Tabela 9: Tipos (legendas) das feições do tipo “ponto” na plataforma de Webmaps .....	133
Tabela 10: Tipos (legendas) das feições do tipo “linha” na plataforma de Webmaps .....	139
Tabela 11: Tipos (legendas) das feições do tipo “polígono” na plataforma de Webmaps .....	139
Tabela 12: Classes das feições existentes na plataforma de Webmaps .....	142
Tabela 13: Lista de possíveis novos Impactos e Classes de Impactos associados à cadeia do petróleo e gás no território. Fonte: OTSS, 2022 .....	161



## 1. APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta os resultados acumulados ao longo de cinco anos de execução do PCTT - Projeto Povos. Trata-se do Produto 7.1, que compreende o “Relatório Técnico Analítico Final do Processo de Caracterização dos Territórios Tradicionais”. Ao longo desse período, foram realizadas diversas etapas de coleta e análise de dados, envolvendo a participação ativa das comunidades locais e o emprego de metodologias participativas. O relatório sintetiza as informações obtidas, apresentando características sociais, culturais, econômicas e ambientais dos territórios estudados, contribuindo assim para uma compreensão mais ampla e embasada dessas realidades.

A realização do Projeto foi Povos viabilizada graças à colaboração de diversos atores e parceiros estratégicos os quais contribuíram, desde a concepção da proposta até a sua efetiva execução.

Entre os parceiros, destacam-se instituições governamentais, organizações lideranças comunitárias, movimentos sociais, bem como representantes de agências de fomento e financiamento. Cada um desempenhou um papel fundamental na articulação, na captação de recursos, no suporte técnico e na mobilização das comunidades envolvidas. O envolvimento desses parceiros reflete não apenas a complexidade do projeto, mas também o compromisso coletivo com a valorização da inclusão das populações locais em todas as etapas que envolvem os processos de licenciamento ambiental. Ao longo dos próximos parágrafos, será apresentado um breve histórico das etapas e dos esforços conjuntos que culminaram na realização do projeto Povos.

O Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) nasce da parceria entre o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis/RJ, Paraty/RJ e Ubatuba/SP (FCT) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), apoiado pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e pela Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec). O OTSS é um Programa que reúne projetos de pesquisa que utilizam a metodologia da Pesquisa-Ação e tem como premissas a Ecologia de Saberes, a Abordagem Ecológica e a Abordagem Comunicativa do Planejamento Estratégico-situacional. Tem como foco os determinantes sociais de saúde e da sustentabilidade no território da Bocaina, especialmente nas comunidades articuladas ao Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT). O OTSS abarca diferentes ações e projetos de identificação, mapeamento, observação,





sistematização, instrumentalização e capacitação, incubação de processos e formação de lideranças dos territórios tradicionais, possibilitando o desenvolvimento, aplicação, avaliação e reaplicação de tecnologias inovadoras adequadas às necessidades do território e à promoção da sustentabilidade socioambiental e da saúde.

Dentro do grande guarda-chuva de ações e projetos do OTSS, em novembro de 2018 foi assinado contrato entre a Petrobras e a Fiotec para que o OTSS/FCT realizasse o Projeto de Caracterização de Territórios Tradicionais Caiçaras, Quilombolas e Indígenas, de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (PCTT), por obrigatoriedade de condicionante do licenciamento da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 1.

Diante do fato de que as atividades relacionadas à cadeia produtiva de petróleo e gás na Bacia de Santos têm potencial de causar impactos socioambientais e transformações no território da Bocaina, principalmente nas comunidades tradicionais, que são mais suscetíveis aos prováveis impactos sociais, podendo agravar algumas situações de conflito e vulnerabilidade; a caracterização dos territórios ocupados por comunidades tradicionais caiçaras, quilombolas e indígenas teve por objetivo produzir um material que capaz de mapear e visibilizar a realidade socioeconômica, ambiental e cultural vivida por estas comunidades, a partir de um processo participativo construído junto aos representantes de Povos Comunidades Tradicionais (PCTs).

O PCTT, financiado pela Petrobras, é uma ação que foi executada pelo OTSS, em parceria com a Fiocruz, Fiotec e o FCT, por exigência do Licenciamento Ambiental Federal conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, é um movimento social fundado em 2007 a partir da reunião de lideranças indígenas, quilombolas e caiçaras em defesa de seus territórios e pela garantia de seus direitos. Sua forma de organização e suas reivindicações estão ancoradas, entre outros dispositivos do marco legal brasileiro e internacional, no Decreto Presidencial 6040/2007 e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário e que reconhece os direitos dos povos e comunidades tradicionais.





O FCT atua exercendo o controle social, ao participar dos espaços de tomada de decisão e construção de políticas públicas, como conselhos, comitês, audiências públicas etc. Além disso, exercem o advocacy junto às instituições públicas diretamente relacionadas aos conflitos socioambientais, territoriais ou às pautas dos direitos básicos, individuais e coletivos, dos grupos tradicionais articulados a ele.

Em 2012, enquanto ocorria a primeira etapa do Programa de Educação Ambiental, condicionante da etapa 1 do licenciamento ambiental do Pré-Sal, lideranças do FCT tomaram conhecimento de outra condicionante presente na mesma licença, que exigia aos empreendedores (petrolíferas que exploram o Pré-Sal na Bacia de Santos) que contratassem pesquisa para a Caracterização dos Territórios Tradicionais Quilombolas e Indígenas. No mesmo ano, a parceria entre o FCT e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) ganhava corpo e, nos anos seguintes, consolidou-se na constituição do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS). Ciente da condicionante e fortalecidos por parcerias estratégicas e sua atuação juntos aos órgãos públicos, o FCT pressionou tanto o IBAMA, quanto a Petrobras, para que eles fossem os protagonistas na realização da pesquisa exigida pela condicionante ambiental.

O processo de negociação que culminou na contratação da pesquisa durou seis anos. Neste período, o OTSS firmou acordos de Cooperação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que permitiram a estruturação de uma sede para o projeto e a formação de uma equipe constituída de pesquisadores detentores de conhecimentos acadêmicos e conhecimentos tradicionais, em uma Pesquisa-Ação sob os princípios da Ecologia dos Saberes, da Pedagogia da Autonomia e da Governança Estratégica-Comunicativa.

Dado que a condicionante que exige a realização da caracterização dos territórios tradicionais tem como foco as populações tradicionais articuladas ao FCT, em sua região de atuação; e visto que o Ibama – condutor do processo de licenciamento – entendeu que movimento social deveria ser, ao mesmo tempo, beneficiário e protagonista da ação de caracterização; o FCT indicou a Fiocruz – sua parceira na constituição do OTSS – como a organização a ser contratada para a realização da pesquisa.

Tal entendimento (indicação, pelo FCT, da Fiocruz como executora da pesquisa) foi aceito pela Petrobras – contratante/financiadora da pesquisa – e, após o departamento jurídico da empresa e a procuradoria da Fiocruz se pronunciarem sobre a não necessidade



de concorrência licitatória, deu-se início ao processo de contratação direta da Fiotec (Fundação de Apoio à Fiocruz), que é a responsável pela gestão administrativa e financeira da pesquisa. Para tanto, técnicos da Petrobrás e do OTSS desenharam o projeto executivo, que leva em consideração os termos de referência (TR) elaborados anteriormente pelo Ibama, incluindo as populações Caiçaras, Quilombolas e Indígenas, delimitando os territórios de atuação da pesquisa e indicando objetivos, escopo e metodologias da pesquisa.

O Termo de Referência participativo, elaborado em conjunto com as comunidades e a partir da representação do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), desempenha um papel fundamental na produção de produtos e resultados relevantes e adequados aos interesses dos diversos PCTs. Essa importância se destaca pela premissa de que o TR é um instrumento norteador para estruturar a metodologia participativa do projeto, sendo essencial para orientar as ações e direcionar os resultados. A adequação do TR aos interesses locais e demandas específicas dos povos envolvidos é crucial para garantir a qualidade da pesquisa, por exemplo:

- Qualificar informações nos estudos de Estudos de Impacto Ambiental (EIA): Muitas vezes, os EIA se limitam a uma listagem genérica e pouco informativa sobre povos e comunidades tradicionais. O Projeto Povos proporcionou um mapeamento das comunidades a partir do olhar dos seus representantes, rompendo com os processos de invisibilização dessas populações.
- Atuação ativa das comunidades nos processos de licenciamento: Durante os processos de audiências públicas foi evidente a participação das comunidades demandando maior visibilidade nos estudos de EIA e nos processos de licenciamento como um todo.

Em 2019, durante uma Oficina de apresentação da equipe Povos aos movimentos sociais nacionais, com a participação do Ibama e da Petrobras, realizada no quilombo do Campinho, foi escolhido que o Projeto de Caracterização dos Territórios Tradicionais (PCTT) seria batizado de “Projeto Povos: Território, Identidade e Tradição”. Essa escolha refletiu a essência do projeto, que visa não apenas caracterizar os territórios tradicionais, mas também reconhecer e valorizar a identidade e a tradição dessas comunidades. Sendo assim, a



caracterização das terras tradicionalmente ocupadas por comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas nos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, tem como propósito apresentar seus modos de vida tradicional, nas diversas dimensões político culturais, socioeconômicas, simbólicas e espirituais. Este trabalho é desenvolvido a partir do protagonismo desses Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) na construção, desenho e implementação do processo, por isso a máxima definida em um dos primeiros encontros entre o PCTT e os movimentos sociais: “Nós por nós mesmos”.

Está sistematizado nesse relatório o histórico do processo de caracterização. Iniciamos esse documento ressaltando a importância da realização da condicionante ambiental pela voz do território e suas consequências, no “Capítulo 2: Nós por nós mesmos”. No “Capítulo 3: Metodologia”, procuramos mostrar o processo de construção e execução da caracterização dos territórios tradicionais a partir das técnicas e metodologias adotadas. Na sequência, apresentamos o “Capítulo 4: Os números da Caracterização”, onde constam informações sobre as rodadas de caracterização, os conjuntos de comunidades de cada microterritório, a relação das comunidades e a descrição das atividades desenvolvidas em cada etapa do projeto. No “Capítulo 5: Processos Formativos e Bandeiras de Luta”, trouxemos a importância dos processos formativos estarem conectados às bandeiras de luta do FCT, evidenciando os desafios e as percepções dos pesquisadores comunitários durante os processos de apropriação das ferramentas que foram utilizadas durante o projeto. O desenvolvimento da tese sobre os elementos que promovem conexão intercomunitária e que, portanto, não seria possível trabalhar com as comunidades de forma isolada, é trabalhado no “Capítulo 6: Da Terra Livre ao Território Único”. No “Capítulo 7: Usos da Caracterização no Território”, trazemos a relação de iniciativas coordenadas pelo OTSS onde os materiais produzidos pelo Projeto Povos vêm sendo utilizados. A compilação do extenso volume de dados e produção de informações resultantes da cartografia é apresentada no “Capítulo 8: Plataforma WebMaps”. No “Capítulo 9: Comunicação Povos” é relatado o trabalho desenvolvido no processo de elaboração e divulgação de conteúdos como publicações, sites, matérias, produção de vídeos e processos formativos. Em seguida, trazemos um resumo sobre os processos de estudo do Grupo de Trabalho Perdas e Danos, o qual tem como foco ampliar os conhecimentos sobre os impactos negativos causados pela cadeia de exploração de petróleo e gás sobre os povos e comunidades tradicionais. Por fim, finalizamos esse



relatório com uma reflexão sobre até onde chegamos e para onde precisamos caminhar, apontando para ações de continuidade a partir dos resultados alcançados com a execução da Área 1 do PCCT.

## 2. NÓS POR NÓS MESMOS

*“A filosofia da ciência é tão útil para os cientistas como ornitologia é para os pássaros”*

*Richard Feynman*

O Projeto Povos é uma conquista e realização histórica do Fórum de Comunidades Tradicionais. Por essa iniciativa, construímos caminhos para dar visibilidade às comunidades e seus territórios, as quais são frequentemente excluídas de políticas públicas por não serem oficialmente reconhecidas pelo Estado em suas especificidades e identidades culturais. Essa expressão "dar visibilidade às comunidades tradicionais" está intrinsecamente relacionada ao fato de que o reconhecimento desses grupos pelo Estado é fundamental para desencadear medidas para processos de regularização fundiária dos territórios tradicionais. Esse reconhecimento permite que essa população tenha acesso a uma série de direitos garantidos por leis, pela constituição e por acordos internacionais. Foram necessários anos de disputas e diálogos com a empresa Petrobras e diversas instituições de Estado para que esta condicionante saísse do papel e estivesse nas mãos mais apropriadas para a realização do trabalho, as mãos de quem vive nesse território.

Durante essa disputa, a licença prévia foi emitida em setembro de 2012, momento em que o órgão ambiental solicitava a caracterização apenas dos indígenas e quilombolas, deixando os caiçaras de fora. Somente em abril de 2014 é que os caiçaras foram incluídos com a emissão do Termo de Referência (TR). O Projeto Povos foi contratado e teve início em 2018. Além disso, o FCT também desempenhou um papel importante no controle social<sup>1</sup> de

<sup>1</sup> Controle social é um processo pelo qual os cidadãos e grupos sociais participam ativamente na monitorização, fiscalização e avaliação das políticas públicas, programas e projetos desenvolvidos pelo governo ou por outras entidades. Envolve o engajamento dos cidadãos na formulação, implementação



outras condicionantes, como o Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde (PEA Costa Verde), por meio de um grupo de trabalho dedicado ao monitoramento. Após o Projeto Povos, o OTSS/FCT conquistou, por meio de processo licitatório e em parceria com a Fiocruz/Fiotec o direito de executar o PEA, denominado Projeto Redes. Como o Projeto Povos foi iniciado quando a exploração do Pré-sal já estava em andamento, foram levantados não apenas os impactos atuais e históricos, mas também foi possível, por meio das informações do Povos, criar e fortalecer um grupo de trabalho focado nas perdas e danos que não são abordados nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) ou nos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA).

**Projeto POVOS**  
 Território, Identidade e Tradição

**LUTA PELA CONDICIONANTE**

- **2012:** IBAMA condicionante ambiental- Etapa 1 do Pré- SAL quilombolas e indígenas
- **2013:** Inserção Caiçaras
- **2014:** 1º TR elaborado e Petrobras pede Suspensão
- **2015:** Batalha do FCT junto ao IBAMA
- **2016:** Inquérito MPF e 2º TR Caiçaras
- **2018:** Ofício FCT (CNCTC/CONAQ/CGY)  
 Audiência Pública Etapa 3 Pré Sal  
 Contrato da Petrobras com FIOTEC e FCT
- **2018/2019:** Início POVOS
- **2024:** Ampliação POVOS

Figura 1: Etapas da conquista pela condicionante

e avaliação de políticas e ações governamentais, garantindo transparência, prestação de contas e participação democrática. O controle social pode ser exercido por meio de diferentes mecanismos, como audiências públicas, conselhos de participação popular, observatórios sociais, manifestações e mobilizações sociais, entre outros.





A conquista da realização dessa condicionante ambiental possibilitou a produção de dados e sistematização de conhecimentos a partir da perspectiva dos agentes que convivem com os impactos socioambientais causados pela cadeia de exploração de petróleo e gás, pois a equipe de campo do projeto é formada por pessoas de comunidades quilombolas, indígenas e caiçaras que atuam no FCT. O fato de o projeto Povos ser realizado pelo FCT permite uma abertura de diálogo e de entendimento com as comunidades que se identificam com os agentes, por eles serem comunitários da região, podendo estabelecer um maior nível de confiança durante os processos de pesquisa-ação.

Essa virada epistêmica contribuiu nos processos de elaboração das oficinas e nos diálogos necessários para consolidar uma ação que busque não apenas construir os mapas, mas também relações de fortalecimento das comunidades como um todo, através de suas associações locais. Dessa maneira, a equipe em campo é capaz de criar e adequar ferramentas técnicas, sociais e científicas nas quais estejam presentes seu modo de ser, suas formas de se expressar e de viver.

Na esfera acadêmica, diversos estudos evidenciam que as relações históricas das comunidades tradicionais, em sua maioria, estão alinhadas com práticas de conservação ambiental, ao mesmo tempo em que utilizam os recursos naturais de maneira sustentável para manter seus modos de vida sem esgotar o meio ambiente. Essas comunidades têm uma presença ancestral nessas regiões, atravessando diferentes períodos históricos de ocupação do território, desde as populações indígenas até os impactos da colonização e miscigenação forçada.

Entretanto, é contraditório observar que muitos desses estudos não são levados em consideração na defesa dos direitos das comunidades, especialmente no contexto de criação e gestão de Unidades de Conservação. Estas, muitas vezes inspiradas em modelos estrangeiros e fundamentadas em critérios estritamente acadêmicos, negligenciam o conhecimento tradicional, apesar de ser amplamente reconhecido pela comunidade científica internacional. Tal abordagem resulta na marginalização das populações nativas, revelando um viés de racismo ambiental evidente: o Estado favorece interesses privados, omitindo-se e facilitando a especulação imobiliária e o acesso às terras pelo capital, enquanto áreas de grande impacto ambiental, como mansões, hotéis e condomínios de luxo, muitas vezes



escapam das medidas supostamente voltadas para a conservação. Paradoxalmente, são esses empreendimentos os mais nocivos para os ecossistemas naturais.

As comunidades tradicionais vivem e organizam seu cotidiano baseadas na transmissão de conhecimentos pela oralidade através das gerações, assim como incorporam métodos diversos para preservação dos saberes, como registros materiais, corporais e rituais. Embora façam uso da escrita, essa forma de linguagem não é o determinante principal e isolado das construções de entendimento do mundo. Um constante desafio e um conflito que se coloca à frente das relações entre a chamada ciência acadêmica e o conhecimento comunitário é o rompimento de rótulos e de estereótipos que muitas vezes são continuados, como a posição confortável em que pesquisadores se colocam como detentores de um conhecimento norteador das relações e dos diálogos com as comunidades. Uma imposição de conceitos, ideias, palavras e práticas que não são significativos para as comunidades, dentro de fórmulas prévias elaboradas longe dos territórios.

Na tentativa de romper com o fluxo descrito acima, o caminho da investigação e pesquisa construído através do Povos se mostra enquanto um modo de fazer a partir das especificidades culturais desses povos. Ao contrário de pesquisas que procuram “revelar” o modo de vida tradicional, por meio do projeto Povos procuramos elaborar formas de falar sobre nós a partir de caminhos e referenciais locais: Nós por nós mesmos.

Para além do momento da construção dos mapas da cartografia social, é preciso dar continuidade de apropriação dessa ferramenta e do entendimento construído, sem a ilusão de resolução imediata dos conflitos, mas com a perspectiva reforçada pela crescente assimilação do papel das comunidades como protagonistas e não como objeto de estudo.

Dada a abrangência de situações e contextos que uma cartografia social alcança e a importância dela para povos originários e comunidades tradicionais, é necessário que esta ferramenta seja efetivada e fortalecida como uma política pública e não apenas como uma condicionante de exploração do pré-sal, que acaba por limitá-la em tempo de execução, recursos e recorte geográfico.

Após cinco anos de projeto, o FCT entende que a conquista pelo direito de realizar essa condicionante é apenas um passo num processo de luta mais amplo. Consideramos que o processo de caracterização dos territórios tradicionais deve ser uma ação contínua, realizada em todo o país pelas mãos de quem vive e cuida dos territórios tradicionais,





extrapolando os parâmetros de condicionantes ambientais previstas nos Estudos de Impacto Ambiental e transformando-se em política pública; atuando diretamente na promoção de justiça socioambiental de povos e comunidades tradicionais presentes em todo o território nacional.

### 3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para executar o Projeto Povos veio se adaptando e consolidando ao longo desses 5 anos, e a cada ciclo de caracterização, a equipe pôde avaliar os métodos e aprimorá-los, quando possível, com os recursos disponíveis.

A equipe avalia que o projeto desenvolveu uma metodologia que alcançou boa parte dos resultados potenciais e esperados, e nesse sentido, a metodologia se consagrou como um caso de sucesso na realização da caracterização das comunidades tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

Os resultados do Projeto Povos foram alcançados graças a interação entre uma **estrutura** - organizacional e epistemológica, que serviu de base - e uma **dinâmica de funcionamento** que permitiu adequações e aprimoramentos ao longo da execução do projeto. Os ajustes metodológicos foram sendo feitos a partir da avaliação da equipe de campo para identificar as urgências do território e para pensar em formas de aprimoramento técnico da coleta e sistematização de dados.

Entre as bases teórico-metodológicas que orientam o trabalho do OTSS que também serviram de ponto de partida do Projeto Povos, destacam-se:

1. Quem executa o projeto
2. Ecologia de saberes e escuta ativa
3. FOFA (matriz de diagnóstico rápido: Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças)
4. INRC/IPHAN (metodologia criada para mapear e identificar bens culturais e criar os Inventários Nacionais de Referências Culturais)
5. Cartografia social e cartografia insurgente
6. Georreferenciamento de dados especiais: o campo e o uso do programa ArqGIS Survey 123
7. Entrevistas em campo para coleta dos dados primários



8. Levantamento de dados secundários sobre os territórios caracterizados
9. Elaboração das Publicações

## 1. Quem executa o projeto

O OTSS é um espaço tecno-político do FCT, e por isso tem algumas diretrizes no que concerne à composição das equipes que atuam nos projetos. Diferente das empresas que executam outras condicionantes da cadeia do petróleo e gás, o OTSS se baseia no conceito de Ecologia de Saberes para definir sua metodologia de trabalho e compõe suas equipes com significativa presença de técnicos provenientes das comunidades locais.

A execução do PCTT foi construída e colocada em prática por uma equipe diversa, multidisciplinar, formada por representantes de comunidades tradicionais indígenas guarani, caiçaras e quilombolas e pesquisadores acadêmicos. Na equipe havia saberes no campo da biologia, antropologia, sociologia, geografia, agronomia, pedagogia, educação popular e do campo, políticas públicas, saúde, pesca, agricultura, música, dança, literatura, nutrição, gastronomia e línguas guarani mbya.

A presença dos técnicos provenientes de comunidades tradicionais de Ubatuba, Paraty e Angra dos Reis, contribuiu de maneira central para a execução do projeto. Entre os fatores positivos da presença dessas pessoas na equipe, destacam-se:

- Maior conhecimento prévio da equipe sobre o território (dos lugares, pessoas e dinâmicas relacionais);
- Maior confiança na interação das comunidades com os processos do projeto;
- Diálogo permanente dentro da equipe promoveu troca de saberes para superar desafios e aperfeiçoar a atuação da equipe como um todo

## 2. Ecologia de Saberes



A ecologia de saberes ressalta a importância dos conhecimentos tradicionais que vem do território na construção de todo os materiais e resultados do projeto, como pilar de sustentação do modo como as comunidades são caracterizadas.

A ecologia de saberes é um conceito que reconhece e valoriza a diversidade de conhecimentos presentes em diferentes culturas e comunidades, promovendo o diálogo e a interação entre saberes tradicionais e científicos. No contexto da caracterização dos territórios tradicionais, a ecologia de saberes destacou a importância dos conhecimentos tradicionais na construção e desenvolvimento do Projeto Povos.

Os conhecimentos tradicionais são uma fonte rica de sabedoria acumulada ao longo de gerações pelas comunidades tradicionais, que mantêm uma profunda conexão com seus ambientes naturais e culturais. Esses conhecimentos são muitas vezes transmitidos oralmente e estão enraizados em práticas cotidianas, rituais, mitos e tradições, refletindo uma compreensão integrada do mundo.

Quando incorporados à pesquisa, os conhecimentos tradicionais oferecem uma perspectiva única e complementar aos métodos científicos convencionais. Eles fornecem insights valiosos sobre a ecologia, a biodiversidade, as relações entre seres humanos e natureza, e as estratégias de adaptação e resiliência diante das mudanças ambientais. Além disso, os conhecimentos tradicionais muitas vezes contêm informações detalhadas sobre práticas de manejo sustentável de recursos naturais, medicina tradicional, agricultura tradicional, conservação da biodiversidade e preservação/salvaguarda do patrimônio cultural. A integração desses conhecimentos é fundamental para identificar práticas sustentáveis e soluções inovadoras para enfrentar os desafios contemporâneos, como mudanças climáticas, perda de biodiversidade e segurança alimentar.

A ecologia de saberes reconhece a importância de promover o diálogo e a colaboração entre diferentes formas de conhecimento, respeitando e valorizando a expertise das comunidades locais. Isso promove o empoderamento e a inclusão desses grupos no processo de produção de conhecimento, contribuindo para uma pesquisa mais responsável, justa e culturalmente apropriada.

### 3. FOFA



Como uma das metodologias de trabalho empregada ao longo da caracterização, para uma análise prévia de cada comunidade, é empregada a F.O.F.A. (tradução do termo SWOT Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats), também denominada como Matriz FOFA e Análise FOFA. Esta metodologia tem como fundamento a compreensão de relações em um determinado campo (aqui para o trabalho do projeto, as comunidades tradicionais) e obtenção de informações que direcionam as etapas posteriores do Projeto.

Pela Matriz FOFA, é possível observar quatro vertentes: Fatores Internos (controláveis): Forças (Pontos Fortes) e Fraquezas (Pontos Fracos); Fatores externos (incontroláveis): Oportunidades (Pontos Fortes) e Ameaças (Pontos Fracos).

No contexto da caracterização dos territórios tradicionais essa é uma ferramenta útil para criar um panorama abrangente da realidade local, identificando principais dificuldades e potencialidades, sendo um passo importante para situar a equipe e a comunidade nas próximas etapas da caracterização. Os elementos mapeados nessa etapa são fonte, por exemplo, para a estruturação de entrevistas que são construídas e aplicadas em fase posterior. Esse levantamento também orienta a confecção dos mapas, pois ali já estão sinalizados pontos importantes relacionados às práticas culturais, atividades produtivas, prestação de serviços e infraestrutura.

#### 4. INRC/IPHAN

Durante o processo de caracterização, uma das técnicas de pesquisa utilizada foi o levantamento de referências culturais das comunidades, utilizando as categorias de patrimônio cultural presentes na metodologia utilizada no programa nacional de patrimônio imaterial do IPHAN, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).

O mapeamento dos elementos culturais das comunidades traz informações importantes para a caracterização dos modos de vida tradicionais. Se debruçar a entender como se dão as atividades produtivas (quais as técnicas, como ocorrem, quem detém esse conhecimento, quais materiais são utilizados na confecção de utensílios, em qual época do ano se manifestam) significa trazer informações fundamentais para o entendimento sobre as formas de uso e ocupação do território, pois tais atividades se conectam as demais estruturas da vida social, como celebrações, festejos, crenças, manifestações culturais, lugares sagrados... Essa abordagem permite compreender as conexões possíveis entre aspectos de



natureza e cultura, mostrando como esses universos estão entrelaçados. A partir dessa interação são tecidas as relações sociais responsáveis em ordenar o cotidiano desses grupos.

Em nível nacional, dentre os instrumentos de proteção ao patrimônio cultural temos o tombamento para os bens culturais de natureza material, o registro para os bens culturais de natureza imaterial e a chancela de paisagem cultural quando o objeto de preservação diz respeito ao resultado da interação entre grupos sociais e paisagens naturais.

Com um entendimento do conceito de cultura a partir de suas características como dinamicidade, capacidade de produção, reprodução e recriação, os debates culminaram na formulação e institucionalização do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), formalizado pelo Decreto Federal nº 3551/2000 que estabelece o instrumento jurídico administrativo para o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

Os patrimônios imateriais são formas de conhecimento de grupos da sociedade que passam de geração para geração, através da memória de seus portadores e que são compartilhados coletivamente. Esse tipo de proteção tem por objetivo reconhecer e salvaguardar formas de conhecimento que tornam objetos, lugares e festas algo importante para os grupos que os produzem, que guardam histórias e memórias valiosas para determinados grupos da sociedade, como por exemplo, formas de se fazer determinadas comidas ou de se construir um instrumento musical, rituais e festas ou ainda espaços como mercados, feiras, praças, templos ou lugares sagrados onde acontecem manifestações coletivas.

Por ser uma proteção aos aspectos intangíveis da cultura, ele não incide em propriedades individuais, mas em bens de caráter coletivo e transitório, como por exemplo, conhecimentos, relações sociais, dinâmicas socioeconômicas e socioambientais de caráter processual e passíveis de sofrer transformações.

Ainda que não tenha sido um dos objetivos do Projeto Povos realizar um levantamento exaustivo e aprofundado dos bens culturais das comunidades, utilizar parte da metodologia do INRC no processo de caracterização colaborou para o entendimento das dinâmicas culturais locais, tal levantamento nos mostra como o território é utilizado, ocupado, apropriado e significado por seus moradores a partir de suas celebrações, formas de expressão, modos fazer, lugares sagrados, edificações e práticas de cuidado.



Ao mapear as referências culturais das comunidades, olhamos para uma rede interconectada de relações que nos mostram como determinada prática social se relaciona com outras e, muitas vezes, como uma não pode existir sem a outra. Como por exemplo, povos e comunidades tradicionais e suas respectivas paisagens culturais, que resultam em interações socioambientais fundamentais tanto para a existência dos povos quanto do meio ambiente.

Por esse mapeamento, realizado como primeira etapa metodológica do Projeto Povos junto às comunidades tradicionais, foi apresentar, de forma breve, a construção do painel Patrimônio Cultural e Território (INRC/IPHAN) e que o nosso objetivo não foi realizar um inventário exaustivo do patrimônio cultural, mas sim mapear a construção de sentidos dos bens culturais para as comunidades. Em alinhamento ao que define o INCR:

Falar em referências culturais nesse caso significa dirigir o olhar para representações que configuram uma “identidade” da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos “fazeres” e “saberes”, às crenças, hábitos, etc. Referências culturais não se constituem, portanto, em objetos considerados em si mesmos, intrinsecamente valiosos, nem apreender referências significa apenas armazenar bens ou informações. Ao identificarem determinados elementos como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma ressemantização desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva, a que cada membro do grupo de algum modo se identifica.

Essa compreensão dos sentidos atribuídos, está voltado para as edificações, lugares, paisagens naturais, artes, ofícios, modos de fazer e formas de expressão. É no intuito da caracterização das comunidades tradicionais participantes do Projeto Povos, que são elaborados painéis denominados de Patrimônio Cultural e Territorial, em que com as intervenções feitas pelos(as) participantes das oficinas são elencados 5 diferentes categorias: a) Celebrações; b) Edificações; c) Formas de expressão; d) Lugares; e) Ofícios e Modos de fazer.





Essa metodologia foi aplicada em sete dos dez microterritórios caracterizados pelo Projeto Povos, em que são eles: Sul de Ubatuba, Centro de Ubatuba, Norte de Ubatuba, Sul de Paraty, Mamanguá e Baía de Paraty, Norte de Paraty e Sul de Angra dos Reis. Não cabe neste relatório uma apresentação extensa de todos os bens identificados, porém, serão apresentados em anexo (documento “anexo patrimônio cultural”) os resultados de cada MT.

## 5. Cartografia Social e Cartografia Social Insurgente:

A cartografia social insurgente emerge como uma ferramenta poderosa para dar voz às comunidades marginalizadas e mapear suas experiências de resistência e transformação. Enquanto a cartografia tradicional muitas vezes reflete uma visão dominante do espaço, a cartografia social insurgente busca subverter essas narrativas, destacando as realidades e perspectivas das comunidades historicamente silenciadas.

A cartografia social insurgente é um processo participativo e colaborativo, no qual membros das próprias comunidades se envolvem na coleta, análise e representação de dados geográficos. Ao contrário da cartografia convencional, que muitas vezes é imposta de cima para baixo, a cartografia social insurgente valoriza o conhecimento local e as formas de saber tradicionais, reconhecendo a expertise das próprias comunidades sobre suas terras e territórios.

A experiência de construção conjunta dos processos de caracterização com pessoas do território, por meio dos sujeitos autcartografantes, se revelou enquanto uma abordagem poderosa na compreensão e representação das dinâmicas sociais e espaciais nas comunidades. A construção de mapas por sujeitos autcartografantes desempenhou um papel crucial, pois permitiu que as pessoas das comunidades expressem suas experiências, percepções e relações com o espaço que habitam. Essa prática promove uma forma de conhecimento situado, que valoriza as vozes e os saberes locais, muitas vezes marginalizados em abordagens cartográficas tradicionais. Dentre as potencialidades presentes nesse tipo de metodologia, destaca-se:

- **Empoderamento comunitário:** A construção de mapas por sujeitos autcartografantes permite que as comunidades se apropriem do processo de mapeamento, tornando-se protagonistas na representação de seu próprio território. Isso fortalece o senso de





pertencimento e identidade coletiva, promovendo a valorização e preservação da cultura local.

- **Perspectiva local:** A autcartografia oferece uma perspectiva única sobre as dinâmicas sociais e as relações de poder presentes no espaço. Ao mapear suas vivências, os indivíduos podem evidenciar questões como desigualdades socioespaciais, segregação urbana, injustiças ambientais, entre outras.
- **Visualização crítica:** A visualização crítica das realidades locais possibilita a formulação de estratégias de intervenção e transformação social mais efetivas e contextualizadas. Isso contribui para uma abordagem mais completa e complexa na compreensão dos desafios enfrentados pelas comunidades e na busca por soluções integradas.
- **Diálogo intercultural e interdisciplinar:** A construção colaborativa de mapas incentiva a troca de saberes entre diferentes grupos sociais, instituições e áreas do conhecimento.
- **Intercâmbio de conhecimentos:** A diversidade de perspectivas e experiências, estimula o surgimento de abordagens inovadoras e soluções mais integradas para os desafios enfrentados pelas comunidades.

Para a produção dos mapas, a cartografia social adotada pelo Projeto Povos possui cinco etapas: planejamento das atividades; mobilização; oficinas para construção dos mapas; campo para marcação de pontos, coleta de dados e entrevistas; e validação do produto sistematizado.

a) **Chegança:** é a **preparatória das oficinas**, quando se realiza a sensibilização e a mobilização comunitária para receber o projeto e a oficina de planejamento por Microterritório. Na primeira etapa de caracterização, utilizou-se prioritariamente a metodologia F.O.F.A para o planejamento introdutório à caracterização.

b) **Mapa falado: Oficina 1** – que consiste na construção do mapa mental, também chamado de mapa afetivo. Nessa atividade, a comunidade é convidada a fazer um desenho livre em um papel em branco, representando seu território. Neste desenho, o território e seus elementos vão surgindo no papel a partir do exercício da memória e da definição do que é mais relevante.



Os mapas falados são importantes ferramentas de representação da visão de mundo e modos de vida, e expressam reflexões coletivas sobre as extensões de seus territórios. Permite também que a comunidade se enxergue, se aproprie e se localize no mapa.

c) **Localizando o Território no Mapa: Oficina 2** – consiste na transposição do mapa falado para um mapa de satélite e o início da construção de ícones que irão representar as informações no mapa. Trata-se de uma atividade mais técnica cujo objetivo principal é garantir que as informações da oficina 01 sejam incorporadas no mapa de satélite, além de incluir elementos que não apareceram no primeiro momento, ampliando dessa forma a visão espacial dos comunitários sobre o território.

d) **Refletindo o Território: Oficina 3** – A terceira etapa, por sua vez, consiste na apresentação da primeira versão do mapa final, a fim de validar com as comunidades os dados coletados nas duas oficinas anteriores e nos trabalhos de georreferenciamento em campo, corrigindo e, se necessário, incluindo informações.

e) **Nosso Mapa: Oficina 4** – A quarta etapa se divide em dois momentos: a que consiste em revisar o material produzido durante a caracterização, e a partir disso realizar a validação com o maior número dos atores autocartografantes ao longo do processo. Em sequência elencar e priorizar os conteúdos e informações que são passíveis pelo acordo coletivo de cada comunidade de serem publicizados, separando-os do material que será de uso restrito interno da comunidade.

## 6. Georreferenciamento de dados especiais: o campo e o uso do programa ArqGiS Survey 123

Quando as informações espaciais não são obtidas por meio da interpretação de foto aérea, como se faz na segunda oficina de cartografia com as comunidades, a equipe de campo vai a campo e, junto com os membros da comunidade, visitam os locais com um GPS para georreferenciar os elementos.

Para aplicar essa metodologia, a equipe passou por formações para uso do aparelho e como proceder as anotações em campo para descrever os elementos mapeados e depois processar essas informações nos programas de elaboração de mapas. Foram explicadas as diferenças de mapear pontos, polígonos e rotas, escala.

A partir da segunda rodada de caracterização foi incorporada a inclusão de um momento destinado ao compartilhamento de uma ferramenta - aplicativo **ArcGIS Survey 123**



- para coleta de dados geoespaciais. A equipe do projeto Povos considerou necessário e importante otimizar os trabalhos de campo. Portanto, continuou a utilizar o aplicativo Survey 123 para coleta de dados geoespaciais nos Microterritórios (MTs), com vantagens das coletas de dados serem mais rápidas, eficientes, sistematizada e personalizada do que um GPS ou aplicativo de GPS convencional. Esta ferramenta permite que a coleta de dados seja realizada também pelos sujeitos do processo, os comunitários, ampliando a interação, a capilarização e a apropriação da cartografia social pelas comunidades.

O aplicativo Survey123 é uma solução do ArcGIS da empresa ESRI, com funções para criar, compartilhar e analisar pesquisas em campo. Por meio de formulários/questionários inteligentes, o Survey 123 realiza a coleta de dados via dispositivos móveis (celulares) ou da web (Ipad, notebooks, desktop e também em navegadores da internet), até em situações sem conexão com a Internet.

O Survey 123 permite analisar os resultados de forma rápida, com transferência de dados segura para análises adicionais, apoiando uma coleta rápida de dados com perguntas pré-definidas que utilizam lógica e forneçam respostas fáceis de preencher, com áudios e imagens fotográficas embutidas. Assim, todos os dados coletados em campo ficam imediatamente disponíveis no geodatabase do ArcGIS, plataforma utilizada no projeto para organizar, sistematizar e analisar os dados geoespaciais.

O Survey 123 teve seu formulário desenhado para atender a demanda de atividades de campo do projeto Povos, chamado inicialmente de **Sistema de difusão da cartografia social do Projeto Povos – OTSS**.

Os temas/categorias do formulário foram definidos com base nas atividades anteriores como a F.O.F.A e o Painel Patrimônio e Território, onde foram levantadas informações associadas a fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças, bem como histórico da identidade do lugar, das comunidades e de seus usos tradicionais.

O formulário foi desenvolvido com o objetivo de sociabilizar junto as comunidades tradicionais do território a coleta de dados da cartografia social e estimular o interesse pela pesquisa cidadã.

A partir do questionário criado, comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras podem contribuir e colaborar na criação dos mapas da cartografia social da sua comunidade e do seu território: suas roças, comércios tradicionais, locais de uso tradicional, conflitos, áreas de



pesca, festejos, trilhas, pontas, parcéis, pedras e tudo mais que consideraram importante registrar no seu mapa tradicional. Segue abaixo as telas do aplicativo Survey 123 elaborado para sistematização de coleta de dados no Projeto Povos.

Essas ferramentas despertaram o interesse da equipe jovem do projeto Povos e contribui para a apropriação tecnológica de instrumentos de produção de mapas e informações georreferenciadas do território, podendo ser utilizadas em outras ações locais do movimento social, uma vez que o processo de cartografização é vivo e dinâmico. Essa etapa qualificou a possibilidade de integração entre as noções georreferenciadas tradicionais e ferramentas de cartografias tradicionais.

## 7- Entrevistas abertas

Dentro do escopo das metodologias utilizadas no Projeto Povos, está a realização de entrevistas abertas, em que, com base em um roteiro de entrevista, dividido por temáticas, são entrevistados comunitários(as) de cada comunidade, com o objetivo de compreender os mundos sociais em que estes estão inseridos. Como definem Minayo & Costa (2018: 05):

Sobre entrevistas abertas - Neste tipo de interlocução, o investigador explica o propósito da conversa e, no decorrer da narrativa, vai entremeando perguntas a partir do que é dito pelo entrevistado, com o único objetivo de dar mais profundidade à reflexão. a ordem dos temas não obedece a uma sequência rígida, pois o intuito do pesquisador é acolher as relevâncias e ênfases que o entrevistado dá ao tema. A quantidade de material produzido nesses encontros tende a ser mais denso e a ter um grau de profundidade incomparável em relação ao questionário e, também, ao roteiro semiestruturado, pois alcança regiões subjetivas inacessíveis ao esquema de pergunta e resposta. Em sua realização, o pesquisador precisa estar muito atento e trabalhar com uma espécie de esquema oculto de pensamento, buscando sempre encontrar os fios relevantes para aprofundar a interlocução. Esse tipo de conversa busca vários objetivos: a) descrição do caso individual; b) compreensão das especificidades culturais dos grupos; e c) comparação com diversos casos. O investigador visa alcançar essas metas mantendo uma relação livre de amarras, mas vigilante para que



o relato ouvido não fuja do escopo da pesquisa. (MINAYO e COSTA, 2018: 05)

Para esta compreensão, são utilizados todos os dados obtidos ao longo das oficinas realizadas para a construção do Mapa da comunidade, além da Matriz F.O.F.A. e o Painel Cultura, Identidade e Tradição. Com base neste levantamento inicial, torna-se possível a realização de entrevistas, em que os temas são pré-definidos pela equipe do Projeto Povos, de acordo com características dos(as) entrevistados. As temáticas abordadas são as seguintes: a) pesca; b) atividade agrícola/roça tradicional, c) genealogia; e d) organização comunitária. Assim, para cada entrevistado(a) será direcionada uma temática, de acordo com suas vivências. Por exemplo, para quem pratica a pesca, dá-se prioridade para esta temática; para agricultores(as) a mesma lógica...

A etapa das entrevistas é fundamental, pois é o momento em que se torna possível o aprofundamento das lógicas que os(as) comunitários(as) entrevistados dão para os mundos sociais nos quais estão inseridos (BERTAUX, 2010: 23). E, também, para direcionar as análises feitas pela equipe do Projeto Povos, pois é a oportunidade que têm para melhor “olhar e ouvir” (OLIVEIRA, 1996) as narrativas construídas, estabelecer paralelo com as demais comunidades que estão sendo caracterizadas e poder construir as análises que irão compor os produtos finais do Projeto Povos.

## 8- O processo de levantamento de dados secundários

O processo de construção da cartografia social tem também como etapa o levantamento de dados secundários realizados sobre as comunidades caracterizadas. Esses dados são obtidos, inicialmente, por materiais disponíveis pela internet, como dissertações e teses produzidas ao longo dos últimos anos e indexadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, artigos científicos que se encontram na Base Scielo. Em concomitância a este levantamento inicial de produção acadêmica, também pesquisa em dados governamentais, como IBGE, FUNAI, INCRA, Fundação Cultural Palmares, SUS, Planos de Manejo de UCs, órgãos municipais. Somado a isso, também foi tomado como base a produção realizada pelos pesquisadores do OTSS, como artigos, vídeos, documentos, relatórios, entre outras produções.



Este levantamento descrito de forma resumida, inicialmente é realizado pelo(a) coordenador(a) de campo do MT. Em seguida, com a contratação temporária de Especialista para Levantamento de Dados Secundários, esta tarefa fica a cargo deste(a) profissional que, mediante orientação da equipe, realiza levantamento mais detalhado, além da produção de pequenos fichamentos, em que possibilitou a elaboração deste relatório.

As informações obtidas pelo levantamento de dados secundários são distribuídas por temas pré-estabelecidos e analisados pela equipe do Projeto Povos:

Tema 1 - População, Situação Fundiária, Sobreposições com UCs / Títulos;

Tema 2 – Infraestrutura e Serviços Públicos: saúde, educação, energia, acesso à água, saneamento, número de edificações;

Tema 3 - Organização comunitária e mobilidade: associações locais, participação em conselhos municipais, conselhos de UCs e sindicatos, etc, movimentos sociais ou coletivos, acessibilidade;

Tema 4 - Práticas tradicionais e usos do território: pesca, agricultura, extrativismo, plantas medicinais, animais, artesanato/artefatos, construção tradicional e festejos;

Tema 5 – Atividades de geração de renda: agricultura, pesca e maricultura, artesanato, turismo e outros;

Tema 6 – Conflitos socioambientais / Vulnerabilidade social: objeto do conflito; histórico; processos judiciais;

Tema 7 – Aspectos físicos: hidrografia, vegetação/uso do solo, relevo, geologia/geomorfologia.

## 9. Elaboração das Publicações

As publicações com os resultados da caracterização em cada microterritório começam a ser elaboradas já no planejamento para a entrada em campo. A maneira como os pesquisadores-comunitários, a coordenação de campo e os interlocutores e lideranças, em cada comunidade, organizam o trabalho é determinante para a estrutura e os elementos de destaque da publicação. O conjunto de informações que compõem as publicações, passam por um processo de seleção, os quais seguem a seguinte estrutura:

### A. Análise e seleção de trechos das entrevistas





- B. Capa são ilustrações feitas a partir fotos tiradas de pessoas das comunidades daquele microterritório
- C. Poema de abertura
- D. Ficha técnica e índice
- E. Textos sobre:

1. Projeto Povos
2. Entendendo o pre Pre-sal?
3. Como estes mapas são feitos
4. Como usar esses mapas a a favor das comunidades
5. Apresentação geral do Microterritório
6. Capítulos por comunidade ou grupos de comunidades – opta por utilizar muitos relatos trazendo a voz do território para o texto final da publicação. São inseridos os mapas falados e os mapas finais, além de tabelas contendo resultados ou descritores da caracterização.

### 3.1 Considerações sobre o período necessário para aplicação da metodologia exposta:

O desenvolvimento das atividades previstas em todas as etapas descritas acima resultam na caracterização de um microterritório. O projeto Povos realizou 4 rodadas de caracterização, sendo que as 3 primeiras rodadas reuniram 3 microterritórios cada; a 4 rodada, 1 microterritório. De início estimou-se 9 meses para a realização de cada rodada de caracterização. No entanto, a experiência de campo revelou que, na prática, para a aplicação da metodologia proposta (levando-se em consideração os processos de consulta, validação e devolutivas) era necessário mais tempo. Ao longo da execução, o período de cada rodada foi ajustado para 12 meses. No entanto, são muitos os fatores que atuam e se sobrepõem afetando a dinâmica dos processos de caracterização, como: dinâmica e ritmo das comunidades (respeito ao tempo das roças, aos modos de ser e fazer, o período das temporadas de verão), as alterações climáticas (chuvas e marés) a imprevisibilidade da pandemia de covid-19 nos anos de 2020 a 2022 e os desastres ambientais, como os deslizamentos terrestres que afetam diretamente a vida nas comunidades.

Diante da experiência na aplicação da metodologia exposta e para as próximas fases do projeto, estima-se um período de 17 meses para a realização de cada rodada, tentando ajustar-se à limitação do tempo contratual máximo de 5 anos. No entanto, reconhecemos que





o período contratual pode ser insuficiente, dada a natureza dinâmica do território. São muitos os fatores a serem gerenciados, discutidos e acordados em colaboração com as comunidades locais, destacando a complexidade e a vitalidade desse contexto.

## 4. NÚMEROS DA CARACTERIZAÇÃO

Inicialmente, o projeto previu o diagnóstico (caracterização) das condições socioeconômicas, socioculturais e socioambientais de 64 comunidades tradicionais dos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, potencialmente impactadas pelos grandes empreendimentos da cadeia de exploração de petróleo e gás na Bacia de Santos. Entretanto, a medida em que as rodadas de caracterização eram executadas, houve a incorporação de novas comunidades no processo, ao fim dos cinco anos de execução do projeto de caracterização dos territórios tradicionais, reunimos um conjunto de 98 comunidades caracterizadas, distribuídas em 10 microterritórios entre os municípios de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba. O desenvolvimento da caracterização foi organizado em 4 rodadas.

Tabela 1: Rodadas de Caracterização

Rodada de Caracterização		
1ª Rodada	MT Carapitanga MT Península da Juatinga MT Norte de Ubatuba	Agosto 2019 a junho de 2020
2ª Rodada	MT Territórios Caiçaras do Sul de Paraty MT Norte Paraty MT Norte Ubatuba II	Junho de 2020 a setembro de 2021
3ª Rodada	MT Sul de Ubatuba MT Sul de Angra dos Reis MT Mamangá e Baía de Paraty	Outubro de 2021 a dezembro de 2022
4ª Rodada	MT Centro de Ubatuba	Março a novembro de 2023



Tabela 2: Lista de Comunidades Tradicionais Caracterizadas pelo Projeto Povos

	COMUNIDADE	POVO	MUNICÍPIO	MT POVOS
1	Paraty-Mirim	Caiçara	Paraty	Carapitanga
2	Quilombo do Campinho da Independência	Quilombola	Paraty	Carapitanga
3	TI Itaxi-Mirim - Parati-Mirim	Indígena	Paraty	Carapitanga
4	TI TekoaGuyra'itapu - Araponga	Indígena	Paraty	Carapitanga
5	Praia de Itaguá	Caiçara	Ubatuba	Centro de Ubatuba
6	Praia do Cedro	Caiçara	Ubatuba	Centro de Ubatuba
7	Barra dos Pescadores	Caiçara	Ubatuba	Centro de Ubatuba
8	Perequê Açú	Caiçara	Ubatuba	Centro de Ubatuba
9	Taquaral	Caiçara	Ubatuba	Centro de Ubatuba
10	Sumidouro	Caiçara	Ubatuba	Centro de Ubatuba
11	Tenório	Caiçara	Ubatuba	Centro de Ubatuba
12	Estrada da Cazanga	Caiçara	Ubatuba	Centro de Ubatuba
13	Estufa I	Caiçara	Ubatuba	Centro de Ubatuba
14	Estufa II	Caiçara	Ubatuba	Centro de Ubatuba



15	Centro	Caiçara	Ubatuba	Centro de Ubatuba
16	Sumaré	Caiçara	Ubatuba	Centro de Ubatuba
17	Silop	Caiçara	Ubatuba	Centro de Ubatuba
18	Aldeia Arandu-Mirim	Indígena	Paraty	Mamanguá e Baía de Paraty
19	Ilha do Algodão	Caiçara	Paraty	Mamanguá e Baía de Paraty
20	Ilha do Araújo	Caiçara	Paraty	Mamanguá e Baía de Paraty
21	- Ponta Grossa / Baré e Ponta do Cavalo	Caiçara	Paraty	Mamanguá e Baía de Paraty
22	- Ponta Grossa / Praia do Guerra	Caiçara	Paraty	Mamanguá e Baía de Paraty
23	- Ponta Grossa / Engenho d'água -	Caiçara	Paraty	Mamanguá e Baía de Paraty
24	Ponta Grossa / Praia Vermelha	Caiçara	Paraty	Mamanguá e Baía de Paraty
25	Saco do Mamanguá - Currupira	Caiçara	Paraty	Mamanguá e Baía de Paraty
26	Saco do Mamanguá - Ponta da Romana	Caiçara	Paraty	Mamanguá e Baía de Paraty
27	Saco do Mamanguá - Cruzeiro	Caiçara	Paraty	Mamanguá e Baía de Paraty



28	Aldeia Pataxó-Iriri	Indígena	Paraty	Norte de Paraty
29	Ilha do Cedro	Caiçara	Paraty	Norte de Paraty
30	Ilha Pelada Grande	Caiçara	Paraty	Norte de Paraty
31	Ilhas dos Peladinhos	Caiçara	Paraty	Norte de Paraty
32	Praia de São Gonçalinho	Caiçara	Paraty	Norte de Paraty
33	Praia Grande	Caiçara	Paraty	Norte de Paraty
34	São Gonçalo	Caiçara	Paraty	Norte de Paraty
35	Tarituba	Caiçara	Paraty	Norte de Paraty
36	Areia	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba I
37	Cabeçuda	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba I
38	Cambucá	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba I
39	Picinguaba	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba I
40	Praia Brava da Almada	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba I
41	Praia do Engenho	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba I
42	Praia da Almada	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba I
43	Praia da Justa	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba I



44	Praia de Ubatumirim	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba I
45	Praia do Estaleiro	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba I
46	Quilombo da Fazenda	Quilombola	Ubatuba	Norte de Ubatuba I
47	Quilombo do Camburi	Quilombola	Ubatuba	Norte de Ubatuba I
48	Praia do Camburi	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba I
49	Sertão do Ubatumirim	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba I
50	Vila Barbosa	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba I
51	Vila da Índia	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba I
52	Vila Gaivota	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba I
53	Vila Palmira	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba I
54	Vila Rolim	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba I
55	Aldeia Rio Bonito (YY Akaporã)	Indígena	Ubatuba	Norte de Ubatuba II
56	Barra Seca	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba II
57	Félix	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba II
58	Ilha do Prumirim	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba II
59	Praia Vermelha do Norte	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba II



60	Prumirim	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba II
61	Puruba	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba II
62	Quilombo Sertão do Itamambuca	Quilombola	Ubatuba	Norte de Ubatuba II
63	Sertão de Prumirim	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba II
64	Sertão do Félix	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba II
65	Sertão do Puruba	Caiçara	Ubatuba	Norte de Ubatuba II
66	TI Jaexaa-Porã - Boa Vista Sertão do Promirim	Indígena	Ubatuba	Norte de Ubatuba II
67	Aldeia Akarai Mirim	Indígena	Ubatuba	Norte de Ubatuba II
68	Cairuçu das Pedras	Caiçara	Paraty	Península da Juatinga
69	Calhaus	Caiçara	Paraty	Península da Juatinga
70	Ponta da Juatinga	Caiçara	Paraty	Península da Juatinga
71	Pouso da Cajaíba	Caiçara	Paraty	Península da Juatinga
72	Praia de Martim de Sá	Caiçara	Paraty	Península da Juatinga
73	Praia Grande da Cajaíba	Caiçara	Paraty	Península da Juatinga
74	Saco Claro	Caiçara	Paraty	Península da Juatinga
75	Saco da Sardinha	Caiçara	Paraty	Península da Juatinga



76	Saco das Anchovas	Caiçara	Paraty	Península da Juatinga
77	Sumaca	Caiçara	Paraty	Península da Juatinga
78	Ponta Negra	Caiçara	Paraty	Territórios Caiçaras do Sul de Paraty
79	Praia do Sono	Caiçara	Paraty	Territórios Caiçaras do Sul de Paraty
80	Trindade	Caiçara	Paraty	Territórios Caiçaras do Sul de Paraty
81	Praia do Frade	Caiçara	Angra dos Reis	Sul de Angra dos Reis
82	Praia do Recife	Caiçara	Angra dos Reis	Sul de Angra dos Reis
83	Praia Vermelha	Caiçara	Angra dos Reis	Sul de Angra dos Reis
84	Vila Histórica de Mambucaba	Caiçara	Angra dos Reis	Sul de Angra dos Reis
85	Quilombo de Santa Rita do Bracuí	Quilombola	Angra dos Reis	Sul de Angra dos Reis
86	TI Sapukai	Indígena	Angra dos Reis	Sul de Angra dos Reis
87	Lagoinha	Caiçara	Ubatuba	Sul de Ubatuba
88	Lázaro	Caiçara	Ubatuba	Sul de Ubatuba





89	Oeste	Caiçara	Ubatuba	Sul de Ubatuba
90	Peres	Caiçara	Ubatuba	Sul de Ubatuba
91	Praia da Fortaleza	Caiçara	Ubatuba	Sul de Ubatuba
92	Praia das Sete Fontes	Caiçara	Ubatuba	Sul de Ubatuba
93	Enseada	Caiçara	Ubatuba	Sul de Ubatuba
94	Saco da Ribeira	Caiçara	Ubatuba	Sul de Ubatuba
95	Perequê-Mirim	Caiçara	Ubatuba	Sul de Ubatuba
96	Praia Grande do Bonete	Caiçara	Ubatuba	Sul de Ubatuba
97	Quilombo da Caçandoca/Caçandoquinha	Quilombola	Ubatuba	Sul de Ubatuba
98	TI Ywyty Guaçu - Aldeia Renascer	Indígena	Ubatuba	Sul de Ubatuba

Fonte: OTSS, 2022

A medida em que o trabalho de campo se desenvolvia, diversas comunidades inicialmente não incluídas no termo de referência do PCTT, foram mapeadas e manifestaram seu desejo em integrar o processo de caracterização. Prezando pela coerência técnica, metodológica e política do projeto, houve a incorporação de muitas comunidades que partilham de processos de sociabilidade comuns e que passam por processos semelhantes de impactos e ameaças ao seu modo de vida. Tais comunidades, distribuídas entre o sertão e o mar, estabelecem relações de natureza ancestral, afetiva, cultural, ambiental, social e econômica. Essas redes de sociabilidade sustentam a noção de “território único” e demonstram como qualquer impacto, dano ou intervenção tem o potencial de atingir a todos,



o que inviabiliza a caracterização das comunidades tradicionais de forma separada ou desconectada umas das outras.

A seguir serão apresentados os resultados do processo de caracterização no período de 2019 a 2023.



Figura 2: Equipe Projeto Povos, em atividade de planejamento. Paraty, 2019.

Em 2019, primeiro ano de execução do projeto, procurou-se alinhar o desenho metodológico da caracterização, delineando a cartografia social enquanto prática e técnica estruturante do processo, com objetivo de promover espaços reflexivos e críticos na produção de conhecimentos. Nesse primeiro momento foi pactuado que, para além do levantamento de dados e informações, o objetivo seria promover processos pedagógicos que fossem capazes de fortalecer vínculos comunitários, valorizar identidades e mapear demandas comunitárias, buscando fortalecer organizações locais. O PCTT, logo no início de sua execução, passou a ser denominado como “Projeto Povos: Território, Identidade e



Tradição”. Esse foi o nome escolhido em março de 2019 por técnicos do OTSS, representantes da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC) e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Esse é o termo pelo qual o projeto é conhecido no território e está representado nos materiais de comunicação interno e externo. Naquele momento, primeiro ano do projeto, foi formulada a noção de microterritório, uma parcela territorial que envolve um conjunto de comunidades com dinâmicas socioespaciais integradas. A definição de MT procura potencializar as relações socioculturais entre as comunidades, potencializando os processos de luta e de reivindicação em cenários partilhados por esses grupos. Dessa forma, a defesa do território, bem como as propostas em saúde e desenvolvimento territorial, adquirem mais potência quando feitas de forma integrada territorialmente, envolvendo o conjunto de atores e malhas sociais que extrapolam a comunidade em singular.

O ano de 2020 trouxe grandes desafios para a realização do Projeto Povos. Com a explosão da pandemia de Covid-19 e as medidas de distanciamento social decorrentes, houve uma reformulação da vida local e, por consequência, na execução da caracterização social das comunidades da Bocaina. Algumas atividades, como as oficinas de caracterização, se vincularam às ações emergenciais de enfrentamento aos impactos da pandemia no território.

Através das campanhas de solidariedade, fomentou-se redes de trocas dentro do território, fortalecendo as articulações tanto entre comunidades, quanto com a equipe do Projeto Povos. Nesse momento, observou-se a valorização de práticas tradicionais de produção e cuidado, como o roçado e os jardins medicinais. Apesar das grandes dificuldades e da delicadeza do momento, foi um importante movimento de formação política dos comunitários, com ampliação do debate sobre saúde pública, governança, economia solidária e a importância das práticas tradicionais nesse território.

No momento de crise sanitária, a equipe do Projeto Povos esteve presente nas atividades de enfrentamento ao Covid-19 na Bocaina, atuando nas frentes de captação de recurso, na compra e na distribuição de alimentos agroecológicos na região. Dessa forma, além de se engajar em um momento socialmente delicado.

A partir de julho de 2020, diante da indeterminação do fim da pandemia no Brasil, o OTSS, conjuntamente com o FCT, decidiram adotar os procedimentos de segurança da



Fiocruz e pensar estratégias para a continuidade das atividades do projeto Povos. Optou-se por manter de forma integralmente remota.

No ano de 2021 OTSS optou-se por manter a maioria das atividades de maneira remota, com exceção de atividades pontuais realizadas de forma semipresencial, cumprindo todos os procedimentos de segurança estabelecidos pela Fiocruz. A inserção da equipe de campo em ações de mitigação dos efeitos socioeconômicos provocados pela Covid-19, possibilitou manter ativa a mobilização comunitária, indispensável para a continuidade do projeto Povos e de outros no território. Essa forma de atuação fortaleceu as atividades finalísticas, como estímulo à agroecologia, produção e as doações de alimentos. Além disso, manteve viva a frente de comunicação do PCTT, engajados na produção de campanhas e de materiais audiovisuais que registram a organização comunitária.

Importante ressaltar que o ano de 2022 foi marcado por “ondas” de Covid-19 na região, localizadas em períodos específicos. Graças a chegada da vacina, os impactos na saúde causados pelo coronavírus tornaram-se menos graves numa parcela considerável da população. Ainda assim, ao longo do ano tivemos período sem que a grande parte da equipe Povos contraiu Covid-19, o que ocasionou a reformulação e adaptações no planejamento de nossas atividades.

A chegada e permanência da pandemia de covid-19 entre os anos de 2020 a 2022, provocou mudanças significativas no planejamento das atividades, assim como nos formatos e estrutura das etapas da caracterização. As oficinas mesclaram a metodologia dos encontros remotos com os semipresenciais. A partir da segunda rodada de caracterização, o processo inicial de organização interna da equipe para entrada nos novos microterritórios (MT), ocorreu de modo não presencial. Nesses encontros, foram analisados caso a caso, dialogando com lideranças comunitárias locais, considerando se ela tinha, ou não, infraestrutura para uma atividade a distância (via internet) e se seria possível realizar semipresencial (com poucos representantes e poucos técnicos) dentro ou fora da comunidade. A decisão foi realizar todas as atividades semipresenciais, ou seja, com número mínimo de participantes e com apenas uma comunidade por oficina, seguindo todos os protocolos de segurança. Dada a proximidade das relações de parentesco dentro das comunidades e ao alto índice de coabitação familiar, foi possível reunir poucas pessoas, mas sem perder a qualidade de informações e visões variadas.





Essas reuniões foram realizadas separadamente em cada comunidade que compõem os Microterritórios, contando com a presença de 2 ou 3 técnicos do projeto Povos e, no máximo, 5 representantes de cada comunidade. Todas as medidas de segurança foram adotadas, sendo garantido o distanciamento entre os participantes, local aberto e arejado, disponibilização de máscaras e álcool gel, utilização de escudo facial e lanches individualizados. A metodologia se mostrou eficiente e segura, e possibilitou maior riqueza de informações para subsidiar a construção das oficinas de caracterização nesses MTs.

A retomada do projeto, no contexto da pandemia, exigiu um esforço importante de todos os atores envolvidos, tanto comunitários, quanto equipe de campo. A necessidade de fazer encontros reduzidos, implicou no aumento significativo do número de reuniões comunitárias dentro de cada fase da cartografia social. Se antes realizava-se uma ou duas “oficinas 1” de cartografia social em cada MT, nesse cenário, chegamos a realizar cerca de dez encontros para cada etapa. Tal dinâmica aumentou significativamente o trabalho da equipe, tanto pela multiplicação das atividades em campo, quanto pelo volume de dados a serem analisados e sistematizados e os custos do projeto.

Durante o período de pandemia esteve em execução a Campanha Cuidar é Resistir, uma iniciativa do Fórum de Comunidades Tradicionais, a qual foi apoiada por redes e instituições como Fiocruz, OTSS e Petrobras. A Campanha Cuidar é Resistir reforçou a ajuda humanitária e a divulgação de informações confiáveis em relação à pandemia e à segurança das vacinas. No início a Campanha atuou junto com comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba. A partir de 2022, as atividades passaram a ser articuladas também com comunidades tradicionais de Mangaratiba, no litoral sul do Rio de Janeiro, e de São Sebastião, Ilhabela e Caraguatatuba, no litoral norte de São Paulo.

Para a entrega das cestas da Campanha, o FCT contou com a contribuição de seu Núcleo Jovem e de diversos comunitários e comunitárias que apoiaram com as entregas e os serviços de transporte, seja por embarcações ou por transportes terrestres.

A maioria das pessoas que se somaram no transporte das cestas vivem nas próprias comunidades participantes da Campanha e são trabalhadoras do turismo ou realizam pequenos fretes e o seu envolvimento possibilitou que as cestas chegassem em comunidades muito isoladas, com estradas em condições ruins ou de difícil acesso, em períodos de mar difícil, tanto na região costeira, quanto nos sertões de todo o território. Um aspecto positivo da



Campanha relacionado a essa rede de pessoas foi a circulação de recursos destinados ao pagamento desses serviços por dentro das próprias comunidades, o que reforçou ainda mais o caráter da economia solidária.

Em um momento de crise social e sanitária, os moradores das comunidades tradicionais se organizaram para criar possibilidades de sobreviver e de prover a manutenção da vida. A Campanha Cuidar é Resistir contou com o apoio de muita gente que, se dedicou a garantir uma alimentação saudável às famílias dos territórios tradicionais. Foram articuladas ações, construídas coletivamente com agricultores/as familiares, pescadores/as artesanais, movimentadas roças, cozinhas, quintas, hortas, pomares, agroflorestas, cercos da pesca artesanal; movimentações que resultaram fortalecendo as práticas da agroecologia, da economia solidária e da pesca artesanal.

Apesar da Campanha não ser uma atividade do Projeto Povos, o seu desenvolvimento esteve em conexão com o planejamento e execução das atividades da caracterização. Ter nossa equipe envolvida nas atividades da Campanha proporcionou o contato com famílias das comunidades que passaram ou que passariam pela caracterização. Possibilitou contato entre os interlocutores da pesquisa, criou redes de solidariedade. Além disso mostrou caminhos, possibilitou aos pesquisadores do Povos o acesso a informações sobre atividades produtivas de roça e pesca, atividades estruturantes do modo de vida tradicional das comunidades, trazendo informações extremamente relevantes para a elaboração das atividades de caracterização dos territórios.

Também é preciso considerar que em abril de 2022 a região onde atuou o Projeto Povos foi fortemente afetada pelas chuvas que ocasionaram deslizamentos de terra, colocando diversas comunidades em situação de vulnerabilidade social. Para além dos danos físicos e materiais as comunidades enfrentaram situações de trauma e crises provocados pelos desastres. De modo que, muito dos esforços da equipe Povos estiveram voltados para ações que pudessem contribuir na reorganização da vida social e do cotidiano dessas pessoas. Nesse contexto, as atividades da caracterização também tiveram que ser remanejadas e replanejadas.

Com a conjuntura dos desastres climáticos, a equipe Povos passou a amadurecer discussões que já estavam em curso desde a entrega das publicações da primeira rodada de caracterização. Após a divulgação das publicações percebeu-se que, apesar dos materiais





impressos serem instrumentos importantes de registro dos resultados da cartografia social, o formato impresso não possibilitava a inclusão de novas informações. Como retratar a dinâmica da vida social no território? A saída encontrada foi a proposição da elaboração de uma plataforma digital que reunisse a base de dados obtidos pelo Povos. Um instrumento que possibilitasse a inclusão de informações a partir das dinâmicas vividas em cada comunidade.

O desenvolvimento da Plataforma foi iniciado no segundo semestre de 2022 e se estende durante o ano de 2023. A Plataforma permite a representação de informações em formato de mapas, tabelas, gráficos, vídeos, gravações de áudio, fotografias, etc. O conjunto de informações desempenha um papel fundamental na disputa territorial. Dessa forma, é possível disponibilizar os processos de mapeamento participativo para além das distâncias que possam chegar as publicações e com uma diversidade de tratamento de dados, em diferentes formatos, trazendo ferramentas digitais fundamentais para o contexto da luta em defesa dos territórios tradicionais. Por estarem disponibilizadas na internet, não ficam restritas ao público que acessa as publicações impressas, podendo ser acessadas por mais pessoas, de qualquer local do Brasil ou exterior, além de comportar inúmeras camadas de informações e um número virtualmente ilimitado de pontos, linhas ou polígonos. Ou seja, elas não ficam restritas a apresentar as informações que cabem dentro de um tamanho fixo de papel, podendo ser ampliadas indefinidamente, tanto em tamanho quanto em quantidade de informação.

Por fim, o ano de 2023 marca a finalização de cinco anos de projeto em caracterização dos territórios tradicionais nos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba. Ao longo do ano a equipe reuniu esforços para realizar as atividades de caracterização da quarta rodada, realizar a entrega de publicações das rodadas anteriores, elaborar estudos sobre impactos ocasionados pela cadeia e produção e petróleo e gás, realizar atividades de formação sobre os materiais produzidos pelo povos em espaços institucionais como escolas e prefeituras e divulgar os resultados obtidos contextualizando o material enquanto um importante instrumento de luta pela defesa do modo de vida dos povos tradicionais.

Durante cinco anos de projeto, foram desenvolvidas atividades que podem ser divididas em categorias como: Oficinas de Alinhamento Metodológico e Planejamento; Oficinas de Planejamento por grupo tradicional; Reuniões de Planejamento por Município; Planejamento



por Microterritório; Atividades de Monitoramento; Processos Formativos; Partilhas Temáticas e Oficinas de Caracterização.



Figura 3: Equipe Projeto Povos em atividade de intercâmbio com projetos de cartografia social. Baixada Fluminense, 2023.

### Oficinas de Alinhamento Metodológico e Planejamento:

Diz respeito a organização de reuniões para alinhamento metodológico, avaliação de necessidade de readequar o escopo do projeto, momento em que foi elaborada a noção de microterritório aliada a estruturação do projeto.

### Oficinas de Planejamento por grupo tradicional

Como ponto de partida para estruturar as ações do projeto Povos, foram realizadas três oficinas de planejamento com entidades representativas das comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas atuantes no território da Bocaina.

Esses eventos contaram com a presença de lideranças das representações nacionais da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC) e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).



A segunda atividade de planejamento com as representações nacionais das comunidades tradicionais aconteceu no âmbito da Oficina Internacional, em julho de 2019, na sede do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS). O momento de mobilização e planejamento aproximou a discussão da Agenda 2030 e ampliou o contexto das comunidades tradicionais do território com experiências internacionais. Com isso, intencionou apresentar os primeiros movimentos de mobilização que foram operacionalizados nos territórios e as dificuldades enfrentadas até aquele momento.

A terceira atividade de planejamento com as representações nacionais das comunidades tradicionais aconteceu no âmbito da Reunião Ampliada do FCT, em novembro de 2019, na Praia da Almada, em Ubatuba/SP. Naquele momento foram abordadas atividades que aconteceram entre os meses de julho a novembro de 2019, incluindo mobilizações e primeiras oficinas de caracterização nos microterritórios, atualizando as representações dos movimentos na reflexão sobre as questões que estão afetando as comunidades.

#### Reuniões de Planejamento por Município:

As reuniões de planejamento por município foram previstas para cumprir o objetivo de mobilizar, envolver e socializar as propostas e a metodologia da caracterização junto aos parceiros, instituições públicas e do terceiro setor. Em função da variação da relação de aproximação do FCT/OTSS com as lideranças comunitárias e institucionais de cada município, sendo mais ampla em Paraty e Ubatuba e menos ampla em Angra dos Reis, optou-se por organizar reuniões focadas nas particularidades de cada município, visto que possuem realidades complexas e distintas.

As atividades realizadas foram bastante proveitosas em relação aos objetivos de apresentação do projeto, promovendo a ampliação de parcerias institucionais, o envolvimento e a identificação de sinergias entre instituições. Contudo o processo de mobilização e articulação das mesmas expôs a necessidade de aprofundamento das articulações e aproximação aos diversos atores, comunitários e representantes institucionais nos territórios em questão. E isso tem se dado ao longo da caracterização, sendo, portanto, algo permanente e essencial na legitimação do processo. Conseguimos estabelecer relações de proximidade e estreitar laços de confiança, que são fundamentais para a construção de um trabalho que, embora seja realizado pelo OTSS/FCT, é feito por muitas mãos.



### Planejamento por Microterritório:

As reuniões de planejamento por microterritório preveem as atividades de mobilização das comunidades distribuídas por MT, que dizem respeito a aplicação do Diagnóstico FOFA (Fortalezas-Oportunidades- Fragilidades-Ameaças) e a metodologia do painel Patrimônio Cultural e Território (INRC/IPHAN).

Em reuniões de planejamento da equipe do projeto, ficou definido que as mobilizações fossem setorizadas, destinando cada viagem a um grupo de comunidades. Os recortes desses agrupamentos foram feitos com base no conhecimento do FCT sobre as inter-relações comunitárias na península da Juatinga, tendo como base o fato de que os moradores deste microterritório não têm o hábito de se deslocar para participar de reuniões fora de suas localidades. Essas questões foram confirmadas em campo, durante as mobilizações.

### Atividades de Monitoramento:

As reuniões de Monitoramento são espaços de monitoramento continuado das ações, proporcionando avaliar e ajustar metodologias e formas de execução das ações, sempre tendo em vista o melhor atendimento às expectativas das comunidades caiçaras e quilombolas e suas organizações sociais. Participam dessas atividades toda a equipe executora do OTSS, além de representantes do FCT, CNCTC, CONAQ e CGY. Nesses momentos, há a avaliação das atividades realizadas e eventuais ajustes no planejamento do próximo período de seis meses de Projeto.





## Resumo das ações - Projeto POVOS

Janeiro 2019 à Fevereiro 2024

+de **480** pessoas envolvidas  
em reuniões junto aos movimentos nacionais

+de **250** pessoas envolvidas  
em reuniões municipais

+de **300** pessoas envolvidas  
em oficinas de monitoramento

### Processos Formativos

A metodologia de trabalho do projeto Povos ancora-se em uma proposta dialógica de construção crítica de atuação. Ela pressupõe um processo contínuo entre ação, reflexão e ação, permitindo o encontro entre os diferentes saberes, de forma horizontal. Esse caminho garante que todas as ações sejam práticas formativas e que a construção do conhecimento fuja da esfera abstrata de problematização e seja mediada pela prática. Ao longo do projeto foram realizadas oficinas em temáticas como: “Impactos da Cadeia do Pré-sal na Bocaina”, “Cartografias Insurgentes” e “Integrando territórios”, “geoprocessamento”, “Formação em Projeto de Educação Ambiental”, “Formação em processos de licenciamento” e “Grandes empreendimentos”.

### Partilhas Temáticas



As Partilhas Temáticas são espaços para aprofundar, junto com os comunitários, temas levantados durante a caracterização e que são de interesse comuns das localidades abarcadas pelo projeto. Essas oficinas contemplam espaços de intercâmbio de experiência entre as diferentes comunidades, e espaços de formação com colaboradores e convidados externos que venham contribuir para ampliar a compreensão do referido tema e visualizar caminhos para o enfrentamento de situações de conflitos e vulnerabilidades identificadas. Ao longo do projeto foram realizadas Partilhas relacionadas a temas como: Turismo de Base comunitária, Educação Diferenciada, Economia Solidária, Pesca e Maricultura, Promoção de Justiça Socioambiental, intercâmbio afrocultural com grupo Ilê Aiyê.

### Resumo das ações - Projeto POVOS

Janeiro 2019 à Fevereiro 2024

**10** partilhas  
**+ de 600**  
pessoas envolvidas

**8** formações  
**+ de 500**  
pessoas envolvidas

#### Oficinas de Caracterização:

O processo de caracterização se constitui a partir de metodologias participativas, tais como a Nova Cartografia Social (ALMEIDA, 2013) , na qual o mapeamento é realizado pela





própria comunidade, com amparo de educadores que, inspirados nas práticas freirianas, atuam como intermediadores e trocadores de aprendizados. Efetiva-se, assim, uma construção distinta, na qual a tarefa do educador não é ensinar como fazer uma caracterização, mas criar possibilidades para a produção e construção, junto com os comunitários, de instrumentos geográficos e narrativos que permitam identificar as práticas tradicionais que constituem a identidade coletiva e os conflitos que ameaçam tais comunidades, a fim de planejar estratégias futuras de permanência no território. Ao longo do projeto foram realizadas 55 oficinas de caracterização, divididas em 10 microterritórios, reunindo 100 comunidades caracterizadas.

### Resumo das ações - Projeto POVOS

Janeiro 2019 à Janeiro 2024



## Entregas de Publicações:

As entregas das Publicações de cada MT são momentos muito importantes do processo de caracterização. Ao retornar às comunidades, cada sujeito se reconhece como alguém que contribuiu no processo de produção daquele material, essa atividade promove inclusão e empoderamento das comunidades. O retorno da equipe com os resultados do processo é uma atividade dentro do processo de formação, a partir do princípio da construção coletiva de conhecimentos.

Tabela 3: Relação de entregas de publicações realizadas

<b>Realização de Entregas de Publicações nas Comunidades</b>	
<b>MT Carapitanga</b>	
Junho de 2022	– Entrega da Publicação Quilombo do Campinho
Julho de 2022	– Entrega da Publicação Aldeia Aporanga
Outubro de 2023	– Entrega da Publicação em Paraty Mirim
<b>MT Norte de Ubatuba</b>	
Maio de 2022	– Entrega da Publicação Praia do Estaleiro
Maio de 2022	– Entrega da Publicação Sertão de Ubatumirim
<b>MT Península da Juatinga</b>	
Maio de 2022	– Entrega da Publicação Praia Grande da Cajaíba
Maio de 2022	– Entrega da Publicação Martim de Sá
<b>MT Norte de Paraty</b>	
Novembro de 2023	– Entrega da Publicação Aldeia Pataxó
Novembro de 2023	– Entrega da Publicação na Praia Grande
Novembro de 2023	-Entrega da Publicação em Tarituba
Novembro de 2023	-Entrega da Publicação em São Gonçalo
<b>MT Territórios Caiçaras do Sul de Paraty</b>	
Novembro de 2023	– Entrega da Publicação na Praia do Sono
Novembro	– Validação dos conteúdos junto as comunidades

### MT Norte de Ubatuba II

Novembro de 2023 – Entrega da Publicação em Puruba

Novembro de 2023 – Entrega da Publicação no Quilombo do Sertão de Itamambuca

Novembro de 2023 – Entrega da Publicação na Aldeia Rio Bonito

Novembro de 2023 – Entrega da Publicação na Praia Vermelha

### MT Baía de Paraty

Fevereiro de 2024 – Ponta Grossa

Fevereiro 2024 – Ilha do Algodão

### MT Sul de Angra dos Reis

Fevereiro de 2024 – Quilombo Santa Rita do Bracuí

Fevereiro de 2024 – Praia Vermelha

Fevereiro de 2024 – Praia do Recife

Fevereiro de 2024 – Frade

Fevereiro de 2024 – Vila Histórica de Mambucaba





Figura 4: Entrega da Publicação MT Península da Juatinga na Praia Grande da Cajaíba, 2022



Figura 5: Entrega da Publicação MT Norte de Ubatuba na Praia do Estaleiro, 2022.







Figura 6: Entrega Aldeia Boa Vista, 2022.





Figura 7: Entrega da Publicação MT Carapitanga na no Quilombo do Campinho da Independência, 2022.



Figura 8: Entrega da Publicação MT Norte de Ubatuba II no Quilombo do Sertão de Itamambuca, 2023.







Figura 9: Entrega da Publicação Norte de Ubatuba II na Comunidade Caiçara de Puruba, 2023.



Figura 10: Entrega da Publicação Territórios Caiçaras do Sul de Paraty na Praia do Sono, 2023.







Figura 11: Entrega da Publicação MT Norte de Paraty na Comunidade Caiçara de Tarituba, 2023.

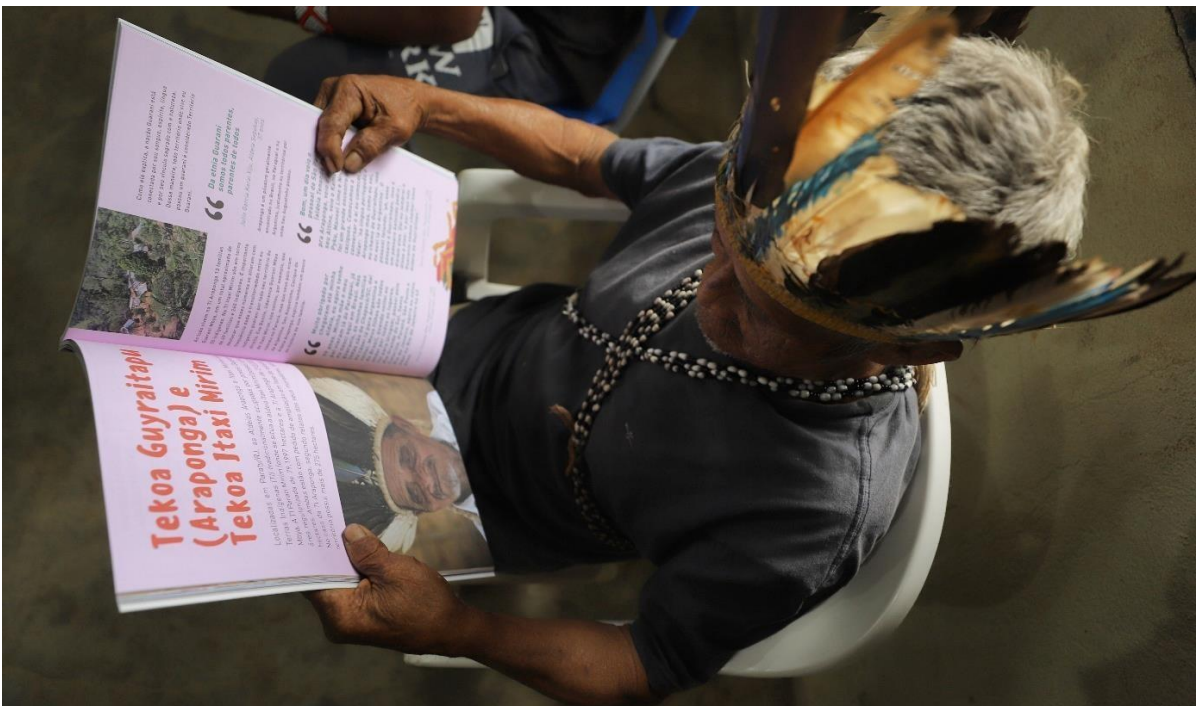


Figura 12: Entrega da Publicação MT Carapitanga na Aldeia Araponga, 2022.







Figura 13: Entrega da Publicação MT Norte de Paraty na Aldeia Pataxó, 2023.



Figura 14: Entrega das Publicações para a Rede Municipal de Professores de Ubatuba, 2023







Figura 15: Entrega da Publicação MT Sul de Angra dos Reis no Quilombo do Bracuí, fevereiro de 2024.



Figura 16: Entrega da Publicação MT Sul de Angra dos Reis na Comunidade do Frade. Fevereiro de 2024.





Figura 17: Entre das Publicações ao Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. Brasília, 2023.

## 5. PROCESSOS FORMATIVOS E BANDEIRAS DE LUTA DO FCT

### 5.1 A Caracterização enquanto um processo formativo:

O projeto Povos se destaca como uma ferramenta de luta essencial para o movimento social, oferecendo potenciais significativos, incluindo a formação política dos participantes envolvidos, que são militantes do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) e, portanto, membros das comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras dos territórios de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

A formação política ocorre através do aprofundamento nas questões sociais inerentes à caracterização dos territórios, que dialogam tanto com o conhecimento popular e tradicional trazido pela equipe quanto com o conhecimento científico desenvolvido pelo OTSS. Assim, a construção do Projeto Povos é um processo contínuo de formação dos participantes, que





contribuem coletivamente para sua elaboração. Essa abordagem se diferencia de outros projetos, nos quais as metodologias são aplicadas de forma pré-definida, muitas vezes ignorando os diversos saberes envolvidos.

As falas abaixo, do pesquisador comunitário do projeto Povos, Julio Karai e da Luísa Cardoso, exemplificam a promoção da ecologia de saberes e educação popular dentro do processo formativo e como foi na prática esse processo de aprendizagem.

Foi um processo de aprendizagem mesmo, onde a gente participava dentro da reunião e dessa construção, elaboração de relatório, ouvia a experiência, a história contando o modo de vida, indígena, caiçara e quilombola são os mesmos desafios, porque o território é um só, mas existem três povos, e ao mesmo tempo, uma luta quando a gente vê dentro dos desafios a mesma defesa pelo território, quando se fala do turismo, da educação, de demarcação, tudo é desafio na resistência. (Julio Karay – pesquisador comunitário do projeto Povos).

Os diferentes conhecimentos, popular e técnico, presentes na equipe do Povos também foram fundamentais para que o projeto desse certo, pois além do trabalho na base, foram produzidos muitos materiais que hoje servem para subsidiar políticas públicas para os povos e comunidades tradicionais, bem como, serem utilizados pelas comunidades tradicionais como instrumento de luta pela defesa do território. Assim, tendo a educação popular e diferenciada como um dos seus pilares, o projeto formou as juventudes do FCT, que hoje assumem papéis importantes para o movimento. (Luísa Cardoso - pesquisadora comunitária do projeto Povos).

Para a construção deste Projeto, algumas formações iniciais foram necessárias, a fim de preparar a equipe para a “chegança” no território, contextualizando a relação do projeto Povos como política pública no âmbito da condicionante ambiental, assim como no restante do processo em que os impactos da extração do Pré-sal surgem na caracterização, principalmente meio às atividades pesqueiras.

Ao longo do projeto foram realizadas sete oficinas de formação, a descrição e relato de cada uma delas pode ser acessado nos Produtos 1.4 Relato de Oficinas de Capacitação. Os temas de cada oficina de formação seguem na tabela:





<b>Tabela 4: Relação das Oficinas de Formação realizadas do POVOS:TEMA</b>	<b>DATA</b>	<b>LOCAL</b>
Metodologias e conceitos	Abril de 2019	Sede do OTSS/Paraty
Formação em geoprocessamento	Agosto de 2019	Comunidade caiçara de São Gonçalo
Impactos do Pré-Sal	Fevereiro de 2020	Quilombo Campinho da Independência
Cartografias Insurgentes	Outubro de 2020	virtual
Formação sobre o Programa de Educação Ambiental - PEA	Novembro de 2020	virtual
Grandes Empreendimentos	Julho de 2021	virtual
Mapeamento Coletivo de Impactos	Agosto de 2021	virtual

Neste sentido, na primeira oficina de formação da equipe foi realizado o aprofundamento, alinhamento e atualização sobre o Projeto Povos e outros projetos em curso ou já finalizados no território como: Programa de Educação Ambiental – PEA; Projeto de



Avaliação dos Impactos Cumulativos – PAIC; Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira – PMAP. Outra importante formação para esse momento inicial, foi aprofundamento da equipe sobre os temas “Impactos do Pré-sal na Bocaina” e, “Capacitação para o Licenciamento Ambiental”.

Pra mim foi desafiador, chegar dentro na comunidade com todos os cuidados para fazer reunião para falar dos povos e construir com a participação deles, junto esse processo, foi muito desafiador e também de muita aprendizagem dentro desse nosso processo de formação comunitária, da equipe, acadêmico também, então nesse processo que realizamos a caracterização nas comunidades. (Júlio Karay – pesquisador comunitário do projeto Povos)

Conforme cita o pesquisador comunitário Júlio Karay, a chegada nas comunidades é um momento desafiador que requer preparos, por isso as atividades formativas realizadas nesse início contribuíram para uma melhor atuação da equipe em todas as etapas do projeto, uma vez que a compreensão sobre o projeto não foi sanada em apenas uma conversa.

Outro importante aspecto das formações foi a construção do nivelamento entre a equipe acerca de metodologias e conceitos que permeiam todo o processo de caracterização como foi o caso da matriz F.O.F.A, do mapa falado, do mapa de satélite, o painel de patrimônio material e imaterial, todos adaptados pela equipe de acordo com a sua realidade de trabalho. Foi trabalhado o fortalecimento da grupalidade e afinidades da equipe entre si, sua inserção nos microterritórios a serem trabalhados, o mapeamento dos interlocutores e articuladores locais e o planejamento das atividades de entrada nos microterritórios para caracterização.

Para o trabalho em campo, foram necessárias formações em técnicas de georreferenciamento e de mapeamento; realização de entrevistas, levantamento e sistematização de dados e depoimentos vivenciais.

Ao participar das trocas e interação com o campo, como profissional de geoprocessamento pude aprimorar a visão de inserção de dados que representem as narrativas hegemônicas do território, bem como transformar o mapa “convencional” em algo alternativo e dinâmico e promover algumas discussões que resultaram em mobilização ou consciência social do espaço-tempo, me tornando um instrumento de mudança e justiça social. (Janaina Cassiano – profissional de geoprocessamento do Projeto Povos)



Em complemento à prática do georreferenciamento, foi realizada uma formação sobre “Cartografias Insurgentes” e “Educação popular”, com o objetivo de construção de fluxos cartográficos como ferramenta de resistência aos limites impostos pelo capital; identificar territórios em situação de violência e militarização; usar a cartografia produzida em ações práticas no território; encaminhar estratégias de trabalho.

Vale destacar que os processos formativos também contribuíram para a formação política de militantes do FCT que atuaram também como agentes de incidência e de transformação sociopolítica em seus territórios, conforme destacados nas falas abaixo:

O saldo para a militância social foi muito grande. Até para construir vínculo territorial no sentido de ampliar a incidência política de forma processual e levando em consideração esses territórios tão disputados com várias interferências internas e externas. (Jadson dos Santos, pesquisador comunitário do Projeto Povos).

Através das experiências vividas nas oficinas pude compreender que apenas a caracterização feita de forma participativa, com o protagonismo comunitário e pelo viés da Movimento Social é capaz de construir uma ferramenta potencialmente transformadora da realidade, na medida que permite uma análise sobre o meio em que se está inserido junto ao anseio e construção de estratégias para incidência na mesma. (Raquel Albino, pesquisadora comunitária no Projeto Povos).

Entramos em comunidades que muitas vezes são isoladas, não conheciam o movimento social Fórum de Comunidades Tradicionais e o OTSS. Explicar e construir com a comunidade é maravilhoso. Levar informação sobre seus direitos e formação para fortalecer a cultura e as práticas dessas comunidades não tem preço. (Fabiana Ramos – pesquisadora comunitária do Projeto Povos).

Para a realização das formações, também foram destacados pela equipe alguns desafios para alcançar os objetivos do projeto, como a diferença do tempo do projeto e o tempo das comunidades, processos burocráticos, condições climáticas, a pandemia.

Mediante ao que foi citado, é possível considerar como parte deste caminho formativo, os inúmeros desafios encontrados, seja em âmbito concreto como a falta de estrutura física e a ausência de políticas públicas, de compreensão política, presença de



conflitos internos e desinformação, como também relacionados às más condições climáticas que podem impossibilitar a chegada da equipe nas comunidades que dependem de acesso marítimo, no entanto, também é possível identificar que a formação contribuiu para a melhoria dos processos de trabalho, para aprendizado pessoal e profissional e para o fortalecimento do movimento social.

## 5.2 Resultados do núcleo jovem do FCT.

Cabe destacar que para a composição da equipe do projeto Povos foi priorizada a contratação das juventudes do FCT, uma vez que um dos objetivos para a inserção destes no projeto foi promover a formação tecno-política e potencializar a ação destes no território e, conseqüentemente, dentro do movimento social.

Dentre as formações voltadas para as juventudes, pode-se destacar a de comunicação popular e de geoprocessamento, por serem recursos e tecnologias que as juventudes mostraram mais interesse e que ao se apropriarem podem utilizá-los para fortalecer o território tradicional.

A comunicação popular, além de uma das frentes de luta do FCT, também é um recurso de suma importância para o Projeto Povos, justamente porque cria conteúdos como fotos, vídeos, textos para divulgação nas redes sociais, relatórios e para a publicação final. Assim, o projeto também contemplou formações com essas temáticas, a fim de qualificar a equipe como comunicadores capazes de incidir na elaboração de conteúdo e na divulgação das ações do projeto, em especial junto às comunidades caracterizadas.

A equipe de comunicação do projeto aponta a necessidade da formação de uma equipe de comunicadores populares para a continuação do Projeto Povos nas próximas fase; ajudando a fortalecer a participação comunitária.

Inicialmente concebido para a coleta, processamento e armazenamento de informações, o geoprocessamento evoluiu para se tornar um recurso indispensável à equipe durante a execução do projeto. Além disso, a capacitação das jovens gerações locais em geotecnologias tornou-se crucial para fortalecer o princípio central da cartografia social: o empoderamento das comunidades sobre seus próprios territórios. Sob essa premissa, as comunidades passam a desempenhar um papel central na produção e modificação de suas



próprias representações cartográficas, contribuindo assim com dados e plataformas essenciais para a defesa de seus territórios.

A visão do comunitário sobre seu território muda quando o mesmo consegue realizar essa visualização “por cima”. Os comunitários conseguem identificar invasões, movimentos de terra, perda de floresta, suas áreas de roça, seus usos tradicionais, dentre outras coisas que dificilmente são vistas em uma visão geral térrea. (Janaina Cassiano, profissional da equipe de geoprocessamento do Projeto Povos).

### 5.3 Educação Diferenciada

Ao longo do processo de caracterização, as comunidades foram apresentando demandas relacionadas a educação diferenciada, principalmente nos territórios onde a atuação dos Coletivos de Apoio à Educação Diferenciada estavam mais incidentes naquele momento, como foi o caso do Coletivo de Ubatuba e Ilhabela. Desta forma, sabendo-se que o projeto Povos apresenta como um dos seus objetivos o fortalecimento das bandeiras de luta do FCT, a atuação deste frente à educação diferenciada, inicialmente, deu-se por meio das “Partilhas Temáticas”.

Ao longo do projeto foram realizadas 10 partilhas temáticas, cujo temas seguem descritos na tabela. Os relatos detalhados de cada atividade podem ser acessados nos Produtos 4.3 Relato de Partilha.

Tabela 5: Relação de Partilhas Temáticas realizadas no Povos

TEMA	DATA	LOCAL
Turismo de Base Comunitária	Janeiro de 2020	Quilombo da Fazenda
Educação Diferenciada	Outubro de 2020	Virtual
Economia Solidária	Janeiro de 2021	Virtual
Turismo de Base Comunitária	Junho de 2021	Quilombo do Sertão de Itamambuca
Economia Solidária	Novembro de 2021	Virtual



Educação Diferenciada	maio de 2022	Aldeia Tenondé-Porã (SP); MPF/SP; virtual
Turismo de Base Comunitária	Junho de 2022	Vila do Abraão, Saco do Céu, Parnaioca - Ilha Grande
Educação de Jovens e Adultos	Junho de 2022	Angra dos Reis
Narrativas afroreferenciadas	Novembro 2022	Quilombo da Fazenda
Pesca e Maricultura	Dezembro de 2023	Almada

Foram realizadas duas partilhas entre os anos de 2020 e 2022, o primeiro visando promover uma troca de experiências entre os quatro coletivos instituídos no território (Angra dos reis, Paraty, Ubatuba e Ilhabela) e o segundo buscando uma troca entre os diversos povos, indígenas, quilombolas, caiçaras e assentados, que discutem a educação diferenciada em seus territórios.

Na medida em que o Projeto Povos foi ganhando visibilidade dentro do território e, com os as ações iniciais realizadas por meio das partilhas com os Coletivos, começou a alcançar a esfera da gestão municipal, sendo também utilizado, em ação conjunta aos Coletivos, como um recurso de formação para comunidade escolar.

A primeira ação realizada nesse âmbito foi em meados de 2022, em que a equipe do Projeto foi convidada pela secretaria municipal de Ubatuba a realizar uma oficina sobre a metodologia aplicada enfatizando a importância da cartografia social para a educação diferenciada. Após a finalização da oficina, vieram diversos pedidos para que houvesse apresentações nas escolas e a criação de um projeto político-pedagógico mais inclusivo e que trabalhasse mais a cultura local, fortalecendo as comunidades e as pessoas que participaram do processo.

Em 2023, realizou-se uma formação sobre educação diferenciada com os coordenadores da rede municipal de educação de Ubatuba, em que os participantes destacaram a falta de material didático para trabalhar os conteúdos relacionados às comunidades tradicionais.

Durante a etapa de entregas das publicações nos territórios e a cada oficina ministrada pelo projeto, publicações foram entregues para as escolas e secretarias, a fim de contribuir





com uma abordagem mais inclusiva, participativa e contextualizada na educação diferenciada, considerando as diversas realidades e necessidades dos estudantes das comunidades tradicionais e servindo de construção de um sistema educacional mais eficaz e justo.



Figura 18: Formação com educadores de Ubatuba, 2023.

A cada contribuição do Projeto para a educação diferenciada ao longo desses cinco anos de atuação, ficou evidente que ao combinar a luta do movimento social pela educação diferenciada, a cartografia social insurgente e uma rede municipal de ensino eficaz, é possível criar um sistema educacional que entenda a realidade de cada indivíduo, suas dificuldades, bem como trabalhar com um material produzido pela própria comunidade para a comunidade, onde o conhecimento ali anexado não é dispersado. Isso significa que os estudantes terão a oportunidade de aprender em um ambiente que valoriza sua individualidade e suas experiências, aprender histórias sobre sua cidade contada por parentes e pessoas próximas e ao mesmo tempo, promover integração com a comunidade para que a mesma participe ativamente na construção de um sistema educacional que atenda às suas necessidades. Essa abordagem coloca a educação no centro do desenvolvimento social e contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, empoderados e comprometidos com o bem-estar de suas comunidades e sociedade como um todo.



Sendo assim, ao fortalecer as ações de educação diferenciada em um território tão vasto, respeitando-se as especificidades e os tempos de cada comunidade, o Projeto Povos pode contribuir com o protagonismo e legitimidade do movimento social, ampliando também sua capacidade de governança e gestão, em busca de soluções para conflitos, estratégias e incidência política dos Coletivos de Apoio à Educação Diferenciada.

## 6. DA TERRA LIVRE AO TERRITÓRIO ÚNICO

A caracterização realizada pelo Projeto Povos mostrou que o território tradicional das comunidades de Ubatuba, Paraty e Angra dos Reis não têm fronteiras. Ele é definido em função da ancestralidade, do parentesco, das relações sociais e comerciais, das trajetórias familiares de mobilidade pelo espaço e dos usos e interações com o meio físico e biótico. É um território de uso, de pertencimento, de memória e identificação coletiva, de afeto.

Quando esses aspectos são considerados como fatores determinantes do conceito de território, ele passa a ser entendido como espaço-tempo de relações que transcende as fronteiras formais de estado, de bairros, praias ou vilas. Por muito tempo, a mobilidade (essa prática das famílias morarem em diferentes localidades ao longo da sua trajetória) era comum, muitas famílias caiçaras, quilombolas e guarani mudavam de lugar. Reconstruíam sua casa de barro, plantavam sua roça, e continuavam a viver dos recursos presentes no novo lugar. Isso só era possível porque a terra era livre, e estava acessível para quem tivesse força e coragem para desbravá-la. “A terra é de quem trabalha nela”.

A andança pela terra livre de Ubatuba, Paraty e Angra dos Reis foi essencial para consolidar a ideia de que o território é um só. Essa visão de unidade, de continuidade e de integração permanece até hoje no modo como as comunidades pensam o seu espaço de pertencimento. No caso dos guarani mbya, a região de perambulação é ainda maior, pois o território se estende do Paraguai e Argentina até as regiões sul, sudeste e centro oeste do Brasil. Na língua dos guarani mbya, a ideia de terra livre sem fronteiras é traduzida pela palavra *yvyrupa*, “a terra, uma só”.

A noção de propriedade sobre a terra é algo relativamente novo na região, especialmente em localizações como a península da Juatinga ou outras pontas, penínsulas e ilhas de difícil



acesso nos três municípios, que permaneceram isoladas ao longo do séc XX. A técnica de roças por pousio, onde as áreas de plantio são alternadas “para dar descanso para a terra”, demonstram o deslocar das comunidades pelas regiões. A Ponta Negra, em Paraty, e a costeira dos Paru, na Enseada, em Ubatuba são exemplos de comunidade formadas a partir do “andar” comunitário pelos caminhos que levam a novas terras, novas áreas de roça.

Com a chegada do turismo, do mercado imobiliário, dos empreendimentos, das unidades de conservação, e do conseqüente declínio das práticas tradicionais, a mobilidade ficou limitada, e cada vez mais as famílias passaram a se fixar em um lugar e construir casas cada vez mais próximas umas das outras, criando núcleo adensados de ocupação. A mobilidade guarani também sofreu influência com a criação das Terras Indígenas demarcadas, mas mesmo com fronteiras delimitadas, isso não impediu que as famílias indígenas continuassem circulando pelas várias TIs onde existem parentes e morando em várias aldeias ao longo da vida.

Outro fator que alterou a organização social de uso do espaço foi a construção da BR 101. A rodovia cindiu a unidade territorial formada pelas escarpas da serra, pelos vales recortados pelos corpos de água doce e pela zona costeira e o mar. A partir desse demarcador imposto na paisagem, criou-se uma ideia equivocada de que tudo o que está à esquerda da estrada (olhando para o norte) é “sertão”, e o sertão está apartado da praia, como se essa divisão sempre tivesse existido. Mas ao contrário, o que os relatos dos mais antigos mostram é que as áreas de uso sempre foram contínuas, e que os caminhos que ligavam as diversas zonas dos territórios passavam por praias, morros, vales e planícies, águas doces e salgadas, areia, roça e florestas remotas nas encostas da serra. Caiçaras, quilombolas e guarani mbya estão familiarizados com todos esses espaços, foram criados em um território que sempre foi composto desses elementos e entendido de forma integrada e complementar. Em cada um desses espaços são realizadas diferentes atividades que são essenciais para que outras práticas ocorram em outros espaços. É o caso da prática tradicional do feitiço das canoas. As canoas nascem em zonas remotas da floresta, são trazidas para morar na areia, mas vivem para navegar na água salgada e trazer peixe.

Os núcleos de ocupação mais adensados que se consolidaram e cresceram a partir da segunda metade do século XX são espaços de referência de memória e pertencimento. São os territórios nomeados que o Projeto Povos considera em seu escopo de atuação. Mas a



existência desses núcleos não exclui esse modo de pensar o território expandido e interconectado, pois dentro de cada uma dessas comunidades as pessoas mantêm relações de diferentes naturezas com outras comunidades. O projeto Povos observou e coletou inúmeros exemplos dessas relações intercomunitárias, e de forma sistemática as mais comuns que surgiram foram as seguintes:

- a) relações de parentesco e memória genealógica
- b) relações de solidariedade e ajuda mútua
- c) relações de troca comerciais
- d) participação em encontros e celebrações
- d) relações entre crianças no espaço escolar.

Sobre o primeiro tipo de relações intercomunitárias, foram muito comuns os relatos de pessoas que nasceram e se criaram em uma comunidade, mas tem parentes que nasceram em outros lugares. As genealogias construídas pelos pesquisadores do Povos com as comunidades mostram que nas gerações ascendentes elas apresentam um número significativo de relações de parentesco com outras comunidades do território. E a prática de “misturar as famílias” continua viva, porque até hoje os casamentos são importantes na dinâmica das trocas intercomunitárias e segue conectando diversos lugares do território.

Sobre solidariedade e ajuda mútua, é uma prática tradicional realizar mutirões para cumprir tarefas agrícolas, para construir uma casa ou para puxar uma canoa da mata até a praia. Até hoje as pessoas convocam mutirões de trabalho e membros de várias comunidades participam, consolidando e atualizando laços de solidariedade, além de ser um espaço importante de socialização das crianças e aprendizados das práticas tradicionais.

Há também as trocas e transações comerciais de peixe, produtos agrícolas como mandioca, banana, farinha e tantos outros, plantas medicinais e de peças da cultura material tradicional, como canoas, remos, cestos, tipitis, etc. As famílias que produzem fornecem para outras que não produzem e que preferem consumir os produtos agroecológicos e o peixe proveniente da pesca artesanal. Assim se configura um mercado interno que abastece as comunidades dos produtos oriundos de práticas tradicionais. Boa parte da campanha “Cuidar é Resistir” que o FCT coordenou para apoiar as comunidades tradicionais do território durante



a pandemia de Covid-19 foi organizada tendo como base a identificação dos produtores e o escoamento dos produtos dentro dos territórios vizinhos, colocando em prática os chamados “ciclos curtos” que aproximam produtores e consumidores finais.

Desatacam-se também as festas (religiosas ou não), os bailes de fandango e as corridas de canoa caiçara criam e atualizam elos intercomunitários. Quando as comunidades se visitam e se encontram para celebrar, estão fortalecendo vínculos que mantêm viva a ideia de território único e compartilhado. A Festa da Folia do Divino, que tem como princípio a itinerância pelos vários bairros do município, é um bom exemplo de celebração que tem como uma de suas funções atualizar a caminhada e assim expandir os limites das comunidades locais.

As crianças, principalmente a partir do 6º ano, também circulam pelo território e se conectam diariamente com pessoas de outras comunidades. O segundo segmento, ou Fundamental II geralmente ocorrem em escolas maiores que reúne as crianças de todas as comunidades do entorno. E depois, para o ensino médio os jovens se reúnem novamente nas escolas situadas nas sedes municipais, onde entram em contato com a população urbana também.

A seguir, será apresentada uma síntese sobre a caracterização de cada microterritório, sendo que os dados mais detalhados de cada recorte territorial podem ser acessados nos Relatórios Finais de Caracterização por MT (Produto 4.2), assim como nas Publicações de cada MT. Os mapas produzidos por cada microterritórios estão reunidos no anexo (Caderno de mapas I, II e III). É importante ressaltar que cada rodada de caracterização foi realizada por equipes de campo distintas. Portanto, as sínteses que seguem relativas a cada microterritório apresentam variações quanto a ênfase de seus conteúdos. Cada equipe de campo, a partir de diferentes perspectivas e experiências, trouxeram abordagens variadas para interpretar e organizar os dados, refletindo as particularidades de cada contexto investigado. Enquanto um grupo possa ter priorizado determinados temas ou questões, outros podem ter dado mais importância a diferentes aspectos da realidade local. Essa diversidade de enfoques permitiu uma compreensão mais abrangente e contextualizada dos resultados da pesquisa, embora também tenha contribuído para uma certa heterogeneidade na forma como os dados foram tratados e apresentados.





## CARAPITANGA

A bacia do Rio Carapitanga integra quatro comunidades tradicionais: duas aldeias Guarani Mbya (aldeia Araponga e Itaxi Mirim), Quilombo do Campinho e Comunidade Caiçara de Paraty Mirim. Este território está sobreposto pela Área de Proteção Ambiental Cairuçu, unidade de conservação criada em 1983 e formada por uma área continental e mais 63 ilhas, abrangendo um total de 34.690,72 hectares. O nome dado a este conjunto de territórios se inspira no rio Carapitanga, que passa pelas quatro comunidades caracterizadas pelo Projeto Povos.

O Rio Carapitanga é um dos elementos que mais expressa a unidade entre o modo de vida tradicional dessas comunidades, aproximando suas práticas, costumes e saberes. No Projeto Povos, os relatos dos griôs, pajés, caciques, mestres e mestras nos contaram um pouco das histórias, dos usos e vivências no Rio Carapitanga.

É na Aldeia Araponga, uma comunidade tradicional Guarani Mbya, que nasce o rio Carapitanga, fornecendo água para as oito (8) famílias que vivem ali. Por sua vez, esse mesmo rio espalha poços entre os treze (13) núcleos familiares do Quilombo Campinho da Independência<sup>[1]</sup>, chegando, em seguida, na Aldeia Itaxi Mirim, onde é palco de alegria e diversão para as quarenta e sete (47) famílias Guaranis Mbya que ali residem. Por fim, desemboca na Comunidade Caiçara de Paraty Mirim, aonde garante sustento e renda para muitos dos quase trinta e dois (32) núcleos familiares caiçaras. O Rio Carapitanga provavelmente é um dos elementos que mais expressa a unidade entre o modo de vida tradicional dessas comunidades, aproximando suas práticas, costumes e saberes.

Apesar da importância do rio Carapitanga, as comunidades identificam mudanças no território que colocam em risco a qualidade da água, a diversidade de espécies e os usos tradicionais que as comunidades fazem. O crescimento populacional na região e o descuido com o rio estão impactando o sistema sociocultural e ecológico que depende dessas águas.

Para as comunidades tradicionais, a natureza não é apenas importante devido ao uso dos recursos. Ela é a base dos modos de vida e, para muitos, a natureza é sagrada. Por isso, as práticas cotidianas são realizadas com respeito, cuidado e reverência. Dessa maneira, todo





impacto negativo ao ambiente e às práticas tradicionais podem trazer consequências também psicológicas e espirituais. Por exemplo, muitas das falas apontam para a alta poluição do rio com a chegada da BR101 e, conseqüentemente, com o aumento da urbanização em torno dos territórios tradicionais. Foram relatados os casos de assoreamentos de partes dos rios e as enchentes também conseqüentes da construção da BR101 e do processo de urbanização.

Em 2019, O Sítio Misto de Paraty e Ilha Grande tornou-se Patrimônio Mundial da Unesco e a cultura viva presente nas comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras que ocupam esses territórios foram fundamentais para esse reconhecimento. Espera-se que reconhecimentos dessa natureza possam contribuir para proteger os territórios tradicionais e combater os problemas históricos que veremos a seguir, de omissão dos órgãos públicos, grilagem de terras, especulação imobiliária, restrições ambientais e criminalização de práticas tradicionais e tantos outros fatores de pressão menos visíveis de desagregação socioambiental gerada pelo atual modo de produção e consumo de nossa sociedade.

## PENÍNSULA JUATINGA

As comunidades que compõem esse microterritório estão localizadas ao longo da costeira da península da Juatinga, na porção sul da Baía da Ilha Grande, no município de Paraty. A península abrange desde a margem direita do Saco do Mamangá até a Praia do Sono, e toda sua extensão é território histórico de comunidades tradicionais caiçaras.

Antes dos caiçaras, a Juatinga era ocupada por indígenas, mas essa população foi desaparecendo durante a colonização, com a chegada dos europeus e dos africanos e com o violento processo de invasão que começou pelo litoral. Conta-se que a Praia Grande da Cajaíba abrigou um dos primeiros quilombos que se formaram na região. As comunidades caiçaras nasceram desse encontro de povos, e foram se consolidando na costa do sudeste brasileiro ao longo do século XIX.

Vivendo em meio a um relevo acidentado, coberto de mata atlântica, com abundância de água doce, numa costeira recortada e banhada por mar cristalino, os caiçaras da Juatinga se estabeleceram nesse território construindo uma relação ecológica cuidadosa e sustentável. O modo de vida caiçara na Juatinga é totalmente enraizado no território. Há uma interdependência entre a cultura e o ambiente, pois ao mesmo tempo em que o manejo



caíçara moldou a paisagem, esse espaço foi, e continua sendo, um elemento inseparável da sua identidade e cultura.

A caracterização abarcou a maior parte dos territórios tradicionais da península. As comunidades estão localizadas em duas enseadas separadas pela Ponta da Juatinga. Navegando para a região a partir de Paraty, avista-se primeiro a enseada da Cajaíba, entre a Ponta da Cajaíba e a Ponta da Mesa. A enseada da Cajaíba abrange a praia da Deserta, Praia Grande da Cajaíba, Itaóca, Gaietas, Calhaus, Ipanema e Pouso da Cajaíba. Após a Ponta da Mesa, no costão em direção à Ponta da Juatinga, estão as comunidades do Saco Claro, Saco das Sardinhas e da Juatinga. Virando a Ponta da Juatinga, pode-se ver o outro conjunto de localidades caiçaras que se encontram entre a Ponta da Juatinga e o Ilhote do Cairuçu. Nesta área estão a Praia da Sumaca, a Ponta da Rombuda, a Praia de Martim de Sá, o Saco das Anchovas e o Cairuçu das Pedras. Diferente da Baía da Cajaíba, essa região fica exposta às correntes e ressacas de mar aberto, e por razões geográficas e históricas, segue sendo a zona mais remota e selvagem da península.

As comunidades caiçaras dessa região são conhecidas em Paraty como as “comunidades da costeira”, não só porque seus territórios estão localizados à beira mar e são acessados quase exclusivamente de barco, mas porque uma boa parte dessas localidades não possui praia e o embarque e desembarque são feitos nas pedras do costão.

Devido aos obstáculos geográficos da península, o traçado da BR 101 que liga Ubatuba a Paraty passou longe das praias e não viabilizou o acesso terrestre motorizado às localidades onde residem as comunidades caiçaras. Para chegar à região é preciso ir pelo mar ou a pé, em caminhadas por trilhas que duram horas ou dias de subidas e descidas. Embora a BR 101 tenha alterado todo o território da Bocaina, promovendo a chegada maciça do turismo e da especulação imobiliária, o relativo isolamento da Juatinga contribuiu decisivamente para a proteção da cultura local tornando a península o mais preservado reduto de comunidades tradicionais caiçaras do município de Paraty. Os territórios caiçaras da Juatinga estão sobrepostos por duas unidades de conservação: uma federal de uso sustentável chamada Área de Proteção Ambiental (APA) criada em 1983 e que, além da península, abrange uma boa porção territorial e insular de Paraty, somando 34.690,72 hectares; e uma unidade estadual de proteção integral, a Reserva Ecológica da Juatinga (REJ), criada em 1991, com 9.797 hectares, em processo de recategorização. As duas UCs



tiveram como justificativa e objetivo de criação a proteção ambiental e também das comunidades caiçaras da região.

O trabalho de caracterização envolveu diretamente 10 localidades atualmente ocupadas por comunidades caiçaras: Praia Grande da Cajaíba, Calhaus (junto com Ipanema), Pouso da Cajaíba, Saco da Sardinha, Saco Claro, Juatinga, Martim de Sá, Saco das Anchovas, Cairuçu das Pedras e a Sumaca, onde reside apenas um morador caiçara. Além destas, localidades como a Praia da Deserta, Gaieta, Itaóca e Rombuda foram indicadas como território histórico caiçara pelos moradores da península, mas não foram realizados levantamentos de campo mais detalhados nesses locais.

A população total nestas 10 comunidades é de cerca de 650 pessoas, incluindo alguns parentes que dividem residência entre a costeira e a cidade. A comunidade mais populosa é o Pouso da Cajaíba, seguida pelo Calhaus e depois Juatinga. A Sumaca tem apenas um morador e as demais comunidades variam entre 10 e 40 pessoas.

O povo caiçara da península habita essa região há muitas gerações. Nas entrevistas surgiram relatos sobre a trajetória de famílias que estão no território há pelo menos 7 gerações. Ao longo desses mais de 150 anos, seus descendentes foram se espalhando em várias localidades. Assim como uma árvore que vai dispersando seus galhos e suas sementes, as famílias caiçaras foram ocupando diferentes localidades da península e da Bocaina em geral. O casamento e a procura por melhores áreas de trabalho foram as principais razões que motivaram o deslocamento de pessoas, e às vezes de famílias inteiras de uma localidade para outra. Assim, ao longo de décadas, foi se formando uma rede de parentesco que conecta todas as comunidades da península, incluindo também a Ponta Negra e a Praia do Sono.

O modo de vida caiçara se desenrola em diferentes espaços do território e integra praia, costeira, encostas, sertão e mar. As atividades são definidas e organizadas muito em função das estações do ano, geralmente chamadas de “tempo quente” e “tempo frio”. As estações definem o tempo de fazer roça, o tempo de pescar e o trabalho no turismo. Também influencia as condições de navegação e a circulação das pessoas entre as comunidades e para a cidade. A vida na Juatinga está muito conectada aos ciclos naturais e eventos climáticos do território.



O modo de se relacionar e de apreender o território se expressa de várias maneiras. Uma delas é o nome dado para os lugares (os topônimos). Na Juatinga, os morros, as pedras, tocas, sacos, pontas, trilhas, ilhas, sertões, tudo recebe um nome. Os nomes são escolhidos pelo formato, pelo uso, ou pela memória de algum fato ali ocorrido. Assim, a Juatinga não é um mero cenário da vida caiçara, e sim um espaço repleto de significados, uma paisagem produzida pelos seus habitantes ao longo de gerações vivendo ali. A maior parte das localidades habitadas tem praia, com exceção de quatro comunidades que se formaram nas encostas da costeira: Juatinga, Saco Claro, Saco da Sardinha e Saco das Anchovas.

Nas comunidades com praia, as embarcações de pequeno porte (botes) chegam pelo mar e “aterrissam” na faixa de areia. Nas comunidades onde não tem praia, o acesso se dá pelas pedras, em estivas feitas de madeiras roliças, por onde as embarcações são puxadas até os ranchos. O Saco da Sardinha e a Juatinga possuem cais, facilitando o embarque e desembarque em dias de mar agitado. Também sobre as pedras são construídos os varais, que são plataformas de bambu ou madeira que servem para estender as redes de pesca, para que sequem e para serem consertadas. Tais estruturas evidenciam a adaptabilidade caiçara às características espaciais de seu território.

A praia é um espaço de encontro e lazer, e em muitas comunidades é o lugar de jogar bola. Ao longo da faixa de areia se localizam os ranchos para guardar embarcações e petrechos de pesca. Alguns ranchos também podem ser usados como quiosques e bares que atendem a demanda do turismo na temporada. Fora de temporada, muitos desses comércios voltam a ser ranchos de pesca.

Todos os núcleos de moradia caiçara se situam bem próximos ao mar, na subida das encostas. As casas são ligadas por caminhos estreitos que respeitam e aproveitam os elementos da natureza. Os caminhos aproveitam as pedras, as árvores, raízes e respeitam os fluxos d’água na feitura das trilhas, evitando impactar o ambiente com grandes obras de infraestrutura.

Nos quintais das casas há plantas medicinais, frutíferas, muitas flores e alguns mantêm criação de galinha. Antigamente era comum também criação de porco. As áreas agrícolas podem estar perto da casa, ou mais afastadas. As zonas agrícolas mais afastadas do mar são chamadas de “sertão”. Em alguns relatos, a palavra “sertão” aparece associada ao nome de quem trabalha na área, o “sertão do seu fulano”. Em outros, aparece como forma de se referir



às áreas “mais retiradas da comunidade”, às zonas de “mata virgem” que recobrem todo o interior da península, e que são espaços de uso comum.

O espaço da mata é fonte de recursos fundamentais para a vida caiçara, fornecendo água, cipós e madeiras para construção de casas, canoas, remos e remédios naturais. Durante muito tempo, a mata forneceu também um importante complemento alimentar, por meio da caça, extração de palmito e frutas. Até hoje, a mata inspira respeito e cuidado. E, para alguns, é um espaço considerado sagrado.

Outro espaço essencial da vida cotidiana dos caiçaras é o mar. O mar provê a maior parte da renda familiar, não apenas com a pesca, mas também por meio da atividade de turismo náutico no verão. Além disso, pelo mar são feitas as travessias para a cidade para acessar serviços de saúde, fazer compras e visitar parentes. Essas rotas marítimas são importantes para a história do povo da costeira. Segundo contam, as idas para a cidade se tornaram mais frequentes nos últimos anos, à medida em que as pessoas foram adquirindo embarcações motorizadas.

Primeiro as travessias eram feitas em canoas a remo, e muitos moradores mais velhos da região contam as sagas que enfrentavam no mar nessas viagens. Depois começaram a surgir as canoas motorizadas que duraram até os anos 70, e depois vieram as baleeiras e os pequenos botes de madeira, ainda presentes na região. Só mais tarde os caiçaras começaram a comprar barcos maiores de pesca. Os botes de fibra com motor de popa, muito mais rápidos que as embarcações anteriores chegaram com força no início dos anos 2000. Eles são muito utilizados em fretes de turismo, mas também na pesca.

O mar é uma constante na paisagem visual e sonora dos moradores da península. Ele habita as casas, as roças e seu barulho ressoa dentro das pessoas todos os dias. O povo da costeira está sempre atento aos ventos, à influência da lua e das marés, e articula todas essas variáveis para prever o tempo, as condições do mar, e com base nisso organizam o seu tempo de trabalho.

Na Juatinga, saber fazer a leitura do ambiente marinho é determinante para o sucesso e a segurança nas atividades. Esse sistema de conhecimentos tradicionais é de grande importância e vem sendo construído, transmitido e atualizado ao longo de várias gerações.

A caracterização revelou a riqueza dos conhecimentos e práticas tradicionais envolvidos na pesca, agricultura, extrativismo e construção de casas. Por meio desses





saberes, essas atividades continuam sendo a base do modo de vida caiçara na Juatinga, e elas envolvem o manejo de uma grande quantidade de espécies terrestres e marinhas. Cada uma delas acontece de diferentes maneiras em cada comunidade, como se verá nos capítulos a seguir, mas vale destacar que a pesca é central em todas as comunidades da Costeira.

A pesca artesanal coloca em prática um sistema de conhecimentos que inclui desde o feitiço das canoas e remos, confecção dos petrechos, técnicas de captura adequadas, até a compreensão dos diferentes ambientes marinhos, das características do solo subaquático e do comportamento das espécies (se são peixes de passagem, onde costumam ficar, o que gostam de comer, quando se reproduzem). Tudo isso conectado às estações do ano, que também influenciam todo o ambiente. O conjunto desses saberes e práticas constitui um dos principais bens do patrimônio cultural caiçara, e está ameaçado pela redução do estoque pesqueiro na região.

Mesmo assim, a pesca artesanal resiste: ela acontece tanto nas regiões mais próximas da costeira - com a rede mijuada (ou de espera), cerco fixo flutuante, linha, fisga e mergulho - quanto em áreas até 30 milhas afastadas da costa - com espinhel e redes. Importante destacar que a península da Juatinga é a região que concentra o maior número de cercos fixos flutuantes de toda a Bocaina. Entre a Ponta da Cajaíba e o Ilhote do Cairuçu foram identificados 30 pontos de cerco nos mapeamentos realizados pelas comunidades. Essa técnica pesqueira, introduzida no início do século XX pelos japoneses, é uma das mais sustentáveis artes de pesca pois os peixes permanecem vivos dentro da armadilha, sendo possível retornar ao mar os peixes que não são vendidos nem consumidos pelas famílias caiçaras.

A pesca embarcada que também emprega caiçaras da Península da Juatinga percorre áreas bem maiores, chegando a cruzar toda a baía da Ilha Grande, e também áreas de mar aberto fora da Baía. Ao Sul, normalmente ultrapassam a fronteira com o Estado de São Paulo. Há relatos de pescadores que já trabalharam embarcados na pesca da sardinha e corvina em uma extensão costeira que vai do Rio Grande do Sul à Bahia.

A pesca também é fundamental para a economia local. Além de ser importante para a alimentação, a pesca é a principal fonte de renda familiar no Pouso da Cajaíba, Calhaus, Saco Claro, Saco das Sardinhas, Cairuçu das Pedras, Saco das Anchovas e Juatinga.



A roça de coivara é a técnica agrícola tradicional até hoje praticada na região, e encontra-se ativa no Cairuçu das Pedras, Saco das Anchovas, Praia Grande da Cajaíba, Saco da Sardinha e algumas áreas no sertão do Pouso da Cajaíba e do Martim de Sá. Há também outras técnicas agrícolas, como a agrofloresta na Praia Grande.

O extrativismo de madeiras, cipós, sapê, taquaras, bambus e remédios da mata são essenciais para manter a confecção de peças e construções que também são um traço característico da cultura caiçara: casas de estuque (ou pau-a-pique), estivas, móveis, remos, canoas, cestos, tapitis, peneiras e covos são algumas dessas peças. São peças confeccionadas para uso cotidiano, mas, por sua beleza, acabam sendo vendidas para visitantes também como artesanato. Alguns elementos da cultura material local foram sendo substituídos com o tempo, como por exemplo a embira, nome dado às cordas feitas com as fibras retiradas da casca de algumas árvores, como a embaúba.

Por meio de suas atividades produtivas, os caiçaras da península da Juatinga manejam centenas de variedades e espécies marinhas, agrícolas e florestais, tornando evidente essa relação inseparável entre a cultura caiçara e o seu território.

Embora seja um território preservado, há diversas ameaças ao território e ao patrimônio cultural das comunidades caiçaras da Juatinga. O depoimento acima coloca uma preocupação sobre o risco de ruptura na transmissão da cultura caiçara para as novas gerações.

De modo geral, todas as comunidades apontaram que a principal ameaça é a diminuição do estoque pesqueiro, atribuída a dois principais motivos: a presença de embarcações da pesca industrial e o aumento do número de navios petroleiros dentro do seu território pesqueiro. Ainda não se sabe a dimensão dos danos causados pela indústria do petróleo, mas os caiçaras percebem muitas transformações no ambiente marinho, como o desaparecimento de várias espécies, peixes contaminados de óleo e diferentes tipos de poluição no mar, como manchas pretas de óleo e espumas nunca antes vistas chegando perto da costa e das praias. Esses impactos acumulados geram insegurança para os moradores da costeira que dependem de seu território para viver.

Outra ameaça apontada foi a criminalização de práticas tradicionais por leis ambientais, principalmente agricultura e extrativismo. Foram mencionados também conflitos



fundiários, que incluem tanto processos judiciais com grileiros como a especulação imobiliária que de pouco em pouco vai varrendo os caiçaras de seus Territórios.

Alguns efeitos indesejados do turismo, como a exposição das comunidades às drogas, também foram mencionados, mas de modo geral o turismo é uma oportunidade de renda e muitas famílias se preparam para receber os visitantes durante os meses de verão, mesmo nas comunidades mais afastadas.

Demandas pela melhoria dos serviços de saúde e educação foram citadas pelos moradores em todas as comunidades, seja pela precariedade dos postos de saúde ou ausência de profissionais. Apareceram também preocupações com a demora na instalação da rede elétrica. No final do processo de caracterização, placas solares já tinham sido instaladas nas comunidades mais isoladas, resolvendo parcialmente o problema.

As principais bandeiras de luta organizadas pelas comunidades tradicionais são: Defesa do território, cultura, educação diferenciada, saneamento ecológico, agroecologia, pesca artesanal e turismo de base comunitária. O FCT vem atuando, desde sua fundação, no apoio à solução dos desafios enfrentados pelas comunidades desta porção da península. Existem ações de assessoria jurídica para defesa do território tradicional em conflitos fundiários na Praia Grande da Cajaíba e Martim de Sá; implementação da educação diferenciada e do segundo segmento no Pouso da Cajaíba e Praia do Sono a partir da luta pela aprovação de uma política pública municipal de educação diferenciada em 2015; implementação do sistema de saneamento ecológico no Pouso da Cajaíba, Praia Grande da Cajaíba e Praia do Sono; e recentemente o FCT passou a se articular para acolher pautas dos pescadores artesanais.

Em 2019, diversas comunidades da região estiveram presentes em audiência pública sobre educação, realizada em Paraty, para exigir melhoria de infraestrutura e qualidade dos serviços, demonstrando engajamento em questões de interesse para o bem estar e o futuro das comunidades da costeira. Ainda nesse ano, o FCT criou o GT Pesca para unir os pescadores, agregar demandas e encaminhar soluções coletivas para questões ligadas à pesca artesanal. E em 2020, o FCT atuou na península com a “Campanha Cuidar é Resistir” para reduzir a vulnerabilidade das comunidades no contexto da pandemia de Covid-19.

O processo criado a partir da cartografia social mostrou que as comunidades, quando olham para si e seus territórios, apontam ameaças, conflitos e demandas, mas, sobretudo,



muitas fortalezas e potencialidades. Essas fortalezas estão relacionadas à sua cultura, seus saberes, alimentação saudável, tranquilidade na costeira em comparação com a vida na cidade, saber pescar, plantar, fazer farinha, fazer casa, canoa, cestos, fazer remédio, cozinhar no fogão à lenha e a liberdade de controlar o seu tempo de trabalho.

Os conhecimentos sobre a natureza reduzem a dependência de produtos da cidade, aumentando a autonomia. No momento em que Paraty e Ilha Grande se tornam patrimônio mundial pela UNESCO (2019), a caracterização visibiliza a importância das comunidades caiçaras da península na construção e conservação do território da Bocaina e reforça a necessidade de medidas de proteção dos territórios tradicionais da Juatinga, considerando se tratar de um dos maiores e mais preservados redutos caiçaras da região. Esse patrimônio é perpetuado graças aos saberes ancestrais dessas comunidades e o profundo zelo pelo seu território.

## NORTE DE UBATUBA

Os territórios tradicionais do litoral norte paulista estão localizados entre a divisa com o estado do Rio de Janeiro, ao norte, e as localidades do Cambucá e da Praia da Justa, ao sul; compreendendo praia e sertão. Engloba 15 comunidades/localidades, entre caiçaras e quilombolas, que, em comum, possuem relação ancestral com a terra, a roça, a mata e o Mar.

O processo de caracterização demonstrou os fluxos de relações simbólicas e trocas dessas comunidades entre si e, delas, com outros territórios da área de abrangência do Projeto Povos. Foram apontados trilhas e caminhos de servidão que, historicamente, ligam o norte de Ubatuba aos municípios de Paraty, no estado do Rio de Janeiro; e a Cunha e São Luís do Paraitinga, em São Paulo; além de rotas marítimas para comércio e troca de mercadorias entre as comunidades e o centro da cidade. Pelos caminhos tradicionais, circulam histórias, saberes e técnicas; formam-se famílias e sítios; estruturam-se territórios tradicionais. As histórias de vida nos contam como se constituíram vilas e como se formaram comunidades. Algumas comunidades desenharam mapas históricos que remontam ao século XIX. Há também histórias que vêm “de muito antigamente”. Senhores e senhoras “mais velhos”, mestres e griôs caiçaras e quilombolas – que ali pescam, plantam, manejam a floresta, fazem artesanato, música, dança, canoa, remo, cerco – contam histórias de como seus avôs e bisavôs já ocupavam os territórios. Contam, também, histórias das pessoas que



chegaram e saíram por trilhas que ligam as comunidades a outras localidades de um vasto território de Mata Atlântica.

A noção “caminho” é também definidora de um marco temporal determinante à resistência e permanência das comunidades em seus territórios: a chegada da BR 101, na década 1970. Os relatos coletados revelam o medo em seguir com as práticas tradicionais e seus modos de vida; a perda da tradição de transmissão de saberes de forma oral, com os pais não mais ensinando aos filhos as múltiplas artes relacionadas à vida entre mar e floresta. A insegurança relacionada à permanência nos territórios e à própria possibilidade de reprodução do modo de vida é evidenciada, nas entrevistas, por falas veladas; e na quantidade de áreas apontadas como “antigas” nos mapas construídos.

Trata-se de espaços historicamente utilizados para as roças; para o manejo florestal; para o extrativismo de alimentos e de material para artesanato, canoa, remo etc. Há também apontamentos de ruínas de construções utilizadas no processo produtivo e do trabalho das comunidades tradicionais, tais como casas de farinha e ranchos.

Outro impacto relevante causado pelo processo de desenvolvimento hegemônico, trazido pela estrada e como consequência da implantação de grandes empreendimentos, é a migração aos centros urbanos. Tradicionalmente, as famílias caiçaras e quilombolas se constituem em núcleos; à medida em que os filhos e filhas vão se casando, novas casas são construídas próximas à casa dos pais e os quintais são compartilhados. Porém, com a proibição de novas construções, pelo medo causado pela criminalização das práticas tradicionais, os filhos buscam trabalho e moradia nos centros urbanos; afetando, assim, a transmissão de conhecimentos e incidindo no sentimento de pertencimento identitário.

As trilhas e caminhos percorridos desde sempre por esses povos aparecem, agora, como uma importante ferramenta em sua resistência, para superar os conflitos socioambientais e enfrentar os impactos dos grandes empreendimentos.

As comunidades, organizadas em associações e articuladas ao FCT, apresentam soluções aos conflitos em diálogo constante com o Ministério Público, os órgãos ambientais federal, estadual e municipal, a prefeitura e outros atores sobre os territórios. Dentre as soluções apresentadas, está o Turismo de Base Comunitária (TBC), que traz como atrativos, além das trilhas e da beleza natural, as visitas de reconhecimento das práticas tradicionais como práticas agroecológicas; a gastronomia local, baseada na pesca e na roça; as histórias





contadas pelos mestres e griôs, que são ouvidas, também, pelos mais jovens locais; a organização da juventude em torno dos “serviços prestados”, que os leva a refletir e conhecer sua história; as apresentações culturais de grupos de fandango, jongo e outras expressões tradicionais; as corridas de canoa caiçara, entre outros.

O processo de caracterização buscou demonstrar e apoiar a organização comunitária em processos que ainda estão em curso, como o ordenamento do TBC na comunidade caiçara da Picinguaba e Ilha das Couves – acordo que envolve, ainda, as comunidades da Almada, Estaleiro e Ubatumirim; a participação na construção do Plano de Manejo da APA Marinha do Litoral Norte de SP; e a negociação da comunidade quilombola da Fazenda com o Parque Estadual da Serra do Mar para a estruturação e operação do TBC e o reconhecimento das práticas agroecológicas.

## NORTE DE UBATUBA 2

A caracterização do Microterritório Norte de Ubatuba 2 é resultado de um trabalho de pesquisa-ação realizado com o protagonismo das comunidades participantes, que contam suas histórias, narram seus modos de vida e relatam seus usos sobre os territórios. Este trabalho utiliza técnicas de cartografia social e tecnologias que permitem utilizar as informações das comunidades na forma de mapas, que são assim construídos por elas mesmas, algo nunca feito na região.

O Norte de Ubatuba 2 abrange nove comunidades entre indígenas, caiçaras e quilombolas. Os indígenas que habitam esse território são os Guarani Mbya, localizados na Terra Indígena Boa Vista, no Sertão do Prumirim, e organizados em três aldeias, ou Tekoas: Tekoa Jaexaa Porã (Aldeia Boa Vista), Tekoa YYakã Porã (Aldeia Rio Bonito) e Tekoa Akaray Mirim, mais recente, no Sertão do Puruba. As comunidades caiçaras são: Puruba praia e sertão, Prumirim, Félix, Praia Vermelha do Norte e da Barra Seca. Já a comunidade quilombola está no Sertão de Itamambuca.

A rodovia BR 101 percorre o litoral brasileiro e, no trecho em que liga Rio de Janeiro a Santos, a estrada corta não somente um território, mas também um modo de vida dessas famílias, separando pessoas e comunidades de um lado a outro da estrada.

Nessa região, a Serra do Mar fica muito próxima às praias e os impactos da rodovia incidem diretamente no relevo e nos rios que banham a região, principalmente na época das



chuvas, no verão. A rodovia se torna uma represa para as águas, causando inundações e danos às comunidades.

Os rios que passam pelas áreas das comunidades são: Rio Quiririm, Rio Puruba, Rio Prumirim, Rio Itamambuca e Rio Indaiá/Capim Melado que deságua entre as praias da Barra Seca e do Perequê-açu.

As comunidades deste território têm características comuns na cultura, na economia e no ambiente em que vivem há muitos séculos, numa relação direta com a natureza, dela coletando materiais para uso como: cipós, madeiras, ervas, frutos, plantando e pescando seus alimentos.

Antigamente a caça era utilizada também como fonte de alimentação. Os povos originários indígenas que ocupavam este litoral na época da colonização eram os Tupinambás, que foram exterminados pelos invasores através de guerras e de doenças para as quais eles não tinham resistência. O povo guarani ocupou este território através de migrações constantes em busca da “Terra sem mal”, um lugar onde o mal (mba’e meguã) não existe. Essa inspiração faz com que o povo guarani siga lutando por suas terras, por seu modo de ser e viver (Nhandereko), diferente do modo de vida do homem branco (juruá), que coloca cercas e transforma tudo em propriedades privadas e em mercadoria, inclusive a própria terra, algo completamente inconcebível para o povo guarani.

As comunidades caiçaras se formaram a partir da mistura forçada com colonizador europeu, principalmente dos portugueses, com os povos originários indígenas e num segundo momento com os povos trazidos de África e que aqui foram escravizados.

As comunidades quilombolas são constituídas pelos descendentes dos africanos que eram utilizados como mão de obra escrava e que permaneceram ocupando as terras das antigas fazendas e dos quilombos depois do fim da escravidão, em 1888.

Vivendo na Mata Atlântica, entre rios, manguezais, praias, restingas e florestas, as comunidades caiçaras e quilombolas herdaram muitas práticas dos povos originários indígenas como a roça, principalmente da mandioca e a feitura da farinha dela, a pesca, o artesanato e o conhecimento das plantas, além de muitas palavras que dão nome aos lugares e as coisas do dia a dia. Dos povos mais antigos receberam também a arte de fazer canoas, que misturada ao conhecimento de navegação dos portugueses gerou a canoa caiçara. Herdaram também outras práticas dos invasores europeus, como a religião cristã e a língua



portuguesa, que mesclada com palavras tupinambás formou o modo de falar típico do caiçara.

A partir de 1970, com a chegada da rodovia BR-101, estas comunidades passaram a enfrentar ameaças constantes e perdas de seus territórios, travando disputas em função da especulação imobiliária, do turismo e do modo de vida urbano, os quais trouxeram impactos negativos às culturas tradicionais.

Outra ameaça é a política ambiental instalada de forma agressiva através do Parque Estadual da Serra do Mar-PESM, de proteção integral, criado em 1977, que ocupa grande parte do território e criminaliza as práticas ancestrais dos povos nativos. Existe ainda outra unidade de conservação no território, na área do mar, a Área de Proteção Ambiental Marinha-APAM-LN, de uso sustentável, criada em 2008 e que só teve seu plano de manejo assinado em junho de 2022.

Desde a década de 1970 o principal acesso às comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas do Norte de Ubatuba 2 é pela rodovia BR-101. Antes, os caminhos eram feitos em trilhas ancestrais e por mar. Eram os “caminhos antigos”, percorridos a pé e de canoa.

O tempo andava mais devagar, havia pessoas que nunca tinham saído para muito longe de suas comunidades. E, na memória do povo, apesar das distâncias, havia mais proximidade entre as pessoas, pois ao percorrer as trilhas se passava de comunidade em comunidade e muitas vezes se fazia pernoite nelas. Tinha-se mais tempo para colocar em dia as prosas e as notícias.

O acesso para a Aldeia Boa Vista (Tekoa Jaexaa Porã) se dá por um caminho de terra, a partir da rodovia BR-101 à altura do Km 30, acessível com veículo motorizado até o posto de saúde. Em seguida há uma trilha margeando o rio Prumirim, de 10 a 15 minutos, para acessar a Tekoa/Aldeia. O acesso à Aldeia Akarai Mirim se faz pelo sertão do Puruba, através de trilha. Tanto para acessar a Aldeia Rio Bonito (Tekoa Yakã Porã) como o Quilombo Sertão de Itamambuca é possível ir de veículo pela estrada velha da Casanga, antiga via que liga o Perequê-açú a Itamambuca. Pela BR-101, a entrada pode ser feita por veículo na rotatória do Perequê-açú, percorrendo aproximadamente 5 km até a entrada do Quilombo de Itamambuca. Para quem segue pela BR-101 no sentido de Paraty-Ubatuba, é preciso entrar no acesso da estrada velha da Casanga à direita, logo após a entrada da praia de Itamambuca, percorrendo cerca de um quilometro até a entrada da aldeia. A partir daí, é preciso estacionar o carro e



seguir a pé por uma trilha e atravessar o Yakã Porã (Rio Bonito). Quando o rio enche não é possível passar. A aldeia luta há anos pela construção de uma passarela pela prefeitura, assim como pela liberação de um acesso para carros pelo Morro do Tiagão, situação que está em processo judicial e sendo acompanhada pela Comissão Guarany Yvyrupa-CGY. Pouco mais à frente na estrada velha da Casanga chega-se ao Quilombo Sertão de Itamambuca.

Nas cidades litorâneas geralmente não há um amplo sistema de tratamento de esgoto e de abastecimento de água. Em Ubatuba, desde 1975, a empresa que faz a gestão dos serviços de água e esgoto é a Sabesp, mas não alcança mais do que 50% da necessidade total do município e seus serviços estão focados mais na região central. No Norte de Ubatuba 2 não há serviço de coleta de esgoto ou abastecimento de água e as comunidades utilizam fossas sépticas e captam água das nascentes e rios locais. Já na aldeia Rio Bonito não há nenhum sistema de saneamento.

O Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte (CBH-LN), órgão responsável pela gestão das águas no Litoral Norte do Estado de São Paulo, aponta que os rios Quiririm/Puruba, Prumirim, Itamambuca e Indaiá/ Capim Melado possuem grande disponibilidade de abastecimento de água. Mas nas temporadas de verão, tanto nas áreas mais centrais onde a Sabesp opera quanto no Norte da cidade há problemas com falta de água. No centro, o aumento da população visitante gera a dificuldade pela defasagem dos serviços e no Norte esse aumento da população se soma a inexistência do serviço público de abastecimento. As chuvas de verão também causam problemas na qualidade da água a ser consumida. No entanto, é preciso, além das questões técnicas a serem superadas, que haja diálogo com as comunidades tradicionais para se pensar qual seria o melhor sistema de atendimento à região, pois devido às características locais, instalar o mesmo modelo de saneamento e de abastecimento de água do centro pode não ser a melhor solução. Sistemas com tecnologias alternativas e eficazes poderiam ser aproveitados nessa região, como prevê o próprio plano de saneamento municipal.

As comunidades têm grande parte de seus territórios tradicionais sobrepostos por Unidades de Conservação, que foram instituídas sem diálogo com as comunidades, como é o caso do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), de 1977, uma categoria de proteção integral que criminaliza as práticas ancestrais como as roças, o extrativismo e a própria manutenção das moradias. Há ainda outra Unidade de Conservação no território, no mar, a



Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (APAMLN), de 2008, que é de uso sustentável, ou seja, ainda que com restrições, permite atividades tradicionais. Há também a incidência de regras federais como, por exemplo, instruções normativas. Em 2019, depois de muitas tentativas, foi constituído o Plano de Manejo da APAMLN contando com a importante atuação da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC) e do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba, que através do seu GT-Pesca/Maricultura (grupo de trabalho de defesa e apoio aos pescadores/pescadoras e maricultores tradicionais) conseguiu garantir direitos para atividades ligadas à pesca no Plano de Manejo, que está em vigência desde junho de 2022.

Aprimorar o diálogo entre as Unidades de Conservação e as comunidades tradicionais é essencial para a constituição de políticas efetivas para preservação ambiental, que não despreze a história e os direitos dos povos tradicionais da região. Afinal, essas comunidades são parte do ambiente natural e seus modos de vida contribuem para a preservação da natureza.

## TERRITÓRIOS CAIÇARAS DO SUL DE PARATY

Os territórios tradicionais localizados mais ao sul de Paraty são marcados por um litoral bastante recortado – com costões rochosos, muitas entrâncias, pequenas baías e enseadas – e por morros que chegam a ultrapassar os 1.000 metros de altitude (Pico do Cairuçu), formando íngremes vales por onde descem rios e riachos. Reúne as comunidades caiçaras de Trindade, Laranjeiras/Vila Oratório, Praia do Sono e Ponta Negra; além de praias hoje inabitadas, como Antigos, Antiguinhos, Galhetas e Brava da Trindade.

Trindade, Praia do Sono e Ponta Negra são três comunidades caiçaras que compartilham aspectos socioculturais, socioeconômicos e socioambientais. Estão intimamente relacionadas ao ambiente, sendo impossível dissociar os elementos próprios da cultura daqueles ambientais. A Mata Atlântica, as restingas, os mangues e o mar contam muito sobre o modo de vida caiçara, suas técnicas de pesca, a forma como manejam a floresta e se relacionam com os bens naturais.

As três comunidades enfrentam a especulação fundiária, com a presença de grileiros e veranistas. O caso de Trindade é emblemático, pois a grilagem é institucionalizada por





empresa de sociedade anônima. Praia do Sono e Ponta Negra enfrentam o assédio da família Tanus, que alega ser dona de quase toda a península da Juatinga/Cairuçu.

O condomínio Laranjeiras é outro fator de conflito na região, limitando o ir e vir e impondo restrições e constrangimentos aos comunitários das três comunidades. Todo o microterritório é sobreposto pela Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu. Trindade é parcialmente sobreposta pelo Parque Nacional da Serra da Bocaina. Já a Praia do Sono e Ponta Negra são totalmente sobrepostas pela Reserva Ecológica Estadual da Juatinga.

As comunidades aqui apresentadas possuem muitas características em comum. Tratam-se de territórios caiçaras bastante preservados, com suas populações de pescadores-agricultores vivendo em sintonia com a natureza e reproduzindo sua cultura e seus modos de ser e fazer.

Os dados de população são apresentados por estimativa dos entrevistados em cada comunidade. Foi feita uma ponderação demográfica com dados do Censo 2010 (IBGE), da Estratégia Saúde da Família (SUS/Pref. de Paraty) e da Assistência Social (SUAS/Pref. De Paraty). Importante destacar que o número de pessoas não-tradicionais não reflete o número de construções/ casas de veraneio e locação por temporada, construídas e operadas por não tradicionais. Os números flutuam em épocas do ano e por migração (por casamento e separação) interna à península da juatinga. A pandemia também resultou na volta de antigos moradores às comunidades. Ressalva-se a importância de realizar o “censo caiçara” no território sobreposto pelo que é REEJ - reserva ecológica da juatinga.

Trindade possui um posto-polo (UBS) com equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF); a Praia do Sono empresta a sede de sua associação de moradores para uso como posto de saúde, durante as visitas da equipe do ESF. Na Ponta Negra, foi recentemente inaugurada uma sala em uso como posto. As equipes do ESF visitam a Ponta Negra e a Praia do Sono com periodicidade semanal. Há agentes comunitários de saúde nas três comunidades. Porém, as visitas das equipes da ESF sofrem influência tanto de efeitos climáticos e da navegabilidade, quanto da própria gestão municipal de saúde – especialmente na contratação, temporária, dos agentes comunitários.

O conhecimento tradicional do uso de ervas, raízes e paus para o cuidado com a saúde ainda é praticado. Ainda há a realização de partos “em casa”, com apoio de parteiras locais.



Porém, os relatos contam sobre as dificuldades em registrar crianças não nascidas no hospital ou sob supervisão de médico-obstetra.

Em Paraty, há um Coletivo atuante de Educação Diferenciada, que é uma iniciativa do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba (FCT), e que atua com apoio do OTSS, do Instituto de Educação da Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense (IEAR/UFF), UFRJ, do Colégio Federal Pedro II (CPII), da Secretaria Municipal de Educação de Paraty e de professores e pesquisadores entusiastas da causa. O Coletivo tem forte atuação junto à escola municipal Martim de Sá, na Praia do Sono, onde, juntamente com a escola do Pouso da Cajaíba, foram implantadas atividades de educação diferenciada caiçara, respeitando-se a cultura e o modo de vida locais. É conquista do movimento social a ampliação da oferta de turmas nessas escolas, com a implantação do segundo segmento do ensino fundamental (6º ao 9º ano), possibilitando às crianças e jovens uma permanência maior em suas comunidades e contribuindo para a manutenção de suas famílias em seus próprios territórios.

A participação efetiva do FCT em processos de controle social, com destaque para a Conferência Municipal de Educação, garantiu a educação diferenciada caiçara como diretriz do Plano Municipal de Educação de Paraty. Além disso, os exemplos de conquistas da Praia do Sono e do Pouso da Cajaíba inspiraram política pública e garantiram, mais recentemente, a implantação do segundo segmento do ensino fundamental também à escola municipal da Ponta Negra e da Trindade. A estrutura escola da Ponta Negra é insuficiente para a demanda de todo o ensino fundamental (1 e 2), exigindo-se a construção de novas salas de aula. As três comunidades demandam implantação de creches e escolas de educação infantil (até os 6 anos). Para continuar os estudos no ensino médio, os jovens das três comunidades devem se deslocar até o Centro de Paraty, para estudar em escolas da rede estadual de ensino, tais como o CEMBRA e o CIEP Dom Pedro II.

O acesso à Trindade é feito por estrada asfaltada, em descida íngreme, com curvas acentuadas, sem acostamento. É considerado um acesso perigoso pelos moradores e turistas. Já o acesso às comunidades da Praia do Sono e da Ponta Negra é feito, principalmente, por barco, a partir de cais do condomínio Laranjeiras. Para chegar ao cais, moradores e turistas são obrigados a utilizar serviço de van ofertada pelo condomínio, que impede a entrada de carros particulares e pedestres. Outra forma de acesso é por trilhas, que



são mantidas pelas comunidades com apoio de guardas ambientais do Inea. O caminho a pé até a Praia do Sono leva de 40 minutos a uma hora. Já para chegar à Ponta Negra, é preciso disposição para uma caminhada que pode ultrapassar 4 horas. Há linhas de ônibus que ligam o centro de Paraty a Trindade e a Laranjeiras. Não há serviço público de transporte náutico para a Praia do Sono e para a Ponta Negra. Os valores cobrados pelos barqueiros particulares, mesmo que tenham valores diferentes para os moradores, ainda são caros para o padrão de vida e as necessidades cotidianas do ir e vir.

Após as chuvas de abril de 2022, a condição da estrada de acesso a Trindade ficou ainda pior. Para evitar acidentes, os ônibus da linha municipal foram substituídos por microônibus, que, em quantidade e horários insuficientes, não dão conta da demanda. A situação é ainda mais preocupante com a chegada da temporada de verão. Trabalhadores do comércio, pousadas e demais serviços turísticos de Trindade, que não moram na vila e dependem do transporte, não conseguem chegar no trabalho no horário e, tal situação, tem obrigado os empregadores locais a contratarem transporte suplementar privado. Não há redes de coleta de esgoto operada por empresa pública ou concessão em nenhuma dessas comunidades. Em Trindade, após mobilização popular motivada por morte de criança por doença de veiculação hídrica, a própria comunidade, contando com apoio externo, implantou uma rede de coleta de esgoto e uma estação de tratamento. Porém, a estação de tratamento de esgoto (ETE) nunca chegou a funcionar, sendo embargada tanto pelo Inea (por falta de licenciamento), quanto pelo PNSB/ICMbio (por estar em área do parque).

Na Praia do Sono, há sistemas ecossanitários (fossas de evapotranspiração, zona de raízes e outras tecnologias) implantadas pelo OTSS em algumas residências, na escola e na sede da AMO-Sono, como projeto de pesquisa e com o objetivo de disseminar as tecnologias e contribuir para o saneamento na comunidade. Na Ponta Negra, o esgoto doméstico é jogado em fossas comuns e valas de infiltração, sem qualquer tratamento. Por solicitação da associação de moradores, está em andamento um projeto da prefeitura para a implantação de biodigestores, para o tratamento do esgoto doméstico na Ponta Negra. Outro problema relacionado ao saneamento é a questão das chamadas “águas cinzas”, que não são vistas como sujas e são despejadas diretamente sobre o solo e nos cursos d’água.

Os sistemas de abastecimento de água das três comunidades foram implantados pelas próprias e, hoje, contam com manutenção de comunitários com assistência técnica de



empresa contratada pela prefeitura, por meio do recém-criado Departamento de Água e Esgoto de Paraty (DAE).

Em Trindade, há coleta regular de resíduos sólidos. Praia do Sono e Ponta Negra contam com coleta realizada por barco, em calendário nem sempre respeitado, devendo os moradores levar o lixo em botes até a embarcação maior que é obrigada a dar a volta em toda a península, por não poder desembarcar e transbordar os resíduos para caminhões de coleta no condomínio Laranjeiras. Os comunitários informam que a maior parte dos resíduos gerados são recicláveis (os restos orgânicos alimentam galinhas ou são usados como adubo); porém, não há coleta seletiva e, no caso das comunidades do Sono e da Ponta Negra, a possibilidade de coleta seletiva esbarra na negativa do Condomínio Laranjeiras em receber os resíduos e realizar, ali, o transbordo.

A Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REEJ) é uma Unidade de Conservação (UC) gerida pelo Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA). Ela foi criada em 30 de outubro de 1992 pelo Decreto Estadual no 17.981, e ocupa uma área de 9.959,67 hectares, integralmente no município de Paraty, mais especificamente na península da Juatinga ou do Cairuçu (o nome da península varia conforme o interlocutor). Trata-se de uma UC implantada anteriormente à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e cuja categoria não se enquadra a tal sistema. Seu propósito original foi o de preservar o modo de vida caiçara e o ambiente natural essencial à sua reprodução. Porém, a gestão da UC, historicamente, impôs restrições e penalizações às comunidades, com a criminalização de práticas tradicionais, tal como o manejo de roças pela técnica do 'pousio', além disso, a UC é restritiva à novas construções, sendo considerada "não Edificante".

Desde a criação do SNUC, gestores da UC e representantes das comunidades debatem sua recategorização, sem, no entanto, terem chegado a um consenso sobre qual categoria seria a mais adequada no sentido de garantir a salvaguarda socioambiental das comunidades sobrepostas. Atualmente, seu conselho consultivo encontra-se inativo, segundo site do próprio INEA e não possui plano de manejo. A UC está sobreposta às comunidades da Praia do Sono e da Ponta Negra.

A Área de Proteção Ambiental de Cairuçu (APA de Cairuçu) é uma Unidade de Conservação federal gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Ela foi criada em 27 de dezembro de 1983 pelo Decreto Federal No 89.242, e ocupa



uma área de 33.800 hectares, integralmente no município de Paraty. É uma UC de Uso Sustentável que abarca toda a porção sul do município, a partir da margem direita do rio Mateus Nunes, além de 63 ilhas pertencentes a Paraty.

O plano de manejo da APA de Cairuçu foi atualizado de forma participativa no âmbito de seu conselho gestor, com atuação expressiva das comunidades sobrepostas e apoio técnico do próprio ICMBio, sem a intermediação de consultorias externas. Tal revisão do plano foi motivada pelo Decreto Federal no 8.775, de 11 de maio de 2016, e a redação final, com o novo zoneamento, foi aprovada pela Portaria do ICMBio no 533, de 24 de maio de 2018. A UC se sobrepõe a todo o microterritório.

O Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral gerida pelo ICMBio. Foi criado durante o regime militar pelo Decreto Federal 68.172, em 1971. O vasto território de 134.000 hectares – reduzido no ano seguinte para 104.000 hectares (Decreto Federal 70.694/72) – abrange diversas cidades históricas paulistas (São José do Barreiro, Areias, Ubatuba e Cunha) e fluminenses (Paraty e Angra dos Reis) em territórios de grandes altitudes, atingindo cerca de 2.000 metros acima do nível do mar. Seu plano de manejo foi concluído em 2001 e aprovado em 2002 pela Portaria IBAMA no 112/2002. O PNSB se sobrepõe parcialmente ao território de Trindade, abarcando as praias do Meio e do Caixa d’Aço e áreas da vila, incluindo construções como o mercado de peixes e a estação de tratamento de esgoto, que se encontra desativada e sob embargo (ver mais sobre o PNSB no capítulo específico da caracterização de Trindade).

## NORTE DE PARATY

A porção norte do município de Paraty situa-se entre as encostas imponentes da Serra da Bocaina - com a presença exuberante da mata atlântica - e a recortada faixa costeira que forma a Baía da Ilha Grande e se caracteriza pela presença de muitas praias, pequenas baías de águas calmas, baixios e áreas de manguezal. Também compõem a paisagem marítima dessa região a Ilha Grande, referência central e outras inúmeras ilhas, ilhotes e lajes, localizados entre a Ilha Grande e a costa.

A água é abundante no Norte de Paraty, como ao longo de toda a serra da Bocaina. Essa região abarca duas importantes unidades hidrológicas de planejamento (UHP) do





município: a do Rio Pequeno e Barra Grande, onde se situa também a bacia do Rio da Graúna; e a do Taquari, que inclui além da bacia do Rio Taquari, uma série de outras microbacias, entre elas a do Rio São Gonçalo. Um pouco adiante, localiza-se a bacia hidrográfica do Rio Mambucaba, na divisa entre Paraty e Angra dos Reis, a maior de todas na região da Baía da Ilha Grande (Relatório do Comitê de Bacias Hidrográficas da Baía de Ilha Grande, 2020)

Os povos e comunidades tradicionais que habitam secularmente esse território contribuíram para a formação dessa paisagem, por meio de seus usos e modos de vida. Em 1985, a Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro promoveu o tombamento do litoral fluminense como patrimônio, envolvendo boa parte das localidades caiçaras de Paraty, de Tarituba a Trindade. Na década de 1980, o tombamento já trazia como uma das principais motivações a proteção da pesca artesanal, esteio do modo de vida caiçara.

E em 2019, a Unesco concedeu à região de Paraty e Ilha Grande o título de Patrimônio Mundial na categoria sítio misto, reconhecendo a importância da biodiversidade e do patrimônio cultural vivo desse território.

No norte de Paraty, além das 5 comunidades tradicionais que realizaram o trabalho da cartografia (Praia Grande, Pataxó do Iriri, São Gonçalo, Ilha do Cedro e Tarituba), há outras importantes localidades ocupadas historicamente por caiçaras como São Roque, Taquari, Iriri, Corumbê, Graúna, Barra Grande e outras menores. Essas localidades continuam sendo habitadas por famílias tradicionais caiçaras, porém são espaços que sofreram profundas alterações na dinâmica comunitária com a implantação de assentamentos agrícolas e loteamentos.

Entre as comunidades tradicionais que participaram da cartografia social realizada com o projeto Povos, a comunidade mais populosa é a Praia Grande com cerca de 800 pessoas (segundo morador local); depois Tarituba, com cerca de 500 moradores; seguida de São Gonçalo, com 342 moradores distribuídos em 124 famílias (OTSS, 2016); a comunidade indígena Pataxó tem 15 famílias; a comunidade da Ilha do Cedro possui 25 pessoas, divididas em seis famílias. A Ilha do Pelado é habitada por uma família caiçara de São Gonçalo.

Há escolas em Praia Grande, Tarituba e São Gonçalo. A Escola Municipal da Praia Grande atende crianças da Pré-escola, ensino fundamental anos iniciais, e educação especial. A Escola de São Gonçalo oferece educação infantil e ensino fundamental multietapa. A Escola de Tarituba também possui educação infantil e ensino fundamental anos iniciais. De



cada 100 alunos, 10 estavam em distorção de série na escola de Tarituba. As crianças da Ilha do Cedro costumam estudar na escola de São Gonçalo.

A partir do 6º ano em diante, os alunos dessas comunidades se deslocam para estudar fora. Conforme a localização, elas podem frequentar a Escola Municipal da Barra Grande, a Escola Estadual da Vila Residencial de Mambucaba, ou as escolas no Centro de Paraty. As crianças e jovens Pataxó ainda não estavam estudando quando a cartografia foi realizada, mas havia intenção de matricularem os jovens na Escola Estadual da Barra Grande.

Há postos de saúde também nas três comunidades mencionadas. A comunidade Pataxó possui uma estrutura construída dentro da aldeia para servir de posto de saúde, e cobram a presença de agentes de saúde. A UBS – ESF em São Gonçalo possui atendimento de 15 em 15 dias pelo agente comunitário de saúde. A UBS de Tarituba oferece atendimento diário, e atende todas as comunidades do entorno, inclusive de São Gonçalo. O funcionamento da UBS de Praia Grande ocorre diariamente também.

Existem em Paraty 4 unidades de conservação sobrepostas aos territórios de comunidades tradicionais. Três delas são federais sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão ligado ao Ministério de Meio Ambiente, e uma estadual sob gestão do INEA (Instituto Estadual do Ambiente)

- Parque Nacional (PARNA) da Serra da Bocaina, que incide nas áreas a partir da cota de 200 metros de altitude, criado em 1971, com quase 106 mil hectares;
- Área de Proteção Ambiental (APA) Cairuçu, que abrange as ilhas da porção paratiense da Baía da Ilha Grande, que abrange 63 ilhas e área continental que totalizam mais de 34 mil hectares, criada em 1985;
- Estação Ecológica (ESEC) Tamoios, que envolve a proteção de 29 áreas emersas (entre ilhas, ilhotes, lajes e parciais) e seus respectivos entornos marinhos em Paraty e Angra dos Reis, equivalente a 5,69% da Baía da Ilha Grande. Foi criado em 1990, como compensação ambiental da construção da Usina Nuclear.
- Reserva Estadual da Juatinga (REJ): criada em 1991, com 9.797 hectares, em processo de recategorização.



Essas unidades de conservação (UCs) possuem diferentes níveis de restrição para presença de pessoas, conforme Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

A ESEC é a unidade mais restritiva, não sendo permitido habitar, visitar nem fundear, nem exercer atividades de pesca e turismo nessas áreas. nas áreas marinhas no raio de 1 km das ilhas da ESEC Tamoios. A criação da ESEC afetou todas as comunidades da região Norte de Paraty que até os anos 90 costumavam pescar ali. Comunidades que desenvolvem turismo náutico.

Na Baía da Ilha Grande, as ilhas abrangidas na ESEC Tamoios são: ilha Sandri; ilha Samambaia; ilha do Algodão; ilha Araraquara; ilha Jurubaíba; ilha Araraquarina; Rochedo de São Pedro; ilha Queimada Grande; ilha Queimada Pequena; ilha Imboassica; ilha das Cobras; ilha dos Búzios; ilha dos Búzios Pequena; laje entre ilha das Cobras e ilha dos Búzios Pequena; laje Pedra Pelada; ilha Zatin; laje do Cesto; ilhote Pequeno; ilhote Grande; ilha Comprida (Tarituba); ilha das Palmas; ilha do Catimbau.

Todas as comunidades caracterizadas no MT Norte de Paraty tiveram seu território marinho sobreposto pela ESEC, com exceção dos Pataxó, que não possuem tradicionalmente atividades na área onde incide a unidade de conservação.

A APA Cairuçu incide nas localidades caiçaras da Ilha do Cedro e Ilha do Pelado e a Revisão do Plano de Manejo da unidade foi concluída em 2018, criando zonas que reconhecem e preveem o manejo da biodiversidade pelas comunidades tradicionais.

O PARNA da Serra da Bocaina está sobreposto aos territórios caiçaras de São Gonçalo, Tarituba e ao território indígena Pataxó, nessa zona não se sobrepõe às áreas onde se situam os núcleos de moradia, mas principalmente nas áreas agrícolas e extrativistas mais afastadas e também cachoeiras com potencial turístico. Já a Zona de Amortecimento do Parque se sobrepõe efetivamente a alguns núcleos de ocupação e áreas de uso atuais.

Apesar de ser um parque cuja vocação de pesquisa é em regiões da serra com altitude superior a 200m, o parque se estende até a linha de maré do Camburi (Ubatuba) e o espelho d'água da baía do Caixa d' aço, em Trindade (Paraty).

As comunidades tradicionais localizadas no norte do município possuem grande importância histórica na formação social de Paraty. São ocupações muito antigas de famílias que habitam esses territórios há pelo menos 7 gerações, e tiveram papel importante desde o



período colonial nos ciclos econômicos que movimentaram o município. A caracterização mostrou que as relações intercomunitárias são bastante frequentes.

As genealogias de parentesco feitas nas entrevistas com caiçaras dessas comunidades mostram que os avós e bisavós dos atuais moradores estavam na região desde o século XIX, cerca de 200 anos atrás. Essas pessoas viveram no tempo em que os fazendeiros empregavam mão-de-obra escravizada para produção de aguardente e café (além de itens alimentícios em geral) e na construção civil. Nota-se principalmente em São Gonçalo a presença de ancestrais negros na formação dessa comunidade caiçara.

No tempo dos avós e bisavós dos mais velhos, as comunidades do norte já mantinham uma relação mais próxima com o centro de Paraty, principalmente a Praia Grande, navegando a remo pela baía. Nesse período da história colonial, foi edificado, às custas do árduo trabalho do povo preto, o centro histórico de Paraty com seu arruamento feito de enormes pedras lascadas e encaixadas manualmente, uma a uma, e os casarões arejados e ensolarados pelas grandes portas e janelas de suas fachadas.

Já no século XX, com a formação do povo caiçara fruto da mistura de brancos, pretos e indígenas, as comunidades do norte de Paraty estavam envolvidas na produção e comercialização de banana, farinha e peixe. Os bananais tomaram conta de muitas localidades caiçaras do norte de Paraty, notadamente o sertão da Graúna, Taquari e São Gonçalo.

As relações entre as comunidades também é uma questão importante para entender a dinâmica do território. Há diversas relações de parentesco que conectam as comunidades entre si, e para além da região Norte de Paraty. Há parentesco identificado entre São Gonçalo e Tarituba; parentesco entre Ilha da Gipóia e Tarituba; presença de caiçaras do Mamanguá na formação de algumas famílias de referência em São Gonçalo e na Ilha do Araújo; presença de caiçaras da Ilha do Algodão na Praia Grande; e a proximidade entre Praia Grande e Ilha do Araújo, que já era esperado, pois são comunidades muito próximas.

A construção da BR 101, iniciada em 1972, por um lado facilitou a chegada de políticas públicas importantes nas comunidades, como transporte, saúde e educação, mas ao mesmo tempo abriu caminho para a chegada de novas pessoas, mercadorias e valores, que trouxeram uma nova lógica de uso e ocupação do território. A obra da BR 101 promoveu desmatamento e deslocamento de grandes volumes de terra. A estrada alterou drasticamente



a paisagem, rasgou ao meio povoados caiçaras, e causou deslizamentos e soterramento de casas de moradores em territórios tradicionais do norte de Paraty, como relatado em Praia Grande, São Gonçalo e Tarituba.

Nesse contexto de profundas mudanças no território, a questão da identidade caiçara se torna central para manutenção dos modos de vida e resistência dessas comunidades. A cartografia mostra como, apesar de todas essas transformações e ameaças, as comunidades tradicionais do norte de Paraty resistem. A construção dessa identidade tem múltiplos fatores: o parentesco, a memória, o modo de vida, a relação com o território.

Ao longo do tempo, essas comunidades elaboraram e acumularam conhecimentos baseados na observação empírica (em campo, na prática) que permitiram compreender as dinâmicas ecológicas do seu território, ou seja, perceber a relação entre as espécies, entre os diversos ambientes e sua ligação com fenômenos climáticos e outros fatores naturais. Foi assim que a agricultura, o extrativismo, a pesca, a construção de moradia, os remédios, enfim, a vida, se tornou possível nessa região. Caiçaras aprenderam a retirar da terra, da mata e do mar tudo, ou quase tudo, que necessitavam para o sustento da família. Embora houvesse períodos de escassez e de doenças mais graves que eram preocupantes, muitas pessoas lembram desse tempo como um tempo de fartura, de comida boa e saudável, e de mais união entre as pessoas.

As festas, músicas e danças tradicionais caiçaras, assim como rituais sagrados foram incluídos à cartografia das comunidades, principalmente em Tarituba e a comunidade indígena Pataxó. São movimentos que reúnem arte, fé e resistência cultural. No caso dos Pataxó, os rituais de consagração de medicinas são bastante importantes.

A questão das ameaças que hoje afligem as comunidades podem ser reunidas em um conjunto de fatores que impactam toda a região: a mudança do ambiente marinho e o desaparecimento de várias espécies; a crise na pesca dentro da baía da Ilha Grande, associada a diversas causas, entre elas, o uso de técnicas predatórias de pesca e a presença cada vez maior de navios, poluição da baía e dos manguezais que são criadouros de diversas espécies. E por fim, ações dos coletivos e movimentos sociais que os comunitários estão envolvidos para conter os impactos dos grandes empreendimentos e proteger os territórios das comunidades tradicionais na região.





## SUL DE ANGRA DOS REIS

As comunidades do sul de Angra dos Reis estão localizadas entre a Serra da Bocaina e a Baía da Ilha Grande. Nas encostas, também conhecidas como sertão, há a presença de densa mata atlântica com morros, picos e rios que formam a paisagem da região. Na parte costeira, o território marinho é formado por inúmeras ilhas, lajes, praias, baixios e mangues que complementam toda a beleza natural.

As comunidades tradicionais são assim denominadas pois são formadas por pessoas que partilham uma mesma história, com relações de parentesco, vizinhança, trocas, saberes e memória, além do sentimento de pertencimento. Já por território, a compreensão ocorre pela relação entre as comunidades e os locais em que habitam com os seus usos e modos de vida.

Para melhor entendimento do território tradicional da região Sul de Angra dos Reis, torna-se necessária a compreensão das relações existentes entre as comunidades. Estas possuem proximidades no modo de vida, relações de parentesco e usos dos espaços comuns, como o marinho e o florestal, além de manifestações culturais.

O levantamento genealógico realizado ao longo das atividades do Projeto Povos mostra que algumas das famílias dos atuais moradores estão na região desde o século XIX. O caso mais emblemático dessa ocupação histórica ocorre no Quilombo Santa Rita do Bracuí, no qual os descendentes mantêm viva na memória a trajetória de seus antepassados desde o período da escravidão, época em que toda a região era dominada por grandes fazendeiros.

Desse período, a tradição jongueira ainda é preservada em algumas comunidades como a Vila Histórica de Mambucaba e o Quilombo Santa Rita do Bracuí contribuindo para a permanência e renovação cultural. No Frade, por outro lado, a prática foi interrompida, segundo relatos, em meados da década de 1970.

As relações de parentesco ocorrem entre as comunidades caiçaras e o quilombo. Comunitários da Praia do Recife, por exemplo, possuem parentesco com moradores de Santa Rita do Bracuí e do Frade. O mesmo ocorre entre as famílias da Praia Vermelha e da Vila Histórica de Mambucaba.

Às relações de parentesco e compadrio que atravessam os territórios aqui descritos também se somam a partilha de saberes e práticas tradicionais devido ao uso do território



comum, como o uso das matas, do mar e do sertão, regiões nas quais desenvolveram manejo sustentável para a construção de casas, manutenção das roças, coleta de ervas medicinais, pesca, entre outros. O vasto território marinho, inclusive, é utilizado tradicionalmente pelas famílias como fonte de subsistência e renda.

Durante todo o trabalho de cartografia social junto às comunidades, o mar, com suas ilhas, praias e lajes, sempre recebeu destaque pelos comunitários devido à sua importância para a manutenção no modo de vida fortemente conectado com as comunidades da região através da partilha de histórias e território comum.

Na segunda metade do século XX, mais precisamente a partir das décadas de 1960-70, grandes transformações começaram a impactar o modo de vida nas comunidades tradicionais da região. A construção da BR-101, que corta todas as comunidades que participam da cartografia social, dividiu ao meio esse território deixando, de um lado, a área costeira e, do outro, o sertão. Se, por um lado, a construção da rodovia permitiu maior acesso das famílias tradicionais a serviços públicos como educação e saúde, por outro, gerou também grandes impactos como a ocupação desenfreada do território, a entrada de pessoas oriundas de outras regiões além de massiva especulação imobiliária que, segundo um quilombola, “trouxe a famigerada cerca” rompendo com a lógica espacial tradicional das comunidades. Além desses impactos, a construção da BR101 também está fortemente relacionada com o aumento do desmatamento e deslocamento de terra, o que alterou toda a paisagem e vem ocasionando inúmeros deslizamentos ao longo dos anos.

Outra grande alteração no modo de vida tradicional foi a instalação da Usina Nuclear na Praia de Itaorna. Tal empreendimento trouxe consequências drásticas para todas as comunidades que foram obrigadas a conviverem com o perigo e o sentimento de medo por estarem próximas de uma instalação nuclear. Os inúmeros impeditivos para a realização da pesca e para a abertura das roças devido às instalações de torres de energia que cortam toda a região também afetam o modo de vida das comunidades.

É nesse contexto de grandes alterações que os Guarani Mbya retomam, entre os 1970 e 1980, o seu território tradicional e passam, em conjunto com os quilombolas e caiçaras, a compartilhar os sentimentos de estarem inseridos em uma região com fortes ataques às comunidades e também no enfrentamento dessas atrocidades para a manutenção das identidades tradicionais.



Os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais que habitam essa região desde, pelo menos, o século XIX, contribuem para a preservação ambiental ao manterem a pesca, a roça e o extrativismo de forma a não agredir os recursos naturais. Há 4 unidades de conservação na região, sendo três federais: Estação Ecológica Tamoios (ESEC), Parque Nacional da Bocaina e Área de Proteção Ambiental de Tamoios (APA), todas sob gestão do ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e um, o Parque Estadual Cunhambebe, sob tutela estadual e gestão do Inea - Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro.

- Estação Ecológica Tamoios - Criada em janeiro de 1990, pelo Decreto nº 98.863, tendo por objetivo atender o Decreto nº 84.973, de 29 de julho de 1980, que dispõe sobre a localização de estações ecológicas e usinas nucleares. Localizada nos municípios de Angra dos Reis e Paraty (RJ), abrange ilhotas, ilhas, lajes e rochedos situados nas baías da Ribeira e Ilha Grande.

- Parque Nacional da Bocaina - criado pelo Decreto Federal nº 68.172, de 04 de fevereiro de 1971. Inicialmente com área de 134 mil hectares, um ano depois foi reduzida para 104 mil hectares. Abrange os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo 60% de toda área localizada na parte fluminense.

- Área de Proteção Ambiental de Tamoios - Criada pelo Decreto Estadual nº 9.452, de 5 de dezembro de 1986, tendo por objetivos a proteção ambiental natural de paisagens e dos sistemas geo-hídricos da região. Possui área total de 22.530,17 hectares e está localizada no município de Angra dos Reis.

- Parque Estadual Cunhambebe - Criado pelo Decreto Estadual nº 41.358, de 13 de julho de 2008, nos municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba, Rio Claro e Itaguaí, tem por objetivos assegurar a preservação dos remanescentes da Mata Atlântica da porção fluminense da Serra do Mar.

As unidades de conservação possuem diferentes níveis de restrições, o que resulta em distintos impactos aos usos dos territórios tradicionais. A ESEC Tamoios, por exemplo, está sobreposta às comunidades Vila Histórica de Mambucaba, Praia Vermelha e Frade, mas exerce influência no modo de vida do Quilombo Santa Rita do Bracuí e Praia do Recife. O Parque Nacional da Bocaina, devido à sua extensão, se sobrepõe a todas as comunidades que estão inseridas no processo de cartografia social. Já a APA Tamoios abrange as áreas



caixaras e quilombolas, enquanto o Parque Estadual Cunhambebe se insere em trecho do território da Aldeia Sapukai.

Dentre as comunidades tradicionais que participaram do processo de cartografia social do Projeto Povos, o Frade é a comunidade que mais sofre com o processo de urbanização ocorrido na região. Atualmente, de acordo com dados do Censo 2010, mais de 11 mil pessoas residem no local. Esse aumento populacional, a partir da década de 1970, representa as alterações ocorridas pelos grandes empreendimentos que se instalaram na região e também pelo intenso processo de especulação imobiliária com construções de condomínios e hotéis que descaracterizaram praticamente todo o território tradicional da comunidade.

Embora em proporção diferente, processo semelhante tem ocorrido nas demais comunidades. No Quilombo Santa Rita do Bracuí, em meio a inúmeras construções de casas e sítios de famílias oriundas de outras localidades, apenas 129 famílias se reconhecem quilombolas, de acordo com levantamento realizado pela própria comunidade. É tão intensa a entrada de novos moradores, que é comum ouvir entre os comunitários a seguinte frase: “se a casa tem muro é porque não é da comunidade”. A observação revela, para além do objeto concreto e visível representado pelo muro, um atravessamento simbólico sobre as antigas relações sociais e espaciais pelo território. Assim como ocorre no Frade, os grandes empreendimentos, que se materializam e se repetem na construção de condomínios, afetam diretamente o modo de vida e o território tradicional devido à especulação imobiliária decorrente. Um caso emblemático foi a construção do Condomínio do Bracuí, próximo à BR-101, em que por volta dos anos 1980, inúmeras famílias foram expulsas do território, com o uso de força física e moral, para permitir a realização do empreendimento.

Na Vila Histórica de Mambucaba, as famílias caiçaras têm sido fortemente impactadas pelo turismo desordenado desde a década de 1980. Além de inúmeras casas construídas por veranistas e, no passado, com a instalação de um camping na praia, a comunidade também lida com o crescimento descontrolado fora de seu território. De acordo com os comunitários, o grande aumento populacional de um bairro próximo à comunidade, o Perequê, tem afetado diretamente o território e o modo de vida tradicionais. Isso porque a rede de esgoto desse bairro despeja seus detritos no Rio Mambucaba, utilizado há gerações por todos da Vila Histórica de Mambucaba, onde residem apenas 706 pessoas, segundo Censo de 2010.



Dentre as comunidades caracterizadas no Sul de Angra dos Reis, a TI Sapukai está localizada na área mais distante, ainda assim, os Guarani Mbya têm sofrido diversas pressões que afetam suas vidas. Segundo relatos, é constante a entrada do juruá 1 em seu território, principalmente devido às construções no entorno da aldeia e também às invasões em suas matas para a prática de caça ilegal.

Além disso, os grandes empreendimentos impactam diretamente o dia a dia da população, estimada em cerca de 400 habitantes, principalmente por conta do sentimento de medo. Como exemplo, citamos a não permanência de muitas famílias no território, que ao chegarem nos anos 1980, descobriram que estavam próximas à Usina Nuclear.

Na comunidade Praia Vermelha, onde residem, de acordo com levantamento organizado pelos próprios moradores, 132 pessoas, a entrada de grandes empreendimentos na região tem resultado em proibições ao uso do território marinho para a realização de pescas. Esses impeditivos da prática tradicional aumentam a saída de jovens que, por falta de expectativas, migram para outras regiões em busca de emprego.

A praia do Recife é a menor comunidade caracterizada, tendo 16 famílias em seu território. Dos ataques constantes que sofrem por conta das transformações ocorridas nos últimos anos, a destruição do manguezal do entorno do território é o que afeta em maior proporção o modo de vida tradicional. Essa destruição é ocasionada, principalmente, pela especulação imobiliária. Outro impacto sentido pelas famílias caiçaras tem sido a diminuição massiva de mariscos nos baixios da comunidade. Como a mariscagem sempre foi uma das principais fontes de renda, muitos comunitários precisaram encontrar outras ocupações para garantirem o sustento familiar.

Em relação aos serviços públicos, oferta de educação nas comunidades se distribuída seguinte forma: o Frade conta com 4 escolas públicas, que atendem o pré-escolar, ensino fundamental e ensino médio. No Quilombo Santa Rita do Bracuí as crianças estudam no Colégio Municipal Áurea Pires da Gama, que oferece os ensinamentos do segundo segmento até o nono ano. Além disso, foi criado na comunidade o projeto Luz da Educação, em que oferece reforço de alfabetização para as crianças. A partir do ensino médio os estudantes vão, majoritariamente, para o Frade. Na Vila Histórica de Mambucaba tem um colégio municipal, o Inácio During, com atendimento até o ensino fundamental. As crianças da comunidade, quando entram no ensino médio, vão estudar em escolas do Perequê. A Aldeia Sapukai tem





em seu território o Colégio Indígena Estadual Karai Kuery Renda, com ensino fundamental. Para o ensino médio, muitos jovens indígenas não continuam seus estudos. Já a Praia Vermelha e a Praia do Recife não possuem escolas em seus territórios. Assim, utilizam escolas no entorno, como Bracuí, Frade e Praia Brava (Vila Operária).

Para os serviços de saúde, Frade, Quilombo Santa Rita do Bracuí, Aldeia Sapukai e Vila Histórica de Mambucaba contam com postos de saúde em suas comunidades. Praia Vermelha e Praia do Recife não possuem postos em seus territórios e precisam utilizar unidades localizadas em outras localidades.

Destacamos aqui o saneamento básico, extremamente precário em todas as comunidades, além do fornecimento de água potável, esgotamento sanitário e coleta de lixo que não atendem as demandas das populações tradicionais.

## BAÍA DE PARATY

As comunidades tradicionais caiçaras e Guarani Mbya presentes do MT da Baía de Paraty são: Aldeia Arandu Mirim, Ilha do Algodão, Ponta Grossa e Ilha do Araújo. Todos os territórios caracterizados nesta publicação são acessíveis de barco. Mesmo a Ponta Grossa - para onde existe trilha de acesso terrestre - é um território onde praticamente ninguém chega a pé, e os caminhos estão fechados em diversos pontos. A única exceção é a aldeia Arandu Mirim, para onde os Guarani da aldeia Itaxi frequentemente caminham, por duas rotas possíveis.

No fundo do Saco do Mamanguá há uma passagem mais estreita após a qual se abre um largo de água rasa e calma, com solo de lama cercado por uma das maiores áreas de manguezal e cachetal de Paraty. Nesse largo desaguam diversos cursos de água doce. Os dois maiores são o Rio Grande, onde se localizam a aldeia Arandu Mirim e diversas áreas de roças caiçaras, e o “Rio da Fazenda”, como é chamado o corpo d’água que passa dentro de uma extensa área - que vai desde os fundos do Saco do Mamanguá até a Praia do Sono - pretensamente pertencente ao finado Gibrail Tannus, um dos mais famosos grileiros de terra de Paraty envolvido em diversos escândalos de falsificação de escrituras e conflitos fundiários da região.

A Aldeia Arandu está situada aos pés do maciço do Cairuçu que mais tarde deu nome à unidade de conservação criada ali, a Área de Proteção Ambiental Cairuçu. O Pico do



Cairuçu mede 1070 metros de altitude e está localizado na zona central da península da Juatinga, entre o Mamanguá, de um lado, e a Praia do Martim de Sá, do outro. Segundo os Guarani da Arandu Mirim, “Mamanguá” e “Cairuçu” são nomes indígenas. A hipótese é que Mamanguá seja uma palavra derivada da expressão guarani “ma mon guá” que significa uma pergunta: “de onde você tá vindo?”. E Cairuçu é, possivelmente, a fonética que os juruá (os brancos) fixaram para a palavra guarani “tatayruçu”, que significa “filhote de caça”.

A Ponta Grossa é um território caiçara em formato peninsular, também formado por diversas localidades e núcleos de ocupação. A Ponta Grossa separa a baía de Paraty (da cidade) da enseada do Paraty Mirim e do Fundão, localizadas à direita em direção ao sul do município. Saindo do cais de Paraty, após virar a Ponta Grossa, já é possível avistar a Ilha do Algodão, a maior Ilha em extensão territorial de Paraty. A Ilha do Algodão é visível também a partir da Praia do Paraty Mirim. E logo depois de passar a Ilha do Algodão, se vê a entrada do Saco do Mamanguá. A Ilha do Araújo é a Ilha que mais se distancia dessa zona, localizada já ao norte da baía de Paraty. Historicamente, as trocas e relações cotidianas dos moradores da Ilha do Araújo se davam com Praia Grande e outras localidades próximas do centro de Paraty.

Esse conjunto de comunidades possui diferentes graus de proximidade geográfica e social, e alguns fluxos de relações históricas e de parentesco foram identificados ao longo do trabalho.

Todos os territórios tratados nesta publicação são ocupados por comunidades caiçaras, com exceção da aldeia guarani nos fundos do Saco do Mamanguá. Esses territórios são formados por dezenas de localidades nomeadas e núcleos de ocupação que ora se identificam como comunidades independentes, ora se sentem pertencendo a um conjunto maior. A reconstrução das histórias locais foi feita a partir da costura de memórias que surgem no relato das pessoas. Algumas informações apareceram nas entrevistas e outras em conversas informais que ocorrem quando a equipe de campo permanece por mais de um dia na comunidade.

Essas memórias e relatos são sempre parciais, e não expressam uma verdade única sobre o passado. São lembranças que algumas pessoas mantêm, e que podem ser diferentes das memórias de outras pessoas. Cada lembrança e cada versão são importantes, e ajudam a compor esse conjunto de fios que tecem a história do lugar. A formação das comunidades



caiçaras no município de Paraty foi largamente pesquisada e existem muitos registros em livros e documentários. Os relatos orais de antigos moradores que participaram do projeto Povos confirmam muitas das informações presentes nesses materiais e trazem detalhes e particularidades das histórias de cada local.

De maneira geral, o povo caiçara de Paraty se formou ao longo da segunda metade do século XIX, fruto do encontro de colonizadores portugueses, povos indígenas originários da região e negros africanos trazidos do continente africano pelos colonizadores como mão-de-obra para construir o Brasil. Ao longo da primeira metade do século XX - período em que a importância econômica de Paraty havia se tornado insignificante no contexto nacional - as famílias caiçaras consolidaram sua permanência e seu modo de vida em vastos territórios que envolveram desde a zona costeira até o fundo dos vales e encostas da serra. Pode-se afirmar que o modo de vida tradicional descrito a seguir era vivenciado por praticamente todas as famílias caiçaras da região até meados do século XX.

A pesca, agricultura, extrativismo e manejo florestal e caça eram as principais atividades produtivas às quais as famílias caiçaras se dedicavam. Nesse tempo, a floresta fornecia todos os recursos para construção das casas, dos móveis, das embarcações (canoas), dos remos e de diversos artefatos para processamento dos alimentos da roça, como os pilões, rodas de sevar mandioca, prensas, coxos, cestos, samburás, peneiras, apás e tantas outras peças que formam a cultura material tradicional. Também usavam materiais da mata para produzir petrechos de pesca como a fiska e o puçá. Até as cordas eram feitas com fibras da mata e serviam pra tudo. Por meio dessas atividades de produção da vida, o povo caiçara criou, e vem atualizando, uma interação com os espaços de uso (o mar, a praia, a floresta, a roça) que associadas à percepção atenta do tempo e dos ciclos naturais e rituais formam a base do seu modo de pensar e atuar no mundo.

Nas Ilhas e outros locais aonde só se chega de barco, o planejamento da vida passa necessariamente pela observação atenta das condições do mar. Em cada estação do ano, os fenômenos climáticos específicos do período influenciam o ambiente. Por isso, a percepção dos sinais do ambiente e do clima faz parte da rotina dessas comunidades. Esses aspectos surgem nos relatos trazidos pelos moradores das comunidades participantes desta publicação. Das atividades tradicionais mencionadas, a que resiste de maneira mais intensa até hoje é o sistema de atividades ligados a pesca, mas isso não significa que as outras



deixaram de ocorrer. Os relatos sobre pesca são abundantes e as histórias são contadas com riqueza de detalhes e entusiasmo. Em todas as comunidades caiçaras, a pesca é um assunto importante, que rende muitas falas tanto sobre o passado, como sobre o presente e o futuro.

A diversidade de jeitos de pescar e a própria importância histórica e simbólica que aparecem nas falas e nas práticas das pessoas mostra que a pesca é tão importante para a identidade caiçara que não pode ser tratada apenas como uma atividade produtiva, mas como um dos principais elementos da cultura caiçara.

Uma outra dimensão do sistema cultural caiçara são as relações estabelecidas entre as pessoas, dentro dos núcleos familiares, entre os núcleos familiares de uma mesma comunidade e entre diferentes comunidades. Trocas comerciais, parentesco, celebrações, expressões de música e dança constroem elos importantes. No tempo em que as condições materiais das famílias eram praticamente iguais e a terra era livre para quem precisasse dela para garantir seu sustento, um dos valores primordiais presente na base da sociabilidade caiçara é a solidariedade.

O trabalho cotidiano de produção da vida era realizado dentro da família, mas quando alguém precisava cumprir uma tarefa mais pesada, como a construção de uma nova casa, plantios ou colheitas de áreas grandes, organizava um mutirão (ou auxílio). Reunia parentes, compadres e comadres para ajudar na empreita e, em troca, oferecia refeição, festa, música, baile e, claro, a garantia da sua presença no mutirão da família que lhe ajudou. Muitos moradores entrevistados para construir essa publicação falaram que costumavam frequentar bailes e que antigamente havia mais cirandeiros e músicos participando dos grupos de folia de reis e do divino do que hoje em dia.

Por meio das histórias de vida e das genealogias coletadas nos territórios tradicionais que participaram da caracterização, foi possível identificar alguns indicadores da existência de relações de parentesco entre diferentes comunidades presentes no recorte considerado, por exemplo:

Existem sobrenomes comuns, que se repetem em várias genealogias, como o sobrenome “Conceição”, presente em famílias do Mamanguá, Ponta Grossa, Ilha do Araújo, em localidades próximas como Praia do Sono e outras localidades da península da Juatinga. Há caiçaras nascidos na Ilha do Algodão que casaram e foram morar na Ponta Grossa e até hoje trabalham na Ilha do Algodão; e o inverso também foi relatado: pessoas nativas da Ponta



Grossa que constituíram família na Ilha do Algodão e lá moram até hoje (relação Pontas Grossa / Ilha do Algodão) Há caiçaras nascidos e criados na Ponta Grossa que tem ascendentes nativos da Ilha do Araújo, portanto, se sentem de alguma forma pertencendo aos dois lugares (relação Ilha do Araújo / Ponta Grossa) E tem relatos de caiçaras nativos da Ilha do Algodão que foram morar na Ilha do Araújo; (relação Ilha do Algodão / Ilha do Araújo).

As histórias de vida demonstram como as comunidades vão se entrelaçando por meio dos deslocamentos pelos territórios. A proximidade geográfica e o parentesco interferem em situações como as mencionadas abaixo:

Antigamente, nas viagens para ir à cidade, as pessoas paravam em outras comunidades para descansar ou visitar. São rotas históricas que demonstram um profundo conhecimento geográfico do território. Os moradores do Sono, por exemplo, tinham uma rota para acessar a cidade que era por terra até os fundos do Saco do Mamanguá, de lá pegavam a canoa e remavam toda a extensão do Saco do Mamanguá e entravam no Funil; lá, eles paravam a canoa no Porto Grande e varavam a pé até o Jurumirim, do lado de lá da Ponta Grossa; de lá seguiam a pé ou navegando até a cidade;

Havia viagens para participar de celebrações, bailes, ocasiões em que vinham convidados de muitos lugares da região, como contou Mariana da Ponta Grossa que foi a um baile nos Meros e no Funil; ou o que contou Tuíco da Ponta Grossa sobre já ter participado muitas vezes da procissão marítima da Festa de São Pedro e São Paulo da Ilha do Araújo com seu barco todo enfeitado;

Os deslocamentos para estudar eram e ainda são formadores de elos entre comunidades. Foi relatado o caso de Mariazinha (filha de Dona Mariana da Ponta Grossa), que ao longo da vida estudou na Ilha do Algodão, depois no Mamanguá e depois na Ponta Grossa. Quando se formou voltou para dar aula na escola do Paraty Mirim; até hoje as crianças da Ilha do Algodão estudam na Ponta Grossa e se deslocam de barco até lá diariamente;

Deslocamentos para prestar algum serviço, assistência ou cuidado, como partos e práticas de cura. No relato sobre o feitio de canoas na Ponta Grossa, por exemplo, foi mencionado que parte das madeiras saía da Ilha do Algodão.

Na tessitura da vida cotidiana, os territórios se conectam e as relações entre as pessoas se constroem de diversas maneiras. Ao longo do tempo, um dos efeitos desse





processo parece ser um sentimento de território sem fronteiras no qual os parentes estão ocupando diversas localidades amplificando a ideia de terra livre e da possibilidade de mobilidade (de morar em vários lugares) que sempre fez parte da perspectiva de vida das famílias caiçaras e guarani também em seu modo de vida tradicional.

Por fim, uma outra dimensão que aparece nas entrelinhas das narrativas históricas e das memórias é a dimensão dos “mistérios”. Eles estão presentes no mundo, no mar, no ar, na mata, nas encruzilhadas. Os mais velhos sabem que existem coisas que não são explicadas pela lógica da racionalidade científica: as aparições, entidades, mal assombros, ruídos, tudo isso existe, apesar de alguns não acreditarem. São fenômenos ou entidades sobrenaturais, coisas difíceis de explicar ou classificar: não são gente, nem animal e nem espírito.

O pensamento mágico, mítico ou místico acompanha a humanidade desde os primórdios e nas comunidades tradicionais de Paraty não é diferente. Nos capítulos a seguir serão mencionados alguns relatos sobre isso. Apesar de uma tendência mais ou menos geral de silenciar e desvalorizar esse tipo de narrativa, vale olhar para esse universo como um “modo de conhecer”, de transmitir valores e comportamentos morais e éticos. Elas trazem uma maneira peculiar e local de ver o mundo, são uma forma de pensar e por isso, são expressões da cultura tradicional local.

Entre os Guarani da Arandu Mirim, as narrativas de fundo mítico e mágico são misturadas às narrativas históricas e as duas são evocadas para explicar a ocupação recentes desse território nos fundos do Saco do Mamanguá. A tradição cultural indígena cultua a oralidade e preserva, como uma espécie de documento vivo, as narrativas que expressam a sua visão de mundo e que orientam a sua prática e seu modo de viver nele. A abertura da rodovia BR-101, nos anos 70, representou um divisor de águas que alterou de maneira irreversível o território e os modos de vida tradicionais das comunidades da região.

O turismo chegou com força e aqueceu o mercado imobiliário; apareceram pessoas diferentes, com outros valores e costumes, ávidas por terra. Empreendimentos de grande porte como terminais portuários, estaleiros e usinas nucleares na Baía da Ilha Grande passaram a fazer parte da paisagem, expressões da lógica desenvolvimentista dominante. Unidades de conservação terrestres e marinhas foram implantadas, proibindo a continuidade dos usos costumeiros realizados ali.



As comunidades tradicionais foram ignoradas tanto pelos projetos de desenvolvimento como pela política ambiental, e o que a história vê como progresso foi para as comunidades dessa região um processo contínuo de expropriação e violação de direitos.

Incidem nesse microterritório 3 unidades de conservação, 2 federais, sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão ligado ao Ministério de Meio Ambiente e 1 estadual, sob gestão do INEA:

Área de Proteção Ambiental (APA) Caiuruçu, criada em 1985. Abrange 63 ilhas na porção paratiense da Baía da Ilha Grande e área continental que totalizam mais de 34 mil hectares. Está inteiramente sobreposta às ilhas do Araújo e do Algodão, além da porção terrestre do Saco do Mamangá e da Ponta Grossa;

Estação Ecológica (ESEC) Tamoios, criada em 1990. Envolve a proteção de 29 áreas emersas (entre ilhas, ilhotes, lajes e parcéis) e seus respectivos entornos marinhos em Paraty e Angra dos Reis, equivalente a 5,69% da Baía da Ilha Grande. Criada como compensação ambiental da construção da Usina Nuclear, abrange principalmente as ilhas do norte de Paraty e, no sul da Baía, está sobreposta à Ilha do Catimbau, Ilha dos Ganchos e entorno, que são áreas que integram o território marinho das comunidades tratadas nesta publicação;

A Reserva Ecológica da Juatinga (REJ), unidade estadual cujo órgão gestor é o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), abrange a margem direita do Saco do Mamangá, porção que integra a península da Juatinga.

Essas unidades de conservação possuem diferentes níveis de restrição para presença humana. A APA é uma unidade de conservação de Uso Sustentável e a revisão do Plano de Manejo foi concluída em 2018. No Plano foram estabelecidas zonas de manejo da biodiversidade, incluindo agricultura, reconhecendo o modo de vida tradicional das comunidades em seus territórios.

A REJ é uma unidade mais restritiva e há relatos de conflitos com as comunidades do Mamangá. Desde 2011 estuda-se a recategorização da REJ visando adequá-la ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, mas esse processo ainda não foi concluído. A ESEC por sua vez é a unidade mais restritiva, sendo proibido qualquer tipo de uso, inclusive atividade de visitação turística, coisa que, segundo os moradores da região, é constantemente desrespeitado por embarcações de turismo de Paraty. As sobreposições geram conflitos entre as comunidades e os órgãos ambientais, em alguns casos gerando desgastes que prejudicam



diálogos possíveis das comunidades com atores externos. Mas há também o reconhecimento, em algumas comunidades, de que a presença da Unidade de Conservação pode ajudar as comunidades a proteger seu território contra invasões e obras de terceiros que agriem a natureza. E em 2019, a Unesco concedeu à região de Paraty e Ilha Grande o título de Patrimônio Mundial na categoria sítio misto, reconhecendo a importância da biodiversidade e do patrimônio cultural vivo desse território. O título foi possível graças a presença das comunidades tradicionais que constroem e conservam essa paisagem há gerações por meio dos seus saberes, práticas e interações em seus territórios ancestrais.

A caracterização trouxe à tona diversas preocupações que as comunidades têm sobre a situação de seus territórios e a continuidade de sua cultura. Mas mostrou também a capacidade de resiliência, deu visibilidade às ações de resistência além de estimular as comunidades a refletir e criar propostas de soluções para dentro e para fora, e pensar demandas endereçadas ao Estado.

Uma das principais ameaças, mencionada por todas as comunidades participantes, é a redução da quantidade de peixe, camarão, polvo e outras espécies extraídas do mar. Foram identificados pelos entrevistados inúmeros vetores de pressão associados à causa dessa situação, tais como presença da pesca industrial nas áreas de pesca artesanal, contaminação das águas por esgoto, presença da usina nuclear, cadeia do petróleo e gás, presença de grandes embarcações de turismo nos pesqueiros tradicionais, resíduos das embarcações de turismo e dos navios, presença de empreendimentos de algicultura nas áreas tradicionais da pesca artesanal. A crise da atividade pesqueira artesanal é grave porque ela afeta a segurança alimentar e uma fonte de renda que por muito tempo foi considerada segura. Quando a pesca deixa de ser uma atividade capaz de absorver as novas gerações que cresceram vendo bisavós, avós e pais vivendo dela, ou seja, quando ela deixa de ser uma perspectiva de futuro, há uma ruptura que traz efeitos em vários níveis dentro das comunidades, principalmente entre os caiçaras.

A crise pesqueira abala um dos pilares do sistema cultural e identidade caiçara, e fere uma das conexões mais importante da relação com seu território. Outros problemas mencionados que impactam a vida das comunidades foram a questão do turismo de massa promovido por grandes escunas de Paraty que acessam praias calmas e costeiras com centenas de banhistas e causam distúrbios ambientais, além de atrapalhar a atividade



turística da própria comunidade. Essa questão foi mencionada pelos moradores da Ilha do Araújo, da Ponta Grossa e da Ilha do Algodão.

O crescimento acelerado de empreendimentos de algicultura representam um processo de privatização de áreas de mar nos espelhos d'água e pesqueiros caiçaras. Essa questão também foi levantada principalmente pela comunidade da Ilha do Algodão, onde boa parte de sua costa já tem, ou está sendo requerida, para implantação de algas sobrepondo às áreas de pesca artesanal realizadas nas zonas costeiras, como a pesca de lula, de linha, de cerco fixo flutuante e de rede de malha. A identificação dos problemas associados à sobreposição de usos nos espaços costeiros indica a necessidade urgente de criar propostas de ordenamento do uso e gestão desses espaços levando em conta os direitos territoriais das comunidades tradicionais em terra e no mar. A ideia de território marinho ou marítimo vem sendo cada vez mais apropriada pelas comunidades para criar mecanismos de proteção de seus territórios e modos de vida.

Essa conjuntura aponta que esses fatores somados criam uma situação de insegurança com relação ao futuro e podem promover o abandono de práticas tradicionais que são a base do modo de vida caiçara em Paraty, ameaçando a continuidade de um sistema formado de conhecimentos, práticas, identidades e memórias coletivas que constituem um patrimônio cultural a ser protegido.

## SUL DE UBATUBA

As comunidades caiçaras que integram o microterritório do Sul de Ubatuba são: Enseada, Perequê-Mirim e Lázaro; Fortaleza; Lagoinha, Peres e Oeste; e Praia Grande do Bonete; a comunidade indígena Aldeia Renascer (Território Indígena reivindicado Ywyty Guaçu); e o Quilombo da Caçandoca. Existem outras comunidades caiçaras no sul de Ubatuba, que deverão, ainda e caso queiram, realizar a caracterização de seus territórios. São elas: Folha Seca, Corcovado, Maranduba, Sete Fontes, Sertão da Quina, Sertão do Ingá e Sertão do Araribá.

Caiçaras, quilombolas e indígenas residentes na porção sul do município de Ubatuba compartilham histórias de luta em defesa de seus territórios tradicionais, que falam de retomada e resistência. Há poucas décadas, morros e vales eram cobertos por plantios dos mais diversos alimentos; havia mais cercos de pesca no mar; puxavam-se redes de arrasto



na praia. Um tempo, narrado pelos mais velhos em cada comunidade, de maior solidariedade entre vizinhos, quando os bailes animavam as noites em finais de semana e feriados; as casas eram (algumas ainda o são) visitadas pelos foliões do Divino e de Reis; a ilha Anchieta era palco de causos assombrosos com suas roças à prova de saúvas. Muito mudou, mas muito resiste. São fabricarias de instrumentos musicais, quintais em ervas e temperos tradicionais, ranchos, casa de reza dos indígenas, ilê no quilombo, capelas em vários cantos. Tem maricultura e também cultura da terra, tradicional. Coral indígena e grupos de xondaros e xondarias em defesa do território ancestral. Pratos cheios de afeto, com sabor do mar e cheiro da mata. Habilidades no talhar, no tecer, no trançar em confecções de artefatos e artesanatos.

A resistência se dá em meio a um cenário de forte descaracterização da organização social tradicional motivada pela BR 101, que chegou por ali duas décadas antes de passar pelo norte do município e por Paraty; outro motivo para a descaracterização é a falta de regulação do uso e ocupação do solo. O Parque Estadual da Serra do Mar, nessa região, está afastado das partes baixas e do litoral, protegendo apenas as partes mais altas da serra. Outras unidades de conservação estaduais, a APA Marinha do Litoral Norte e o Parque da Ilha Anchieta, regulam o uso do território marinho.

Algumas comunidades caiçaras são marcadas pela presença de prédios e loteamentos voltados ao turismo e à moradia de pessoas de fora. Outras, são “recortadas” por condomínios de luxo que também servem ao turismo de temporada. Durante a pandemia de Covid 19, alguns desses loteamentos e condomínios passaram a ser ocupados por moradores permanentes. A especulação imobiliária é visível em placas de anúncio de novos empreendimentos e por muitos escritórios de corretores de imóveis. Há, ainda, a presença de marinas, shopping, pousadas e outras construções sobre restinga e mangues, especialmente no Saco da Ribeira. Tais equipamentos, voltados aos turistas, ocupam territórios tradicionais expulsando caiçaras. Os resistentes relatam que os empreendimentos não respeitam a natureza e não possuem sistemas adequados para o tratamento do esgoto gerado, o que causa poluição em córregos, praias, enseadas e baías da região. Apesar da legislação específica, que deveria proteger seus direitos territoriais, as comunidades quilombola e indígena do sul de Ubatuba sofrem com as ameaças aos seus territórios.





O adensamento populacional, o acréscimo de embarcações, equipamentos e empreendimentos imobiliários voltados ao turismo, regular e náutico, associados à lentidão dos órgãos e empresas responsáveis por solucionar os problemas ligados ao saneamento básico, são responsáveis pela poluição das baías e enseadas no sul de Ubatuba.

A história do Quilombo da Caçandoca é marcada pela invasão e tentativa de tomada de suas terras por empresa imobiliária que chegou a expulsar os quilombolas e a propor projeto de loteamento e condomínio na área quilombola. Assim como a história atual de ameaça, por invasão de moradores de bairros vizinhos, ao território indígena Ywyty Guaçu, reivindicado pelos Tupi-Guarani e Guarani M'Byá da Aldeia Renascer.

A geografia do Sul de Ubatuba é semelhante a todo o território de atuação do Projeto Povos, com a Serra do Mar formando um grande paredão e seus vales servindo como canais de drenagem por onde descem rios e riachos que tornam o sopé dos morros lugares propícios à agricultura tradicional. O litoral é recortado, formado por enseadas e pequenas baías separadas por costões rochosos, restingas de jundú e mangues, a exemplo do mangue do Rio Escuro, próximo à entrada da estrada que leva ao Pico do Corcovado (ponto mais alto do Sul e segundo mais alto de Ubatuba, ultrapassando os 1.000 metros de altitude) e à Aldeia Renascer. São diversas as ilhas e ilhotes, sendo a maior delas a Ilha Anchieta.

A situação fundiária na maioria das localidades e bairros com comunidades caiçaras é frágil, com pouca regularização e baseada em títulos de posse ou contratos de compra e venda. O processo de titulação do Quilombo da Caçandoca encontra-se parado, mas há a esperança, na comunidade, de que possa avançar, dada a mudança de governo e nas diretorias do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Já a demarcação do território indígena da Renascer tem situação mais delicada, visto que não há, ainda, laudo antropológico e que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) não encontra os estudos que já foram realizados. Os dados de população foram coletados em entrevistas, por estimativa dos entrevistados em cada comunidade. Foi feita uma ponderação demográfica, com dados do Censo 2022 (IBGE), da Estratégia Saúde da Família (SUS/Pref. de Ubatuba) e da Assistência Social (SUAS/Pref. de Ubatuba). Importante destacar que o número de pessoas não-tradicionais não reflete o número de construções/casas de veraneio e locação por temporada, construídas e operadas por “gente de fora”.



Os dados de população foram coletados em entrevistas, por estimativa dos entrevistados em cada comunidade. Foi feita uma ponderação demográfica, com dados do Censo 2022 (IBGE), da Estratégia Saúde da Família (SUS/Pref. De Ubatuba) e da Assistência Social (SUAS/ Pref. de Ubatuba). Importante destacar a dificuldade em se chegar a um número oficial de famílias caiçaras, visto a descaracterização de seus territórios pela presença de veranistas e “gente de fora”.

O Censo 2022 mapeou, ainda que com falhas em sua elaboração, as populações indígenas e quilombolas. Para o município de Ubatuba, indicou a presença de 1371 quilombolas e 643 indígenas. Interlocutores de ambas as populações indicam que o número real é maior, visto que não foram considerados quilombos e aldeias ainda não reconhecidos. Este é o caso da Aldeia Renascer, que não consta no Censo 2022.

Segundo estudo realizado pelo Fórum dos Saberes Artesanais, há 90 pessoas, em 15 famílias residentes na aldeia. Já o Quilombo da Caçandoca aparece no Censo 2022 (IBGE) como tendo decreto de reconhecimento, mas ainda não a titulação do território. Segundo o IBGE, há no território da Caçandoca 176 pessoas residentes, sendo 153 pessoas quilombolas.

Algumas comunidades caiçaras indicaram o número de famílias residentes e que fazem uso tradicional do território. Na Fortaleza, indicam os participantes do processo de caracterização, há 40 famílias caiçaras. Na Lagoinha, Peres e Oeste, há 22 famílias que pescam, participam das atividades econômicas da maricultura, plantam ou realizam outras atividades tradicionais. Outros números relacionados à população caiçara aparecem nos capítulos específicos.

Entre todas as comunidades que compõem o MT Sul de Ubatuba, apenas uma parte da área pleiteada para a Terra Indígena Ywyty Guaçu é sobreposta pelo Parque Estadual da Serra do Mar/ Núcleos Picinguaba, Caraguatatuba e Santa Virgínia. Porém, todo o território marítimo, de uso tradicional das comunidades, está sobreposto pela Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte (APALM), uma UC estadual de uso Sustentável.

A Ilha Anchieta, um histórico misto de uso indígena e caiçara, é, hoje, totalmente sobreposta pelo Parque Estadual de mesmo nome. Este parque é de proteção integral e impede qualquer atividade não-turística na ilha, que, no passado, serviu como área de



agricultura, pois as lavouras sofriam menos com pragas, como a formiga saúva, que não existia na ilha.

No Sul de Ubatuba, o PESH tem seu limite definido pela cota de altitude. Porém, sua zona de amortecimento se estende, sobrepondo às comunidades caiçaras; dentre as caracterizadas pelo Povos, o Perequê-Mirim é a que tem maior proximidade com os limites do Parque. Além das comunidades caiçaras, como já informado, há sobreposição do PESH sobre a TI reivindicada pelos indígenas da aldeia Renascer.

O PESH é uma unidade de conservação de proteção integral, porém, alguns de seus núcleos de gestão, a exemplo do Núcleo Picinguaba, possuem uma característica mista, permitindo, por meio dos PUTs (Planos de Uso Tradicionais) a permanência de algumas comunidades tradicionais, especialmente no norte de Ubatuba. Sobre os PUTs, ver os relatórios finais do Norte de Ubatuba 1 e 2.

A UC foi instituída pelo decreto estadual no 10.251, de 30 de agosto de 1977 e, posteriormente, foi instituído o plano de manejo do Núcleo Picinguaba. O núcleo possui uma área total 47.500ha, abrangendo 80% do município de Ubatuba. A página na internet com informações sobre o Núcleo Picinguaba do PESH, mantida pela Fundação Florestal de São Paulo, traz os atrativos do parque, com destaques para a região norte do município. Como atrativo na região sul, o destaque é a trilha para o Pico do Corcovado, com extensão de 6km, partindo de uma altitude de 976 metros e chegando aos 1000 metros. No site, não há a informação de que os guias para a trilha podem ser indígenas da aldeia Renascer, nem qualquer menção à comunidade indígena. Link para página com informações turísticas e gerais do PESH/ Núcleo Picinguaba: <https://guiadeareasprotegidas.sp.gov.br/ap/parque-estadual-serra-do-mar-nucleo-Picinguaba/> Criada pelo Decreto Estadual no 53.525 de 8 de outubro de 2008, a APA Marinha do Litoral Norte só teve seu plano de manejo debatido pelos atores interessados, redigido e aprovado em 2022, a partir do Decreto Estadual no 66.823. O processo de discussão do plano de manejo teve forte participação do Grupo de Trabalho da Pesca (GT Pesca/FCT) do Fórum de Comunidades Tradicionais. Pescadores de todo o município de Ubatuba atuaram de forma conjunta para garantir os direitos da pesca artesanal, tradicional caiçara. Link para página com Plano de Manejo, mapa de zoneamento e decreto de aprovação do plano de manejo da APA: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/apa-marinha-do-litoral-norte/> Link



para página da APA, com informações sobre as etapas de construção do plano de manejo, com as atas das reuniões do conselho:  
<https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Default.aspx?idPagina=15387>

A Ilha Anchieta era chamada de Ilha dos Porcos pelos caiçaras do sul de Ubatuba. Historicamente, abrigou uma aldeia indígena Tupinambá. Conta-se que os indígenas realizavam trocas com os caiçaras do continente, levando a produção das roças que mantinham na ilha, em canoas, e voltando com produtos outros, de uso da aldeia. O passar do tempo levou os Tupinambá à migração e, mais tarde, a ilha foi ocupada pelos caiçaras, que a utilizavam como importante área de roça, livre das saúvas e com boa terra para diversos cultivos, como tubérculos (mandioca, cará e inhame) e algumas frutas.

A implantação do presídio causou a primeira expulsão de caiçaras da Ilha. Alguns moradores da ilha, e do continente próximo, foram contratados para trabalhar como carcereiros, cozinheiro ou outra função relacionada à prisão. Durante o período de operação do presídio, as roças foram abandonadas, mas a pesca no entorno da ilha seguiu acontecendo. Ali, havia cercos e ranchos. Pescava-se também de linha, a partir das praias e costões da ilha. Quando o presídio foi desativado, foi implantado o Parque Estadual da Ilha Anchieta, uma UC de proteção integral, que impede qualquer atividade econômica além do turismo. As restrições se estendem para o entorno da ilha, impedindo também a pesca e o fundeio de embarcações.

As comunidades desse microterritório compartilham narrativas de batalha em prol de seus territórios tradicionais, que remontam a momentos de retomada e resistência, ao longo dos anos vêm elaborando estratégias de enfrentamento para lidar com a especulação imobiliária, processos de urbanização e crescimento do centro urbano, unidades de conservação e os diversos processos de criminalização das práticas tradicionais.

## CENTRO DE UBATUBA

Desde a abertura da rodovia Rio-Santos, entre as décadas de 1960 e 1970, a região central do município de Ubatuba vem sofrendo um constante processo de alteração de sua paisagem, com a verticalização gradativa dos bairros, a canalização de rios e córregos, o aterramento de áreas alagadiças para a construção de imóveis. É possível, ao observar a arquitetura, citar alguns momentos da história de ocupação da região: temos alguns prédios



remanescentes do período colonial; casas, em diferentes estilos do século XX, mas anteriores à abertura da estrada; construções de fins de 70 e início dos 80, que apontam a chegada dos primeiros “veranistas”; e, por fim, prédios com menos de 10 anos de construção, principalmente no bairro do Itaguá, que revelam uma segunda (ou terceira) onda de ocupação por veranistas e/ou novos moradores, vindos de outros municípios.

Ainda assim, a comunidade caiçara resiste ao desenvolvimento desordenado, preservando suas tradições e lutando pelo território que habitam.

A região central de Ubatuba reúne caiçaras de todo o município, que deixaram seus territórios originais em busca dos serviços e da infraestrutura urbana, como a proximidade com escolas, hospital, local de trabalho (já que muitas das práticas de tradicionais foram criminalizadas) etc. Porém, há uma comunidade caiçara nascida na região central, descendentes dos primeiros moradores de Ubatuba, e que reproduz as expressões e modos de ser e fazer tradicionais. Integrantes da comunidade se encontram em festejos do calendário católico, como a Folia do Divino; em corridas de canoa caiçara; no rancho caiçara da Associação dos Amigos e Remadores da Canoa Caiçara (AARCCA), na praia do Perequê-Açu; em ranchos de pesca no Itaguá e no Perequê Açu; no trapiche da Ilha dos Pescadores; no Mercado de Peixe, também na Ilha; em ensaios e apresentações dos grupos de Fandango, Xiba, blocos carnavalescos etc.

O projeto Povos, no Centro de Ubatuba, realizou suas atividades nos bairros do Itaguá, da Ilha dos Pescadores e do Perequê Açu. Porém, a comunidade caiçara representada nesta publicação transcende essas localidades, compartilhando o território marítimo, e estabelecendo, entre si e com outras comunidades, relações simbólicas, materiais e imateriais.

A caracterização da região, apresentada a seguir, é resultado de um processo de pesquisa-ação<sup>1</sup>, realizado com o protagonismo da comunidade caracterizada. As histórias, os dados e causos a seguir são narrados pelos caiçaras residentes na área central de Ubatuba: no Itaguá, contemplando as localidades de Ponta Grossa, Cedrinho, Paria do Tenório e Estufas I e II; Barra dos Pescadores, Centro, Silop, Sumaré, Ipiranguinha e adjacências; e Perequê Açu, Sumidouro, Taquaral e Estrada da Cazanga.

Vale fazer, neste ponto, um breve esclarecimento conceitual: o termo “comunidade” é utilizado para se referir a um conjunto de pessoas que possui entre si vínculos sociais de





diversas naturezas, como parentesco, vizinhança, trocas, memória social compartilhada, que convivem e tem em comum o sentimento de pertencimento um determinado lugar. Os termos “bairro” e “localidades” são utilizados em referência aos espaços ocupados por essas comunidades, mesmo que em porções cada vez menores e com menor capacidade de interferência direta em sua paisagem ou influência política sobre decisões que os impactam. “Território” é o espaço/tempo social, cultural, político, econômico e de afetos; é resultado da relação entre as comunidades e as localidades ou bairros que habitam, entendido em sua dimensão física e, também, sua existência imaterial e simbólica. O território abrange as localidades ou bairros ocupados pela comunidade e é base da reprodução dos modos de vida tradicionais em seus múltiplos aspectos.

A região central de Ubatuba concentra a maior parte dos serviços e equipamentos públicos voltados à saúde, educação, lazer, acesso à justiça, cartoriais etc. O Centro conta com três terminais rodoviários, sendo um exclusivo para as linhas municipais de ônibus, que atendem aos bairros das regiões norte, sul e oeste; e os outros dois para as linhas intermunicipais. Porém, para a circulação entre os bairros centrais há deficiência em linhas circulares e a principal forma de locomoção é a bicicleta. A região conta com ciclovia e ciclofaixas, que demandam obras de conservação e recuperação.

Muitas ruas estão esburacadas e falta calçamento adequado em vias de praticamente todos os bairros centrais, incluindo aqueles cujo metro quadrado é mais caro. Ainda sobre os serviços de conservação urbana, há reclamação quanto à falta de varrição adequada das ruas, precária manutenção de praças e áreas verdes, falta de lixeiras etc. Além disso, as galerias de água pluvial e todo o sistema de drenagem carece de limpeza e obras de ampliação.

Especificamente sobre a população caiçara residente na região central, artigos consultados dão conta da falta de apoio às manifestações culturais e de preservação da memória e das tradições locais. Há um esvaziamento da vida cotidiana, visto que grande parte das construções motivadas pela especulação imobiliária são voltadas a imóveis de veraneio, que permanecem fechados a maior parte do ano. O avanço da construção civil invade os espaços de memória, as antigas áreas de roça, os galpões e ranchos da pesca e os locais de encontro dos fazedores de cultura.



Segundo o último Censo (IBGE 2022), 49,64% das moradias de todo o município de Ubatuba são casas de veraneio. Ou seja, das mais de 79 mil moradias contabilizadas, mais de 49 mil estão destinadas aos turistas.

O Censo não contabiliza as populações caiçaras, o que dificulta a identificação do número real de membros da comunidade residente na região central da cidade. De todo modo, é possível afirmar que a resistência caiçara se espalha pelos bairros e se faz representada nos espaços de encontro, com a Festa de São Pedro.

Abaixo, alguns números coletados em dados secundários, sobre equipamentos públicos.

A Santa Casa é o único hospital público do município, atendendo aos moradores de todas as regiões de Ubatuba. O hospital realiza procedimentos médicos de até média complexidade. Para procedimentos de alta complexidade, os pacientes são deslocados para hospitais em Taubaté e São José dos Campos, no Vale do Paraíba. A estratégia saúde da família mantém equipes nas unidades básicas de saúde.

Os sistemas de captação, tratamento de distribuição de água potável e de coleta, tratamento e disposição final do esgoto, na região central de Ubatuba, são derresponsabilidade da empresa estatal Sabesp. Já o sistema de drenagem de água de chuva está sob responsabilidade da prefeitura, assim como a coleta de resíduos sólidos e a varrição das ruas. O lixo comum é coletado por empresa terceirizada e há, também, a coleta seletiva realizada por cooperativa de catadores de materiais recicláveis. Ubatuba conta com Plano Municipal de Resíduos Sólidos.

Porém, os serviços são insuficientes e não acompanham o crescimento da cidade, nem se adequam ao aumento populacional durante as temporadas turísticas.

Ainda há bairros onde não há rede de coleta de esgoto, cabendo aos moradores instalar e fazer a manutenção de fossas sépticas ou outros sistemas residenciais de tratamento. Relatos apontam que as estações de tratamento de esgoto existentes não dão conta do volume, o que pode ser atestado pelos relatórios sobre a qualidade das águas e balneabilidade, dos testes realizados pela Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo). As praias de Iperoig, no Centro, e do Itaguá, no bairro de mesmo nome, estão constantemente impróprias para banho. Córregos e rios que cortam a região também são poluídos.



A região central de Ubatuba está em área de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar e todo o território marítimo é sobreposto pela Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte. As duas UCs são estaduais, sob gestão da Fundação Florestal de São Paulo. As demais publicações do projeto Povos em Ubatuba, a saber: Norte de Ubatuba 1 e 2 e Sul de Ubatuba trazem um panorama completo das unidades de conservação do município e recomenda-se a leitura.

Reside de forma dispersa em bairros como o Itaguá, o Cedrinho, o Tenório, o Centro, o Perequê-Açu, o Sumidouro, as Estufas I e II, o Ipiranguinha ou o Taquaral, entre outros. Na Barra dos Pescadores, por ser uma ilha e lugar do mercado de peixes e de algumas oficinas e carpintarias náuticas, é possível identificar núcleo comunitário.

O processo da cartografia social realizou suas reuniões e oficinas reunindo caiçaras e outros interlocutores locais, residentes nos três bairros: Itaguá, Ilha dos Pescadores e Perequê-Açu. Cada grupo desenhou seus mapas representando o bairro e arredores do local de realização das oficinas. Assim, foram produzidos três mapas que, reunidos, apresentam a história da ocupação caiçara na região central de Ubatuba.

Ao longo das visitas de campo foi possível identificar que os diversos núcleos familiares caiçaras, espalhados pela paisagem urbana, formam uma única comunidade que constrói e ressignifica seu território de vida, sem deixar de narrar o saudosismo em causos de muito tempo.

A comunidade caiçara residente na região central de Ubatuba também compartilha desafios e enfrenta conflitos comuns. A especulação imobiliária e o aumento exponencial de casas e apartamentos de veranistas, fechados a maior parte do tempo, tornam as ruas vazias ao longo do ano, em dias úteis. As praias, frequentemente, estão impróprias para banho, revelando as deficiências no saneamento básico. Rios e córregos são canalizados ou retificados e as redes de drenagem são insuficientes. A varrição das vias públicas, a coleta irregular de lixo, a falta de lixeiras públicas e de um programa de educação permanente levam ao entupimento das redes, já insuficientes. Alagamentos fazem parte do cotidiano.

Cinco rios se destacam na paisagem da memória dos moradores mais antigos e do lamento presente. O Indaiá, que separa as localidades do Perequê-Açu e da Barra Seca (caracterizada junto ao MT Norte de Ubatuba 2), vê o mangue de suas margens diminuir a cada dia. O Usina Velha O rio da Usina velha desce do morro do Valo D'água, onde



antigamente tinha a estação de energia elétrica que abastecia o centro, para, literalmente, sumir sob canais enquanto serpenteia o bairro do Perequê-Açu. O Instituto da Árvore, ONG local de defesa da natureza, tem um projeto para a criação de um parque linear, no intuito de recuperar a qualidade ambiental do rio. O Rio Grande, em sua foz, forma a Ilha dos Pescadores. Ele também sente o aproximar de construções em suas margens, a redução da mata ciliar e do mangue. O canal retificado por onde corre o rio Tavares separa o Itaguá da Barra da Lagoa (que não tem mais lagoa alguma); mais acima, passa pelas Estufas I e II. O Acaraú, que passa nos fundos do cortiço do Itaguá, já foi lugar de pesca e caminho de canoa; hoje, retificado, assoreado e poluído, é motivo de preocupação a cada chuva mais forte.

Caiçaras da região central de Ubatuba resistem à especulação imobiliária e ao processo de crescimento desordenado, que levam à descaracterização da paisagem e ameaçam o modo de vida tradicional. A comunidade se reúne em espaços como ranchos de pesca e da cultura, capelas e igrejas, campo de futebol, escola de samba, grupos de fandango, pescando na baía de Ubatuba, trabalhando o pescado no trapiche, talhando remos, consertando canoas, fazendo artesanato, até mesmo em calçadas, em frente às casas.

## 6.1 Resultados dos levantamentos através da Matriz FOFA

Pelo levantamento, foram apontados pelos comunitários mais de 2.500 fatores. Por este número tão elevado, nossa intenção, neste relatório não é fazer uma apresentação exaustiva das informações, mas sim descrever os mais significativos que estão presentes em todo o território tradicional das comunidades aqui caracterizadas.

- **Forças**

- Modo de vida tradicional: A construção da identidade em comunidades tradicionais está fortemente relacionada aos saberes, memórias, tradições, modos próprios de criar, fazer e viver. Os principais elementos apresentados foram: a) Pesca tradicional - com o uso do território marinho, em que garante a segurança alimentar e também a renda familiar, para os casos de comercialização. Os diversos modos de pesca também foram elencados, tais como cerco, arrastão de praia, entre outros. Os utensílios para esta prática, muitos confeccionados nas próprias comunidades, também foram citados, como é o caso da rede de pesca e a feita



de canoas ainda presentes no território. b) Roças - como a manutenção da segurança alimentar renda familiar, os cultivos de feijão, milho, mandioca, entre outros, são mantidos e valorizados nas comunidades. Todas as etapas de produção, são feitas de modo tradicional, sem a utilização de agrotóxicos, e com mão de obra familiar. Esses cultivos também são fundamentais para a manutenção de outras práticas, como o batismo do milho e a feitura de farinha. Utilizam-se de ervas medicinais, como saber tradicional, para a cura de enfermidades. c) Formas de expressão - dentre as formas de expressão, estão presentes a religiosidade em suas diversas formas, o jongo, a corrida de canoa, o fandango, o coral, cânticos e rezas. Também fazem parte dessa lista os artesanatos feitos pelos indígenas, caiçaras e quilombolas, que são comercializados em eventos ou nos centros das cidades.

- **Território tradicional:** a manutenção do modo de vida tradicional alcança materialidade e espacialidade em um território específico. As vivências de uma comunidade perpassam o território ocupado, tanto no passado, como no presente, e é através dele que o autoconhecimento e a valorização de saberes, memórias e modo de vida local são expressos pelos seus moradores, sejam eles quilombolas, indígenas e caiçaras. Os usos do território não estão centrados apenas no espaço onde se localiza cada comunidade, mas sim em todo o seu entorno. É comum que caiçaras não realizem apenas atividades pesqueiras, mas também de roças, que ficam no sertão. Aos quilombolas, o território marítimo também é utilizado para manutenção de práticas. Entre os indígenas, há circulação destes em diversos espaços, seja pelos usos de trilhas, rios, cachoeiras, acesso a serviços públicos, entre outros. Em todas as comunidades caracterizadas, o território esteve como principal elemento de força interna, com destaque para o manejo sustentável, tendo como base o conhecimento tradicional.

- **Associativismo:** Como forma de organização e resistência política, as associações e lideranças comunitárias são valorizadas e foram mencionadas pelos comunitários.

- **Fraquezas**





- **Território tradicional:** Muitos dos apontamentos feitos pelos comunitários para as fraquezas têm relação direta com os fatores externos. É o caso do território tradicional, em que se vê ameaçado pela especulação imobiliária, instalação de empreendimentos e conflitos. Tudo isso resulta em impedimentos de acesso ao território, inclusive o marítimo, em que se torna inviável a sua plena utilização. Isso reflete tanto na pesca tradicional, nas roças, acesso as rios e cachoeiras e proibições de circulação por trilhas.
- **Perda de práticas tradicionais:** Com a diminuição das áreas em que antes eram destinadas para determinadas práticas, tem como consequência, de acordo com o levantamento, a perda da transmissão de saberes, uma vez que inexistindo as áreas que antes eram ocupadas pelos comunitários, o conhecimento tradicional não pode mais ser repassado, como nos cultivos de roças, feitura da farinha, artesanato e pesca.
- **Oportunidades**
- **Educação diferenciada:** Dentre as oportunidades, destaca-se a Educação Diferenciada, bandeira esta defendida pelo Fórum de Comunidades Tradicionais - FCT. Em muitas comunidades realizam eventos e oficinas nas escolas locais, com o intuito de promover a importância da defesa do território e manutenção da identidade tradicional, valorizando as origens, as manifestações culturais e religiosas e os modos de viver na terra e no mar.
- **Turismo de Base Comunitária (TBC):** Foram significativos os apontamentos para o TBC, com roteiros indicados pela Rede Nhadareko, núcleo de turismo de base comunitária do Fórum de Comunidades Tradicionais, em que são organizados pelos próprios comunitários a entrada de turistas para visitaçãoguiada em pontos específicos de cada comunidade, como a mata, o centro da aldeia, as roças, as ervas medicinais, cachoeiras e rios, as praias. Também em alguns casos, como nas aldeias, há a exposição de artesanato de colares e bichinhos em madeira além da comercialização de alguns alimentos como o tipá (comida Guarani feita com base de farinha de milho ou mandioca).



- **Ameaças**

- Grandes empreendimentos: Os grandes empreendimentos afetam diretamente o modo de vida e o território tradicional. O caso mais emblemático é a construção da Usina Nuclear, que trouxe consequências drásticas para todas as comunidades que foram obrigadas a conviverem com o perigo e o sentimento de medo por estarem próximas de uma instalação nuclear. Os inúmeros impeditivos para a realização da pesca e para a abertura das roças devido às instalações de torres de energia que cortam parte também afetam o modo de vida das comunidades. Também afetam pelas proibições ao uso do território marinho para a realização de pescas. Esses impeditivos da prática tradicional aumentam a saída de jovens que, por falta de expectativas, migram para outras regiões em busca de emprego. Outros empreendimentos se instalaram no território, como grandes hotéis e condomínios de luxo, que aumentam significativamente o número de pessoas de fora das comunidades, além de criarem inúmeros impeditivos para o uso do território tradicional. Por fim, a construção da BR-101 dividiu ao meio esse território deixando, de um lado, a área costeira e, do outro, o sertão. Se, por um lado, a construção da rodovia permitiu maior acesso das famílias tradicionais a serviços públicos como educação e saúde, por outro, gerou também grandes impactos como a ocupação desenfreada do território, a entrada de pessoas oriundas de outras regiões além de massiva especulação imobiliária.

- Serviços e equipamentos públicos: O acesso a serviços públicos é uma das principais bandeiras de luta das comunidades tradicionais, pois muitas não contam com saneamento básico, principalmente água de qualidade e esgotamento sanitário. Também foi relatado, a ineficiência de atendimento médico, ou por falta de postos de saúde próximos ou pela não qualificação dos funcionários nos atendimentos nas aldeias do território. Outro ponto levantado foi a educação, não só, por muitos casos, esse serviço essencial não ser ofertado nas proximidades, como também os inúmeros casos de preconceitos que ocorrem no ambiente escolar.

- Conflitos por terra: Um dos conflitos que tem como consequência a reconfiguração de todo o território tradicional refere-se à especulação imobiliária, que em muitos casos, é iniciada com a entrada de grileiros na região que se dizem



legítimos donos das áreas que invadem. Esses conflitos ocorrem por meio de ameaças, aliciamentos, construções de bloqueios (como cercas e muros) e, até mesmo, conquista de apoio do poder público.

## 7. USOS DA CARACTERIZAÇÃO NO TERRITÓRIO

O uso da cartografia social no Projeto Povos teve por objetivo referenciar diferentes processos de territorialização, conectados à processos de emergência de identidades coletivas e organização de movimentos sociais.

A diversidade sociocultural presente na região ganha forma e são expressas por diferentes categorias de identidades coletivas, no âmbito do projeto Povos os trabalhos envolveram comunidades quilombolas, indígenas e caiçaras.

Esses grupos têm mobilizado esforços para defender suas territorialidades de interesses predatórios, responsáveis por causar impactos ambientais que rebatem diretamente na reprodução social do modo de vida local.

A qualidade dos resultados da caracterização dos territórios tradicionais está diretamente relacionada ao envolvimento dos interlocutores nos processos de mapeamento. Ou seja, os resultados são produtos de atividades coletivas que trazem o potencial de despertar processos de empoderamento e autonomia. A partir do momento em que os moradores das comunidades participam dos processos de confecção do mapa, o resultado mostra as formas de apropriação do espaço, os usos sociais e os conhecimentos a partir das percepções locais.

A sistematização dessas informações resulta num conjunto de documentos importantes para a promoção de justiça socioambiental. Assim, a produção de conhecimentos resultantes dos processos de caracterização desempenha um papel crucial nos campos políticos e jurídicos. Podem ser utilizados enquanto instrumentos e fontes de conhecimento importantes para evidenciar desafios legais e violação de direitos aos Povos e Comunidades Tradicionais, direitos territoriais, de deslocamento e de propriedade, apontar a distribuição de recursos naturais e o uso desses recursos através do manejo tradicional, entre outros.

Nas atuações judiciais levadas pela assessoria jurídica do OTSS procura-se corroborar por meio de alegações com o máximo de informações que comprovem a



ancestralidade daquele povo e sua relação com o território. Nessa perspectiva, as publicações do Projeto Povos têm sido grande subsídio às defesas e aos *amicus curiae* realizados pela AJUR.

Tabela 6: Uso do Povos em processos jurídicos

PROCESSOS EM QUE A CARTOGRAFIA JÁ FOI USADA		
Número	Tipo	Comunidade
0005619-45.2021.8.19.0041 (Vara Única de Paraty)	Reintegração de posse	Praia Grande da Cajaíba
1003537-35.2022.8.26.0642 (Ubatuba)	Reintegração de posse	Quilombo do Cambury

Tabela 7: Futuros usos do Povos em processos jurídicos

PROCESSOS EM QUE A CARTOGRAFIA SERÁ UTILIZADA NOS PRÓXIMOS MESES		
Número	Tipo	Comunidade
ACO 586 e 594 (STF)	Discriminatória	Praia do Sono e Ponta Negra
0800501- 21.2022.8.19.0041	Reintegração de posse	Praia Grande da Cajaíba
0500233- 42.2017.4.02.5111	Reintegração de posse	Praia Grande da Cajaíba

A partir da cartografia social realizada com a participação ativa das comunidades, o Projeto Povos provê de informações valiosas sobre os modos de vida tradicionais, os conflitos identificados pelas lideranças e as ameaças ao território. Nesse sentido, atende à uma demanda antiga da Coordenação de Justiça Socioambiental do OTSS: possuir documentos oficiais, produzidos pelo OTSS junto com as comunidades, que atestem a ancestralidade dos povos que defendemos.



## 7.1 Migração dos dados da cartografia social para Plataforma do Ministério Público Federal:

A Plataforma Territórios Tradicionais (PTT) do Ministério Público Federal (MPF) surge como fruto de parceria entre o MPF e o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), com governança instituída pela Portaria PGR/MPF 167/2019.

Tem como objetivo central fazer a cartografia dos Povos e Comunidades Tradicionais em todo o território brasileiro, de forma a auxiliar estes na reivindicação e garantia de seus direitos em ações jurídicas que impactem seus territórios e modos de vida. Conforme definição do MPF, a PCT é uma:

“...ferramenta político-jurídica para que PCTs registrem seus modos de vida, histórias, demandas, ameaças aos territórios e contribuições à conservação da sociobiodiversidade, fundamentais para a manutenção da vida no planeta.

Os registros permitem que os PCTs sejam reconhecidos e reivindiquem direitos perante órgãos públicos, facilitando a atuação do Estado na promoção do acesso a serviços básicos e na proteção dos territórios tradicionais.” (extraído de <https://territoriostradicionais.mpf.mp.br/> em 11/2023)

Ao preencherem os cadastros de seus territórios na plataforma os PCTs exercem o direito à autodeterminação. Apesar do simples cadastramento não assegurar a demarcação de um território tradicional, ele garante o reconhecimento institucional das áreas ocupadas pela comunidade, ponto de partida para outras ações, como instituição de políticas públicas, processos de garantia de direitos e dos territórios, com o auxílio do MPF.

Ao incluir seus territórios na PTT, os PCTs passam a dar visibilidade a estes em um ambiente público, confiável, e legítimo, que segue regras estritas de validação dos dados informados no momento do preenchimento dos formulários. As informações são disponibilizadas em um sistema de mapa online, que possibilita análises espaciais acerca de cruzamento dos territórios com toda uma gama de recortes espaciais, tais como limites de UCs, quilombos e terras indígenas tituladas, zoneamentos, áreas de influência de grandes empreendimentos, apenas para citar algumas possibilidades. Estas análises podem dar suporte para a atuação de órgãos públicos além do MPF e entidades da sociedade civil.





Tendo em vista o potencial que esta ferramenta tem para fortalecer e apoiar a defesa dos territórios tradicionais da Bocaina, tanto o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), quanto a coordenação do OTSS definiram como uma estratégia fundamental a inserção dos resultados dos mapeamentos de cartografia social do Projeto Povos na PTT/MPF. O cadastro na plataforma das comunidades percorridas pelo Povos nesta primeira fase permitirá, para além das ferramentas documentais dos resultados já existentes (relatórios, publicações, mapas, vídeos, entrevistas), que os dados ganhem um carácter oficial frente ao estado brasileiro, através do MPF.

Esta etapa do Projeto é muito importante e cara para as comunidades tradicionais mapeadas, e um compromisso do FCT e OTSS para com estas, pois irá traduzir os esforços empenhados por todos os participantes no processo de cartografia social em um resultado com potencial de aplicação prática no dia a dia das pessoas muito grande, tendo em vista a quantidade de ações judiciais, remoções, apreensões que os comunitários sofrem por parte do poder público e privado.

Neste sentido a coordenação do Projeto Povos procurou estabelecer contato com as entidades responsáveis pela gestão plataforma, tanto pelo MPF como pela GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit), que faz a operação técnica de desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação através do projeto "Territórios Vivos".

Houve conversas com Procuradoras e Procuradores do MPF ao longo do desenvolvimento de diversas atividades do Povos (caravanas, encontros etc.). Neste contato inicial com os materiais que estavam sendo produzidos e com os processos de levantamento de dados e validação junto aos comunitários, a equipe do MPF percebeu a riqueza e o volume de dados referentes aos Povos da região da Bocaina que o projeto Povos poderia fornecer para a PTT. Inclusive é uma necessidade importante para o desenvolvimento do trabalho do MPF na região, pois frequentemente são provocados pelas comunidades tradicionais em ações de busca de direito, e carecem de informações cadastrais e espaciais e de qualidade que possam embasar decisões. Desta forma se iniciou um diálogo com membros do MPF e GIZ acerca de como poderiam ser carregados os dados do Povos na PTT, tendo em vista as diferenças entre os protocolos de levantamento e validação de dados do Povos e os formatos adotados pela Plataforma, tanto em termos de conteúdo como validação.



Uma etapa importante para a inserção dos dados é justamente a de validação. Apesar do preenchimento do cadastro na PTT ser auto declaratório, a aceitação do cadastro depende de verificação e validação dos dados por parte de um comitê eleito pelo Conselho Gestor da Plataforma. Ocorre que em discussão com o MPF ao longo do ano de 2023, este se posicionou com uma visão de que a metodologia de elaboração dos mapeamentos participativos do Povos, com suas diversas oficinas, momentos de revisão, discussão, correção e validação dos resultados finais superariam os requisitos internos do Comitê Gestor de validação de dados a serem inseridos na PTT.

Neste processo iniciou-se a discussão de como seria a melhor forma de transferência de dados entre o OTSS e a plataforma do MPF. Após uma série de reuniões ao longo do ano, em que foram consideradas diversas possibilidades, desde um termo de cooperação entre as instituições (Fiocruz e MPF) envolvendo desenvolvimento de ferramentas tecnológicas e de integração entre as plataformas de dados do OTSS e a PTT-MPF até um mais simples acordo de cessão de dados por parte da Fiocruz.

Considerando os prazos de execução do projeto Povos, o formato dos dados tabulares integrantes da base de dados geoespaciais do Povos e as diferenças entre estas e as informações necessárias para preenchimento dos formulários de entrada da PPT, chegou-se a conclusão que qualquer tentativa de transferência direta dos dados acarretaria em lacunas nos cadastros das comunidades. Desta forma foi decidido em reunião no dia 15/08/2023 entre OTSS, MPF e GIZ que a melhor forma de procedimento seria fazer a inserção manual das entradas, de forma que todos os campos constantes dos formulários da PTT pudessem ser preenchidos.

Outro ponto a destacar é que ao longo do ano de 2023 foi desenvolvida uma versão atualizada dos aplicativos da PTT, inclusive as interfaces de usuários e formulários para cadastro de comunidades tradicionais. Durante o período de discussões técnicas com o GIZ e ainda após a reunião de 15/08/2023, foi solicitado ao OTSS que não fizesse nenhuma tentativa de cadastro de territórios tradicionais na plataforma, tendo em vista que nova versão seria lançada em breve.

Neste meio tempo, o OTSS e o FCT foram convidados pela GIZ para apresentar os resultados de cartografia social e mapeamento de Territórios Tradicionais do Projeto Povos durante a reunião anual do Conselho Gestor da Plataforma, realizada em Brasília no dia



04/10/2023. A participação e apresentação das metodologias do Povos poderiam ser avaliadas pelos integrantes do comitê de forma a obter uma chancela deste quanto a validade e legitimidade dos dados do projeto, com fins à agregação destes à PTT-MPF. A apresentação, conduzida por membros do FCT e técnicos do Povos teve diversos elogios, desde pela iniciativa até pelas metodologias que garantem a participação dos comunitários em todas as etapas do processo, inclusive como integrantes da equipe de execução. O Comitê recomendou a inclusão dos dados do Povos na PTT-MPF, e além disto, destacou a importância dos dados para dar robustez a plataforma, tendo em vista a lacuna de informações existente na região da Bocaina acerca dos Territórios ocupados e utilizados por populações tradicionais. Após esta reunião a equipe do OTSS foi orientada novamente pelo GIZ a aguardar o lançamento da nova versão da PTT antes de dar início ao preenchimento dos cadastros de comunidades.

A nova versão da plataforma foi enfim lançada no dia 09/10/2023, porém ainda de forma instável e com alguns problemas de software. Na última comunicação com a GIZ no dia 09/11/2023, foi relatado que ainda persistiam bugs. No dia 29/01/2024 foi feita nova troca de informações com os responsáveis pela plataforma, tendo sido informado ao OTSS que esta já se encontrava estável e pronta para receber dados.

Enquanto isto a equipe do OTSS fez internamente uma série reuniões, em especial uma reunião geral de equipe para tratar deste assunto, no dia 17/01/2024. Nesta reunião a PTT foi apresentada para toda equipe do Povos a estrutura da plataforma e os dados e campos necessários para o correto preenchimento, incluindo aqueles que são obrigatórios e os campos que são opcionais.

Nesta reunião foi decidido que devido à complexidade de informações necessárias para o cadastro (em especial as opcionais) seria feito inicialmente o preenchimento dos campos marcados como "obrigatórios", de forma a agilizar o trabalho. Foram definidos também os materiais que serão anexados ao cadastro (publicações do Povos e mapas de cartografia social em formato pdf) como forma de comprovação das informações para cada comunidade. Além disto, foi definida uma equipe de 4 pessoas (1 pesquisador técnico e 3 pesquisadores comunitários) que serão os responsáveis por alimentar a plataforma. Apesar do cronograma de preenchimento das informações apontar que esta tarefa deveria ter sido iniciada em janeiro de 2024, até o momento a equipe não conseguiu dispor de tempo para



iniciar a tarefa, tendo em vista as inúmeras atividades (finalização de publicações, entregas em comunidades, redação de relatórios finais, dentre outras) pendentes para o fechamento desta etapa do PCTT. No entanto este trabalho é visto como prioritário tanto pelo OTSS como pelo FCT, de forma que logo após a entrega dos produtos finais para à Petrobras será iniciado o preenchimento dos cadastros, ou seja, a partir de março de 2024 haverá equipe dedicada para isto, com expectativa de um prazo de 2 meses para a inserção de todas as comunidades do projeto.

## 8. PLATAFORMA WEBMAPAS

O geoprocessamento desempenha um papel fundamental na promoção e proteção dos chamados "territórios vivos", um termo que se refere às áreas ocupadas por comunidades tradicionais, que desempenham um papel vital na conservação da cultura, biodiversidade e do patrimônio natural. O Projeto de consolidação da Plataforma de Comunidades Tradicionais, visa justamente fortalecer o monitoramento e a gestão desses territórios, reconhecendo a importância do geoprocessamento como uma ferramenta poderosa para alcançar esse objetivo.

A coleta e análise de dados geoespaciais são essenciais para o entendimento e a documentação das dinâmicas territoriais das comunidades tradicionais. A importância de ter um banco de dados detalhado sobre essas áreas reside na capacidade de registrar e preservar a história, os usos da terra, as práticas culturais e as conexões das comunidades com o ambiente ao seu redor. Isso ajuda a fortalecer os direitos territoriais e culturais dessas comunidades, combatendo ameaças como a grilagem de terras, a exploração predatória dos recursos naturais e a perda de tradições culturais.

Além da cartografia social, que mapeia a ocupação e o uso do território pelas comunidades tradicionais, o geoprocessamento oferece uma série de vantagens como o monitoramento ambiental, permitindo analisar as mudanças no ambiente natural, degradação, impactos ambientais, desastres socioambientais, entre outros fatores históricos trazidos pela cartografia social.



Outra função é auxiliar no planejamento territorial a partir da elaboração de planos de uso da terra mais sustentáveis, respeitando as necessidades das comunidades tradicionais, garantindo a proteção de seus recursos naturais e culturais, bem como a gestão de conflito para disputas territoriais, utilizando recursos para gerar prova em processos judiciais e visão macro do ecossistema.

E o mais importante é a promoção da autonomia e empoderamento para capacitar as comunidades tradicionais a participarem ativamente na tomada de decisões sobre seus territórios, dando-lhes as ferramentas necessárias para defender seus direitos e interesses.

Promover a autonomia das comunidades tradicionais na criação e manutenção de seus próprios mapas georeferenciados é um passo revolucionário em direção à valorização e ao empoderamento dessas comunidades. O termo "território vivo" ganha ainda mais significado quando reconhecemos que ele não se limita apenas à geografia estática, mas abraça as dinâmicas em constante evolução que ocorrem nessas áreas, bem como o uso sustentável dos recursos naturais que as comunidades tradicionais têm demonstrado ao longo de gerações. Além disso, existem informações que são sobrepostas por estarem geolocalizadas em um mesmo lugar, esses dados adicionados em uma plataforma, promove a visualização prática e exata sem interferência de um mapa 2D.

A plataforma web desenvolvida para armazenar os dados da cartografia social insurgente, com a perspectiva de permitir que os próprios membros das comunidades se tornem autcartografantes, é um grande avanço nesse sentido. Essa abordagem coloca o controle direto nas mãos das pessoas que vivem e dependem dessas terras, capacitando-as a desempenhar um papel ativo na preservação e gestão de seus territórios.

Promover essa autonomia é importante para que as comunidades tradicionais tenham um conhecimento profundo e ancestral de seus territórios mapeada, de forma a proteger e garantir seus direitos, permitindo uma representação com precisão sobre a realidade e necessidade específicas. Além disso, a capacidade de criar mapas e adicionar informações à plataforma permite que as comunidades documentem e preservem suas tradições culturais, histórias e locais significativos, contribuindo para a proteção de seu patrimônio cultural.

Outra contribuição é usar essa plataforma para documentar ameaças às suas terras, como invasões ilegais, desmatamento, entre outros conflitos situados no território,





fortalecendo a capacidade de defesa de seus territórios, bem como identificar as mudanças ambientais e práticas sustentáveis para garantir a preservação de recursos naturais valiosos.

Quando se envolve as comunidades na criação de seus próprios mapas, promovemos a participação ativa e o empoderamento, permitindo que elas sejam agentes de mudança em suas próprias vidas e territórios e cria perspectivas de futuro para as próximas gerações.

A promoção da autonomia pelas comunidades tradicionais não é apenas uma conquista tecnológica, mas uma conquista social, cultural e ambiental. Ela reconhece e valoriza a sabedoria e a relação íntima que essas comunidades têm com seus territórios. Essa abordagem, sem dúvida, contribuirá para um futuro mais sustentável, inclusivo e justo, no qual os "territórios vivos" podem prosperar enquanto preservam seu patrimônio natural e cultural.

A ideia de adicionar outras mídias a plataforma fortalece o aprendizado e cria a oportunidade de ser algo utilizado em outras frente, como a educação diferenciada e ser algo trabalhado no currículo escolar, no turismo de base comunitária, dentre outras funcionalidades. Ao clicar sobre a comunidade é possível ler um trecho sobre sua história, assistir os vídeos produzidos na comunidade e escutar relatos de entrevistas, bem como visualizar fotos e endereçar links de contato. Isso torna a plataforma uma ferramenta importantíssima de uso dessas comunidades para diversas atividades, bem como um resgato na memória de entes que passaram pelo processo e hoje não estão mais nesse plano.

Com a iconografia semelhante ao utilizada no mapeamento do projeto, torna o aspecto tecnológico mais sociável e de fácil identificação, bem como amigável a todas as gerações. É possível ainda realizar pesquisas restritas a um tipo de ícone, segmento ou área, tornando a plataforma um dispositivo rico para as pesquisas de ordem acadêmica e de políticas públicas.

Desta forma, foram adicionados à plataforma de mapas online do Projeto Povos (disponível em [https://localsig.com/webmap/otss\\_2](https://localsig.com/webmap/otss_2) - endereço provisório para o lançamento, após será disponibilizada diretamente no site do OTSS) todos os dados georreferenciados produzidos pelo processo de cartografia social ao longo projeto, divididos em 3 tipos de feições espaciais, conforme tabela abaixo:



Tabela 8: Elementos presentes na Plataforma Webmapas

Tipo de Feição	Quantidade mapeada
Ponto	5.294
Linha	792
Polígono	1.431
<b>Total de elementos</b>	<b>7.617</b>

Estes 7.617 elementos mapeados foram classificados pela equipe técnica do projeto conforme sua característica individual em uma série de categorias – que chamamos na base de dados espaciais de “Tipos” - de forma que pudessem ser agrupados os com características semelhantes para que fosse possível gerar uma legenda para o mapa. Ao longo da caracterização dos 10 Microterritórios chegou-se a um total de 204 legendas (tipos) para pontos, 20 para linhas e 69 para polígonos, conforme mostram as 3 tabelas correspondentes a seguir:

Tabela 9: Tipos (legendas) das feições do tipo “ponto” na plataforma de Webmapas

Tipo	Número de ocorrências
Acesso	46
Agrofloresta	4
Alambique antigo	2
Área de manejo tradicional	19
Área de ocupação indígena	3
Área de ocupação não-caiçara	13
Área de preservação	2
Área de regeneração	9
Área de surfe	8
Área particular	4
Área pública	1
Areado	3
Areal	3
Arpoador	3
Artesanato	27
Árvore	11



Árvore antiga	1
Associação comunitária de moradores	6
Bairro/Comunidade	4
Balsa antiga	3
Bambuzal	12
Bananal	26
Banheiro comunitário	6
Banho de mar	1
Banho de rio	3
Bar	29
Bar antigo	7
Bar e restaurante	37
Barra	23
Barracão	2
Bica	9
Bica antiga	2
Buraco	7
Caça	18
Cachoeira	65
Cais	31
Caixa d'água	15
Caléu	10
Camping	26
Camping antigo	3
Campo de futebol	46
Campo de futebol antigo	14
Canto	4
Capela	16
Capela antiga	6
Captação de água	41
Captação de água antiga	3
Cartório	1
Cartório antigo	2
Carvoaria	1
Carvoaria antiga	1
Casa de caiçara	846
Casa de caiçara antiga	52
Casa de farinha	55



Casa de farinha antiga	77
Casa de indígena	210
Casa de não-comunitário	32
Casa de quilombola	129
Casa de quilombola antiga	27
Casa de Reza	14
Casa de veraneio	25
Casa do Cacique	2
Casarão antigo	4
Cemitério	14
Cemitério antigo	12
Centro comunitário	12
Centro comunitário antigo	3
Centro cultural	3
Cerco de pesca	114
Cerco de pesca antigo	21
Circo antigo	1
Comércio	10
Comércio de caiçara	56
Comércio de caiçara antigo	7
Comércio de quilombola antigo	3
Conflito de maritório	25
Conflito de território	85
Costão	12
Cozinha comunitária	12
Cruzeiro	5
Desova de peixes	2
Divisa terreno	8
Eira (arara)	7
Engenho	4
Engenho antigo	7
Ervas medicinais	8
Escola	46
Escola antiga	26
Escola de surf	1
Escorregamento	2
Espaço de convivência	5
Estacionamento	17



Estaleiro	5
Estaleiro antigo	6
Estrada	5
Estrada antiga	4
Expressões culturais	41
Extrativismo	59
Fábrica antiga	3
Frutíferas	6
Galinheiro	7
Gruta	6
Guarda Municipal	3
Horta comunitária	1
Igreja	21
Igreja antiga	3
Igreja católica	14
Igreja evangélica	26
Ilha	104
Impacto ambiental	7
Infraestrutura	27
Infraestrutura antiga	13
Início Aldeia	6
Jaixa (paca)	4
Jakupe (jacú)	8
Ka'i (macaco)	5
Kaguare (tamanduá)	3
Karaguata (bromélia)	5
Kui'i (porco-espinho)	12
Lagoa	7
Lagoa antiga	4
Lajes e parcéis	106
Lançamento de esgoto	6
Lixeira	6
M'boi (cobra)	4
Madreira	1
Manejo Florestal	10
Mangue	3
Marco histórico	4
Maricultura	10





Marina	7
Marina	3
Marisqueira	18
Mestre canoieiro	8
Mirante	19
Monitoramento	19
Morro	61
Museu	1
Museu antigo	1
Nascente	54
Núcleo familiar caiçara	26
Núcleo familiar indígena	9
Núcleo familiar quilombola	26
Núcleo familiar quilombola antigo	3
Orquidário	3
Parcel	4
Pedra	145
Peixaria	6
Pesca artesanal	180
Pesca de lula	3
Pesca de mergulho	7
Pesqueiro	47
Pico	3
Poço	21
Poita	92
Ponta	149
Ponte	22
Ponte antiga	4
Ponto	32
Ponto de ônibus	3
Porto	15
Porto antigo	5
Posto de saúde	29
Posto de saúde antigo	5
Pousada de caiçara	14
Pousada não caiçara	2
Praça	7
Praia	228



Quadra poliesportiva	10
Quadra poliesportiva antiga	1
Quiosque	18
Quiosque caçara	60
Rampa de vôo livre	2
Ranário	2
Rancho de pesca	234
Rancho de pesca antigo	63
Rancho de pesca comunitário	20
Rede de vôlei	1
Rio	36
Roça	34
Roça antiga	34
Roça embargada	4
Ruína	41
Saco	72
Sapezal	6
Sede da Associação	12
Sede de fazenda	3
Sede de instituição	12
Sítio arqueológico	2
Sítio arqueológico	7
Tanque de peixe	5
Tapina	3
Taquaral	11
Tatu	8
TBC	14
Toca	25
Trilha	27
Tukã (tucano)	9
Varal do peixe seco	4
Varal do peixe seco antigo	1
Venda de artesanato	1
Viveiro de mudas	4
Xivi (onça)	17
Yle	5
<b>Total</b>	<b>5.294</b>



Tabela 10: Tipos (legendas) das feições do tipo “linha” na plataforma de Webmaps

Tipo	Número de ocorrências
Acesso	4
Área de fundeio	1
Conflito de território	19
Energia elétrica	3
Escadaria	2
Estrada	7
Estrada antiga	2
Ferrovia antiga	1
Impacto ambiental	4
Marisqueira	24
Passagem antiga	5
Pesca artesanal	68
Rio	21
Rio antigo	5
Rota de comércio	11
Rota de deslocamento	6
Rotas marítimas	102
Rua	48
Trilha	439
Trilha antiga	20
<b>Total</b>	<b>792</b>

Tabela 11: Tipos (legendas) das feições do tipo “polígono” na plataforma de Webmaps

Tipo	Número de ocorrências
Agricultura	2
Agrofloresta	14
Área comunitária	10
Área de fundeio	13
Área de preservação	8
Bambuzal	10
Bananal	29



Caça	7
Camping	10
Camping antigo	4
Campo de futebol	18
Caxetal	8
Cemitério	6
Conflito de maritório	5
Conflito de território	51
Costão	14
Ervas medicinais	5
Estacionamento	11
Eucaliptal	4
Expressões culturais	1
Extratativismo	62
Fábrica antiga	1
Fazenda antiga	3
Impacto ambiental	22
Infraestrutura	1
Lagoa	14
Limite Quilombo	1
Localidade	4
Mangue	42
Mangue antigo	4
Maricultura	8
Marisqueira	23
Núcleo familiar caiçara	139
Núcleo familiar caiçara antigo	16
Núcleo familiar indígena	17
Núcleo familiar quilombola	22
Ocupação caiçara	22
Ocupação caiçara e não caiçara	12
Ocupação histórica	18
Ocupação não caiçara	36
Palmital	4
Pasto	9
Pedreira antiga	4



Pesca artesanal	78
Pesca artesanal antiga	3
Pesca de camarão	10
Pesca de caranguejo	6
Pesca de garoupa	3
Pesca de lula	11
Pesca de lula e de mergulho	6
Pesca de mergulho	7
Pesca de tainha	4
Pindó	2
Pomar	4
Praia	9
Restinga	2
Revisão de limites	2
Roça	260
Roça antiga	201
Roça comunitária	1
Roça em pousio	9
Roça, bananal, agrofloresta caíçara	23
Roças e extrativismo antigo	18
Ruína	4
Sapezal	22
Taboa	13
Taquaral	9
TBC	8
Várzea de rio	2
<b>Total</b>	<b>1.431</b>

Além da classificação por “tipos”, a equipe também decidiu fazer uma 2ª classificação tendo em vista o grande número de legendas geradas ao longo do processo, o que pode dificultar a busca por dados de forma mais genérica. Desta forma os “tipos” foram concentrados em 10 “classes” listadas na tabela apresentada abaixo.





Tabela 12: Classes das feições existentes na plataforma de Webmaps

Classe
Agricultura
Casa e Moradia
Comércio e Serviços
Conflito
Equipamento Comunitário
Equipamento Público
História, Cultura e Lazer
Manejo Extrativista Madeireiro e Não-Madeireiro
Paisagem e Meio Ambiente
Pesca e Maritório

Posteriormente a estes processos de tratamento dos dados, estes foram adicionados a uma ferramenta de webmaps feita sob medida para armazenar os dados do Projeto Povos. O site foi desenvolvido com soluções de baixo custo, utilizando-se softwares de licenças livres, por uma consultoria especializada contratada para este fim. As especificações do sistema são as seguintes:

**Servidor (máquina virtual):**

- OS Ubuntu Server 22
- 4vCPUs
- 10 GB RAM
- 250 GB Armazenamento

**Aplicações Instaladas:**

**Sistema de Informações Geográficas (SIG)**

- ESRI ArcGIS Pro 3.0.2 GIS Professional Standard com extensões
- Serviço ESRI ArcGIS Online com aplicativos

**Servidor web:**

- Apache 2.4.53



### Linguagem de Script web:

- PHP 7.4

### Gerenciador de Banco de Dados:

- PostgreSQL 14
- Extensões: PostGIS 3.0

### Tecnologias Utilizadas:

- HTML, CSS, Javascript, jQuery
- Leaflet (Biblioteca JAVASCRIPT) de código aberto para mapas interativos na web
- Select2 (Biblioteca JAVASCRIPT para seletores. (Dropdowns))
- Font Awesome (Bibliotecas de Ícones)

Plugins do Leaflet:

- HTMLLegend – Legenda em HTML para mapas.
- MarkerCluster – Para juntar diversos pontos em grupos que se espalham conforme o nível de visualização.

A interface da plataforma de mapas é apresentada na figura seguinte. Ao acessar o site da plataforma são apresentados inicialmente apenas os limites municipais e os ícones das comunidades tradicionais, classificados pelo respectivo Povo e com ícone correspondente - Indígenas, Quilombolas e Caiçaras. Optou-se por não apresentar diretamente ao se iniciar a ferramenta os dados de cartografia social por completo pois isto iria gerar uma grande poluição visual tendo em vista a quantidade de elementos presentes na base de dados. Desta forma, para visualizar os dados de cartografia social de determinada comunidade é necessário primeiramente clicar em seu respectivo ícone. Em seguinte serão apresentadas brevemente as funcionalidades do sistema.



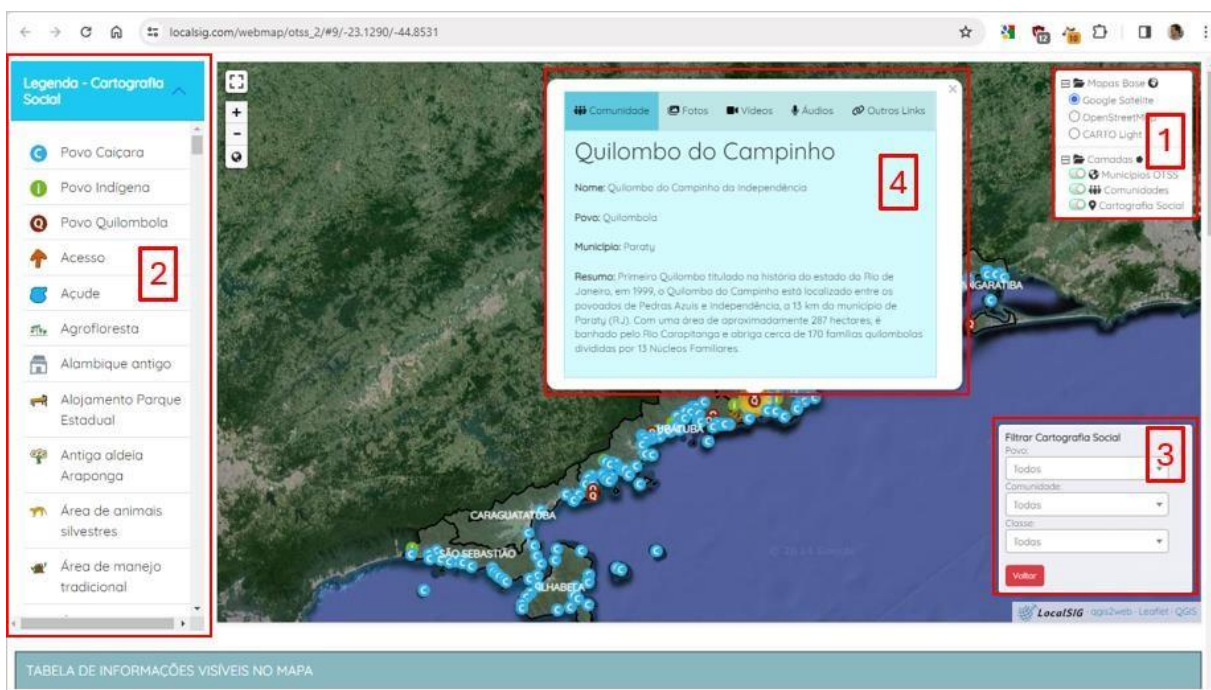


Figura 19: Aparência da plataforma de webmapas do Projeto Povos, com algumas funcionalidades destacadas

Na caixa número 1 (ver figura) estão os controles básicos do webmap, onde se pode selecionar primeiramente o mapa de fundo desejado, entre 3 opções e o controle de camadas presentes até o momento. No futuro será possível adicionar novas camadas ao mapa (dados do Perdas e Danos, por exemplo). Na caixa número 2 é apresentada a legenda e iconografia do mapa, conforme os “tipos” descritos anteriormente nesta seção. Já caixa 3 apresenta uma ferramenta de seleção dos dados, permitindo escolher visualização por Povo, Comunidade e Classe (descrita anteriormente).

Por fim, a caixa apresenta o conteúdo multimídia (texto, fotos, vídeos e áudios) disponíveis quando o ícone de uma comunidade é clicado. Além disto, como mencionado acima, ao se clicar em uma comunidade são apresentados os respectivos dados de cartografia social (figura abaixo).





Figura 20: Dados de cartografia social do Quilombo do Campinho

Neste exemplo estão retratados os dados do Quilombo do Campinho. Os ícones são todos clicáveis e ao realizar esta ação é aberta uma caixa de diálogo onde são mostrados os dados referentes à feição constantes na base de dados, como Povo, Comunidade, Tipo, Descrição, Classe e Localização (território ou Maritório).

Espera-se que esta ferramenta possa ser apropriada pelos mais diferentes agentes da sociedade, começando pelos próprios comunitários, mas também por entidades públicas e privadas, para que possam através de consultas ter todas as informações disponíveis. Em uma segunda etapa de desenvolvimento da plataforma pretende-se desenvolver um módulo de exportação de mapas, de forma que o usuário possa criar, exportar e imprimir seu mapa personalizado conforme a necessidade.

## 9. A COMUNICAÇÃO POVOS

Este capítulo apresenta e analisa os principais resultados alcançados pelas ações de comunicação do Projeto Povos entre janeiro de 2019 e outubro de 2023. Para isso, organiza-se em cinco seções.

A primeira, chamada “Construção participativa”, destaca os canais estabelecidos para assegurar a participação comunitária sobre a geração e validação de conteúdo ao longo





de todo o processo de implementação do projeto. Entre outras conquistas, demonstra como o Projeto Povos se tornou a primeira condicionante do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama, a publicar vídeos e publicações impressas apenas mediante aprovação prévia, e por unanimidade, concedida por movimentos sociais representantes de três povos e comunidades tradicionais distintos: quilombolas (CONAQ), caiçaras (CNCTC) e indígenas (CGY).

A segunda seção, chamada “Formação”, apresenta ações formativas em comunicação empreendidas junto aos agentes de campo do projeto e seus desdobramentos para o fortalecimento de outras ações de comunicação protagonizadas pelas próprias comunidades. Entre outras conquistas, demonstra como o Projeto Povos foi fundamental para que o Fórum de Comunidades Tradicionais constituísse o primeiro grupo de trabalho de sua história a partir do qual os conteúdos do FCT passaram a ser pautados, produzidos, editados e publicados pelas próprias comunidades tradicionais da Bocaina.

A terceira seção, chamada “Produção a Alcance”, discrimina os produtos de comunicação produzidos no período e seu alcance junto aos públicos prioritários do projeto. Entre outras informações, mostra como os conteúdos produzidos nesta fase alcançaram mais de 280 mil visualizações, com mais de 21 mil reações entre curtidas, comentários e compartilhamentos.

A quarta seção, chamada Pandemia, destaca o impacto trazido pela Covid 19 para a realização das ações de comunicação do projeto. Entre outras informações, demonstra como o projeto passou a apoiar, neste período, a Campanha Cuidar É Resistir do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) e ações de comunicação dirigidas a levar informação segura e confiável às comunidades impactadas pela crise sanitária.





## 9.1 Construção Participativa



Figura 21: Plenária de pactuação do plano de comunicação do Projeto Povos, 2019.

Uma das primeiras ações do Projeto Povos foi a elaboração de seu Plano de Comunicação. Construído a partir de oficina realizada em Paraty entre os dias 11 e 14 de março de 2019, a atividade contou com a participação de mais de 40 representantes do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), da Comissão Guarani Yvyrupá (CGY), da Coordenação Nacional de Comunidades Negras e Rurais Quilombolas (CONAQ) e da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC), além de técnicos do OTSS, da Petrobras, do Ibama e da Funai.

Aprovado por unanimidade pelos quatro movimentos de representação de povos e comunidades tradicionais que participaram da oficina, este plano visou assegurar que o mesmo componente participativo que constitui a essência do Projeto Povos fosse incorporado também a suas ações de comunicação. Ou seja, permitindo às comunidades incidir, de fato,



sobre a geração e validação de conteúdo ao longo de todo o processo de implementação do projeto.

Tal concertação fez do Projeto Povos o primeiro do país, no contexto do licenciamento ambiental federal, em que publicações impressas e audiovisuais só podem ser divulgadas mediante aprovação prévia, e por unanimidade, concedida por movimentos sociais que representam três povos e comunidades tradicionais distintos: quilombolas (CONAQ), caiçaras (CNCTC) e indígenas (CGY).

Em deliberações realizadas pelas próprias representações nacionais durante a oficina de pactuação do Plano de Comunicação, foram designados como validadores de conteúdo Marcela Cananea (CNCTC), Ronaldo dos Santos (CONAQ) e Julio Karai (CGY). Além de integrar a coordenação do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), os três integram também comunidades tradicionais envolvidas no processo de caracterização.

Entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2024, foram aprovados, em respeito a este protocolo, 9 publicações de resultado e 2 videodocumentários, com mais uma publicação a ser entregue seguindo-se o mesmo procedimento.

Registre-se que a equipe de comunicação do OTSS relata múltiplos benefícios de sua aplicação uma vez que diversas sugestões, dadas nesta fase, foram incorporadas em benefício da qualidade dos produtos e da contextualização dos temas tratados para as comunidades. Igualmente, todos os conteúdos gerados para a elaboração das publicações foram previamente validados pelas comunidades caracterizadas, as quais tiveram a prerrogativa de propor alterações e determinar quais informações gostariam que fossem ou não tornadas públicas.

Tal protocolo tem, gratamente, representado um filtro importante para reduzir a possibilidade de ruídos dos produtos de comunicação elaborados quando do seu recebimento pelas comunidades. Evidência disso é que, até aqui, nenhuma reclamação, formal ou informal, foi comunicada ao OTSS em relação ao conteúdo dos produtos de comunicação já divulgados.

Neste sentido, recomendamos a adoção de procedimentos equivalentes de validação participativa em ações e projeto similares, com a observação de que estes validadores, sempre que possível, sejam igualmente sujeitos da ação. Entre estes procedimentos, destacamos: 1) a construção e validação coletiva do Plano de Comunicação, que favorece a



apropriação das ações de comunicação do projeto pelos sujeitos da ação desde seu arranque, 2) a revisão e validação prévia dos resultados pelos comunitários participantes da ação antes de qualquer publicação, assegurando a redução de ruídos e a elaboração de um material que melhor reflita os anseios das comunidades em relação a sua autodeterminação, e 3) a revisão e validação dos mesmos materiais por representantes específicos designados pelas principais organizações de autorrepresentação dos sujeitos da ação, que asseguram uma terceira camada de avaliação e um maior engajamento destas organizações no processo de caracterização.

Por fim, também destacamos a criação e validação participativa da identidade visual e do novo nome afetivo do Projeto de Caracterização de Território Tradicionais (PCTT) como recomendações para aumentar o engajamento e a apropriação da caracterização pelos próprios sujeitos da ação. No caso do Projeto Povos, os participantes, entre diversas possibilidades, selecionaram o nome “Projeto Povos: Território, Identidade e Tradição” como opção mais permeável para o entendimento e mobilização de suas próprias comunidades.



Figura 22: Elementos da identidade visual do Projeto Povos construídas coletivamente com as comunidades.

## 9.2 Formação







Figura 23: Oficina de formação em Ubatumirim com representantes de dez comunidades contempladas no Projeto Povos.

Outro pilar importante da estratégia de comunicação do Projeto Povos foi a formação de seus agentes de campo para que se qualificassem como comunicadores capazes de incidir na elaboração de conteúdo e na divulgação das ações do projeto, em especial junto às comunidades caracterizadas.

Por isso, oito agentes de campo pertencentes a comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras contempladas pelo projeto tiveram passagem pela coordenação de comunicação do OTSS: Neimar Lourenço (Quilombo da Caçandoca), Adilson Tupã (Aldeia Araponga), Sergio Reis (Praia do Sono), Fabiana Ramos (Quilombo do Bracuí), Luisa Vilas Boas (Prumirim), Alexandre Kuaray Mirim (Aldeia Rio Bonito), Lohan Santos (Quilombo do Campinho) e Guilherme Euler (Quilombo da Fazenda).

Tal arranjo levou à constituição de um Curso de Comunicação Popular de 90 horas dirigido aos agentes de campo do Projeto Povos e demais comunicadores populares do FCT interessados em aprofundar seus conhecimentos em comunicação. Com seis módulos



(Produção Audiovisual; Escrita Criativa, Gestão de Redes Sociais; Design, Técnicas de Reportagem; e Planejamento em Comunicação), o ciclo de formações teve início em maio de 2019.

Na ocasião, 13 integrantes do Núcleo Jovem do Fórum de Comunidades Tradicionais (NJ/FCT) participaram da primeira formação em audiovisual. A atividade teve como objetivo capacitá-los a entender todas as etapas do processo de produção de um vídeo, incluindo os fundamentos de fotografia, roteiro, produção e edição. Por opção dos participantes, o tema escolhido para o minidocumentário de conclusão deste módulo foi a situação da educação caiçara a partir da realidade das comunidades da Praia do Sono, do Pouso da Cajaíba e do Saco do Mamangá. A produção teve sua estreia em audiência pública convocada pela Assembleia Legislativa do RJ para debater a situação da educação caiçara na costa Verde e resultou, também, no primeiro vídeo do Projeto Povos inteiramente produzido por comunitários.



Figura 24: Comunitários durante formação audiovisual.





Outra atividade importante de formação ocorreu em 10 e 11 de setembro de 2019 no Ervário Caiçara, localizado no Sertão do Ubatumirim. Juntos, os participantes da oficina identificaram mais de 50 pautas para o projeto e 18 plataformas para que o Fórum amplie sua comunicação para fora e para dentro de seus territórios tradicionais. As sugestões foram desde mais teatro e rodas de conversas nas comunidades até a produção de folhetos, exposições e vídeo documentários dirigidos ao público internacional. As propostas foram divididas entre aquelas que já podem ser feitas desde já, sem a necessidade de novos recursos, e aquelas para as quais o Fórum ainda precisará construir projetos para alcançar novos parceiros.

Outro momento importante da oficina foi a definição, pelo coletivo, de valores essenciais para nortear a produção de todo o conteúdo do Fórum de Comunidades Tradicionais. Entre eles, os participantes destacaram a união entre as três etnias, a defesa de seus territórios, a equidade de gênero e o fortalecimento das juventudes e dos mais velhos. Outro consenso foi a necessidade de fazer valer uma “comunicação formativa” capaz de levar ao conhecimento das comunidades, e da sociedade em geral, os direitos já conquistados pelos povos e comunidades tradicionais na legislação brasileira e em tratados internacionais dos quais o Brasil já é signatário.

Este é, para o OTSS, um resultado importante que demonstra o potencial do projeto no empoderamento das comunidades para além dos produtos previstos por este contrato. Evidência disso é que todos os conteúdos disseminados pelo FCT passaram, pela primeira vez, a ser inteiramente pautados, produzidos, editados e publicados pelas próprias comunidades tradicionais da Bocaina em decorrência do protagonismo de comunitários que passaram por estas ações formativas.

Deste modo, recomendamos, em ações e projetos similares, a realização de ações formativas que tenham esta dupla intenção: fortalecer a prospecção coletiva de pautas prioritárias de comunicação pelos sujeitos da ação e a instrumentalização técnica de comunicadores comunitários, e ao mesmo tempo se valer deste processo para a identificação temática que é fundamental para a roteirização de produtos previstos em contrato e para a formação técnica de pessoal que possa ser incorporado às equipes de comunicação



responsáveis, em última análise, pela execução do Plano de Comunicação previsto no Plano de Trabalho.



"Se um povo não conta a sua própria história, sempre haverá quem conte por ele. Mas quem garante que a história contada pelo outro não seja utilizada para interesses contrários ao próprio povo? Por conta dessa reflexão, acredito que as formações em comunicação popular são uma grande oportunidade de aprendizado para as juventudes caiçaras, indígenas e quilombolas, pois nos proporcionam usar as ferramentas tecnológicas para registrar e contar ao mundo a história da comunidade a partir do protagonismo dos próprios comunitários, sejam eles crianças, jovens, adultos ou mestres". Luisa Villas Boas, comunidade caiçara do Prumirim



"A formação da juventude da comunicação em audiovisual é de total importância pelo fato de ter em mãos uma ferramenta que poderá ser usada em todo o contexto histórico, cultural e de luta das comunidades, tanto para divulgar algo como para denunciar." Guilherme Ventura, Quilombo da Fazenda.



"Essa formação é muito importante para que os comunitários possam criar e gerir uma página da sua própria comunidade. E isso gera fortalecimento para o FCT porque nos dá autonomia para gerir a própria página do Fórum também, o que é muito importante para nós". Lohan Santos, Quilombo do Campinho.



"Acho muito importante a formação em comunicação porque fortalece não só a juventude, mas também dá visibilidade à luta das comunidades e ajuda a levar a todos as informações sobre o que de mais importante está acontecendo. Somos nós que vamos manter essa luta, somos nós que temos essa responsabilidade. E editar e fazer uma publicação de uma notícia por nós mesmos é algo que valoriza este nosso outro olhar, que é de cuidado com a comunidade que luta". Fabiana, Quilombo do Braçuí.

Figura 25: Depoimentos de participação em oficinas de formação em comunicação.

### 9.3 Produção e Alcance

Entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2024, foram publicadas 140 postagens nas redes sociais, 19 matérias, 55 vídeos curtos, um videodocumentário, duas cartilhas, três banners e 10 publicações de resultado, das quais 9 já impressas e entregues às comunidades participantes. Ao todo, apenas nas redes sociais do OTSS, foram identificadas mais de 290



mil visualizações de conteúdo, com 21.837 reações entre curtidas, comentários e compartilhamentos.

Uma vez aprovado o plano de comunicação, a primeira prioridade foi a elaboração de materiais de comunicação para apoiar a entrada dos agentes de campo nas comunidades contempladas pelo projeto. Para isso, foi elaborado um vídeo geral de apresentação do projeto e um vídeo específico para cada grupo cultural, nos quais lideranças indígenas, caiçaras e quilombolas com forte liderança no território apresentaram os potenciais benefícios do projeto para suas respectivas comunidades.

Adicionalmente, foram produzidos também três banners para uso em atividades de campo, um vídeo curto descrevendo a metodologia de cartografia social adotada e uma cartilha geral de apresentação do projeto, a qual foi testada junto aos agentes de campo para assegurar linguagem simples e acessível. Estas consultas, segundo avaliação da coordenação de comunicação do OTSS, se mostraram essenciais para facilitar a devida apropriação do projeto pelas comunidades e apoiar sua mobilização em torno das atividades previstas.

Por sua vez, para a produção dos materiais de comunicação, a equipe de comunicação do projeto se valeu, no período, da consulta permanente aos validadores de conteúdo designados por CGY, CONAQ e CNCTC e ao levantamento de pautas empreendido por integrantes da Frente de Comunicação Comunitária do FCT em oficina promovida pelo projeto, com esta finalidade, no sertão do Ubatumirim entre os dias 10 e 11 de setembro de 2019.

Sobre o alcance do projeto em outros veículos de comunicação, registramos a publicação de matérias a respeito em veículos como Rádio Agência Nacional (EBC), Agência Brasil (EBC), Correio Braziliense, UOL Notícias, Portal Aprendiz, Informa Ubatuba, Jornal O Liberal (PA), Tribuna do Norte (RN) e Diário de Pernambuco.

Ainda em relação ao alcance do projeto, pontuamos também o acerto na escolha da modalidade vídeo para a mobilização e apresentação dos resultados. Evidência disso é que o produto de comunicação com maior número de visualizações no decurso do período abrangido por este relatório foi o videodocumentário de meio termo do projeto, com mais de 84 mil visualizações e 2 mil curtidas apenas no Youtube do OTSS.



## Balanco comunicação POVOS

Janeiro 2019 à Janeiro 2024



Por fim, destacamos o que nos parece um acerto: substituir as publicações finais impressas por grupo cultural, inicialmente previstas, por uma plataforma digital e georreferenciada de dados capaz de desagregar os resultados por comunidade. Entendemos isso que virá a facilitar a consulta dos resultados por comunidade, favorecendo também a tomada de decisão de entes públicos em relação à promoção de políticas públicas com base nos resultados alcançados. A nosso ver, isso nos parece especialmente relevante para o



Ibama, o qual, originalmente, destacou a relevância da caracterização como insumo para a melhor tomada de decisão em relação à consideração de potenciais impactos de empreendimentos, no contexto do licenciamento ambiental federal, sobre as comunidades tradicionais.

#### 9.4 Pandemia

Em vista da pandemia de Covid 19, não foi possível ao projeto, por um período de quase dois anos, cumprir o cronograma original de comunicação em vista das dificuldades em enviar equipes às comunidades para o registro de atividades ordinárias do projeto e, também, para realizar a validação das publicações dos três primeiros microterritórios junto aos comunitários e comunitárias participantes, muitos dos quais com dificuldades de acesso à internet.

Além disso, a pandemia levou ao adiamento da publicação de vídeos curtos então já aprovados pela Petrobras e pelo Ibama e gravados antes do início da crise sanitária. A decisão baseou-se na avaliação de que a divulgação de produções nas quais as pessoas apareciam sem máscaras poderia, naquele momento, gerar ruídos em vista da determinação dos órgãos sanitários sobre a obrigação do uso da máscara. Ou seja, tiveram sua publicação adiada para não darem a entender a continuação de uma situação de normalidade no momento em que a sociedade ainda se questionava sobre a necessidade do cumprimento de protocolos de segurança em relação à Covid 19.

Ao mesmo tempo, a estratégia de comunicação do projeto procurou se adaptar à excepcionalidade trazida pela pandemia. Por isso, a produção de conteúdo se dirigiu, em um primeiro momento, a registrar nos vídeos curtos previstos para o período: 1) as redes de solidariedade abertas pelas comunidades em resposta à pandemia, 2) os impactos decorrentes da COVID 19 sobre as práticas de turismo de base comunitária empreendidas no território, 3) a retomada de roçados e da agroecologia em curso nas comunidades para reforço de sua soberania alimentar, 4) as externalidades positivas trazidas para a pesca artesanal em decorrência da suspensão de práticas de pesca industrial, 5) o protagonismo das mulheres visto até aqui no cuidado às comunidades mais afetadas e 6) a comunicação de informações seguras e confiáveis em relação à vacinação. Em acordo com Petrobras e Ibama, solidárias





à situação enfrentada pelas comunidades, todas estas filmagens basearam-se nos protocolos de segurança estabelecidos pelo Plano de Contingência da Fiocruz para a Covid 19.

Em ambas as fases, a geração de material de comunicação para a campanha ocorreu com o apoio da equipe de comunicação do Projeto Povos. Entre estas produções, citamos a produção de uma cartilha bilíngue (português/guarani) com orientações de prevenção contra a Covid 19 construída com a participação da Frente de Comunicação Comunitária do FCT e inteiramente ilustrada com desenhos do pesquisador comunitário de campo Guilherme Euler, do Quilombola da Fazenda.

Como ponto negativo, destacamos, especialmente, a descontinuidade do ciclo de formações em comunicação popular previsto para o período.



Figura 26: Registro das comunidades durante a Campanha Cuidar é Resistir

## 10. PERDAS E DANOS

O esforço de estudar as perdas e os danos que ocorrem nas comunidades tradicionais da Bocaina surgiu da necessidade de ampliar o conhecimento dos efeitos negativos da cadeia de exploração de Petróleo e Gás sobre estes povos, e a partir daí



contribuir na melhora das ações do próprio empreendimento e nas estratégias de enfrentamento dos conflitos e vulnerabilidades identificadas. No decorrer dos trabalhos de caracterização que os projetos “Povos” e “Redes” vêm realizando, surgiram demandas locais de entender melhor de que forma os modos de vida destas comunidades vêm sendo alterados pelas ações geradoras do empreendimento e sua cadeia de valor associada. Um dos resultados iniciais da caracterização social do Projeto Povos foi que nem todos os impactos sofridos pelos comunitários estavam previstos pelo EIA-RIMA no momento de estabelecer o licenciamento para a exploração do Pré-Sal, razão pela qual nos levou a aprofundar esta temática na caracterização. É importante frisar que este trabalho não busca refazer o estudo de impacto ambiental, mas sim organizar de forma sistematizada os resultados que o Projeto Povos vem obtendo durante o processo de caracterização da cartografia social do território.

A caracterização socioambiental realizada identificou uma série de possíveis novos danos e impactos sobre as comunidades tradicionais, que envolvem as dimensões de saúde, bem-estar, do meio ambiente, da organização social, das atividades produtivas tradicionais, da reprodução cultural, da permanência no território.

Ainda como forma de melhor identificação e compreensão dos impactos, foram incorporados, além dos microterritórios do projeto Povos, as comunidades tradicionais que o OTSS com o projeto Redes atua, localizadas em sete municípios: Mangaratiba (RJ), Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ), Ubatuba (SP), São Sebastião (SP), Caraguatatuba (SP) e Ilhabela (SP).

Cabe ressaltar que um dos objetivos desse estudo é demonstrar o reconhecimento das limitações da organização dos impactos a partir das três dimensões isoladas presentes nas abordagens convencionais feitas pelos empreendimentos (físico, biótico e socioeconômico), tendo em vista que a vida concreta e real das comunidades tradicionais ocorre dentro de uma perspectiva de inter-relação permanente dessas três esferas, incluindo ainda a dimensão cultural, como o modo de vida.

Parte deste trabalho resultou em um relatório preliminar, apresentado em novembro de 2022 durante as Caravanas do Bem-Viver realizada em São Sebastião-SP.

- **Metodologia**



Foram empreendidas diferentes frentes de coletas de dados primários e aplicadas diferentes técnicas de análises qualitativas e quantitativas dos resultados, conforme descritos a seguir.

A abordagem metodológica aplicada foi a da Ecologia de Saberes, onde buscamos combinar duas epistemologias distintas, porém complementares, do saber acadêmico dos pesquisadores do OTSS e do saber tradicional dos moradores das comunidades tradicionais.

A pesquisa desenvolvida partiu de três ramificações distintas, que são (i) a lista preliminar de impactos socioambientais; (ii) as entrevistas em profundidade devidamente tratadas; (iii) mapeamento participativo dos impactos, para posteriormente realizar a análise integrada e de associação, originando a lista (ou matriz) de novos impactos socioambientais atribuídos à cadeia do petróleo e gás na região e suas possíveis variáveis ou indicadores associados.

O método deste trabalho envolveu alguns passos: 1) identificação de impactos segundo a voz do território; 2) comparação dos impactos identificados no território com aqueles listados em EIA da cadeia de Petróleo e Gás do Pré Sal; 3) reflexões e proposição de adequações ao processo de licenciamento no Brasil.

Para análise de conteúdo, foram utilizados os softwares IBM-SPSS *Statistics* versão 29 (IBM Corporation, NY, USA) e R (R Core Team, 2022) e analisados com o auxílio do pacote *caret* (Kuhn, 2008), em que empregou um conjunto de técnicas de análise qualitativa e quantitativa, além de métodos com apoio de inteligência artificial e aprendizado de máquina para análise de conteúdo e compreensão de padrões.

A análise exploratória dos dados tanto das entrevistas completas, como dos trechos codificados incluiu as estatísticas descritivas básicas como média, desvio-padrão, percentis, valor mínimo e valor máximo para variáveis numéricas e número e proporção para variáveis categóricas (Conover, 1999).

A análise por inteligência artificial (IA) também foi aplicada sobre as entrevistas completas e sobre os trechos codificados, por meio do Processamento de Linguagem Natural (Joshi, 2017; Lantz, 2019; Ludermir, 2021; Berger & Packard, 2022). Trata-se de um campo dentro de *Machine Learning* dedicado a dados textuais (Jurafsky; Martin, 2023). Em outras palavras, busca-se aplicar a computação do aprendizado de máquina para processar textos



escritos em linguagem natural, de modo a extrair informações dos padrões. Foram aplicados os seguintes métodos de análise do conteúdo das entrevistas:

**(1) Agrupamento Hierárquico (Cluster)**, com objetivo de agrupar as palavras das entrevistas para determinação de temas principais presentes nos textos das entrevistas;

**(2) Análise de Similitude**, buscando identificar co-ocorrências e conexão entre as palavras, possibilitando identificar a estrutura de assuntos centrais;

**(3) Sumarização**, visando resumir cada entrevista, por meio da IA, em apenas uma frase, mediante as relevâncias das palavras e conexões entre elas; e

**(4) Análise de Sentimentos**, que atribui escores para as sete emoções (raiva, ansiedade, nojo, medo, alegria, tristeza, surpresa), escore para o nível de confiança, isto é, uma métrica para quantificar a convicção na fala do entrevistado, e escores para as cargas sentimentais negativa – sentimentos desagradáveis – e positiva – sentimentos agradáveis.

Também foram empreendidas duas frentes de mapeamentos participativos que se somaram para produzir o mapa final de danos.

A primeira frente se deu a partir das oficinas participativas de cartografia social insurgente do projeto Povos, que vêm sendo realizadas desde 2019 e que já mapeou 100 comunidades nos municípios de Ubatuba, Paraty e Angra dos Reis.

A segunda frente de mapeamento dos impactos se deu a partir de 5 oficinas formativas durante o 3º Encontro de Justiça Socioambiental de 2021 e 2022, realizado pelo Fórum de Comunidades Tradicionais - FCT, com o apoio do OTSS, do Ministério Público Federal - MPF e do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais e debater caminhos para transformação e solução de conflitos socioambientais.

E terceira frente do mapeamento coletivo aconteceu no 1º módulo do Curso Maré de Saberes da Rede de Formação Socioambiental do projeto REDES, nos municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela em setembro de 2022.

## • Principais resultados

Pela análise de todo material obtido ao longo do trabalho do GT Perdas e Danos, chegou-se a uma lista de possíveis novos Impactos e Classes de Impactos associados à



cadeia de petróleo e gás no território. Dessa lista, 25 novos impactos não previstos até então, com destaque para àqueles relacionados à saúde mental, tais como: aumento do sentimento de discriminação, aumento do sentimento de importunação social, aumento dos problemas psicossociais, transtornos e sofrimentos mentais, aumento dos problemas relacionados ao uso abusivo de substâncias psicoativas.

Tabela 13: Lista de possíveis novos Impactos e Classes de Impactos associados à cadeia do petróleo e gás no território.  
Fonte: OTSS, 2022.

Classe de Impacto	Impacto
Impactos Culturais	Alteração nos padrões de coesão social e estrutura familiar
	Aumento na tensão social e violência
	Desvalorização das culturas tradicionais
Impactos econômicos e sobre o bem-estar material	Aumento na dependência e vulnerabilidade econômica - perda de subsistência
	Aumento na pressão sobre os serviços da proteção e seguridade social
	Aumento no esforço na atividade pesqueira artesanal
	Diminuição da renda da pesca artesanal
Impactos institucionais, legais, políticos e igualdade	Diminuição na participação e no controle social em tomadas de decisão
	Perda de direitos legais
	Racismo ambiental
Impactos sobre a qualidade do meio ambiente habitado e o bem-viver	Aumento na criminalidade e violência nas comunidades
	Diminuição da qualidade ambiental e da paisagem dos territórios
	Diminuição segurança e aumento do risco
	Ruptura de práticas tradicionais
Impactos sobre a saúde e bem-estar	Aumento de doenças de veiculação hídrica
	Aumento do sentimento de discriminação
	Aumento do sentimento de importunação social
	Aumento dos problemas psicossociais, transtornos e sofrimentos mentais





	Aumento dos problemas relacionados ao uso abusivo de Substâncias Psicoativas
	Diminuição da autonomia dos povos tradicionais sobre o território
	Diminuição da qualidade da água continental
	Diminuição da qualidade da água do mar
	Diminuição do acesso ao território marinho e seus recursos
	Diminuição do acesso ao território terrestre e seus recursos
	Redução da qualidade da segurança alimentar e nutricional

Além dos 25 possíveis novos impactos, destacamos também a elaboração do mapa intitulado como “Danos socioambientais nos territórios tradicionais atingidos pelos grandes empreendimentos do Litoral Norte de São Paulo ao Sul do Rio de Janeiro”. Em que leva em consideração os diversos relatos, por parte dos comunitários, de incidentes ocasionados por contaminação de derivados de petróleo nos afluentes, rios e oceano. Essa contaminação ocasionou uma alta mortalidade e destruição da biota local, mudanças nas rotas e comportamento do pescado, impacto direto na fonte de renda das famílias, mudanças no assolho marinho, aumento de doenças oncológicas, dentre outros fatores. Ao todo foram levantadas 127 feições pontuais, 35 feições de linhas e 31 feições de polígonos, totalizando 193 feições relevantes para o trabalho.





simbólicas e espirituais. Este trabalho é desenvolvido a partir do protagonismo desses Povos e Comunidades Tradicionais na construção, desenho e implementação do processo de caracterização, por isso a máxima definida durante os anos de execução do projeto é: “Nós por nós mesmos”.

O processo de caracterização se constituiu a partir de metodologias participativas, utilizando como base referencial a Nova Cartografia Social. Através da perspectiva das “cartografias insurgentes”, procuramos realizar os mapeamentos a partir dos sujeitos autcartografantes, privilegiando o protagonismo coletivo dos PCTs. Nesse contexto o papel dos pesquisadores foi direcionado para criar possibilidades de construção de conhecimento de forma coletiva, a partir da autonomia dos interlocutores. Para tanto, foram utilizados referências conceituais e epistêmicos de áreas como geografia, sociologia e antropologia.

Todo o arranjo metodológico teve como objetivo principal promover a visibilidade das comunidades tradicionais no território, não apenas citando sua existência, mas qualificando esses grupos a partir de suas particularidades e modos de vida. Esse mapeamento foi realizado a partir das perspectivas de quem habita o território e não necessariamente condiz com as fronteiras e entendimentos e delimitações estabelecidas pelo Estado. Por isso, a caracterização se mostrou como um importante instrumento para o registro de identificação de práticas tradicionais, sobre o uso do território, sobre a existência identidades coletivas e sobre os conflitos que ameaçam tais comunidades.

Ao longo de cinco anos de projeto, a equipe percebeu que promover a visibilidade das comunidades é o primeiro passo de um processo de luta e reivindicação de direitos que é mais amplo e complexo. Para além de mapear e registrar os modos de vida, é preciso construir incidência política a partir da base de dados produzida, dando continuidade a caracterização dos territórios tradicionais a partir dos desdobramentos que vem se desenhando ao longo do processo.

Observamos que o processo de caracterização retrata os modos de vida contemporâneo das comunidades, a partir dos usos do passado e do acúmulo histórico de cada grupo. Ou seja, as configurações e organizações socioculturais de hoje são reflexo de experiências do passado, mas são também resultado de processos de criação e recriação culturais. É um retrato das interações sociais do presente.



A caracterização produz uma fotografia de um recorte temporal específico, sendo necessário lançarmos mão de outras ferramentas capazes de incorporar a dinamicidade e transformação da vida social das comunidades envolvidas. Nesse sentido a equipe do Projeto Povos localizou que é necessário que os estudos de caracterização passem por processos de revalidação a cada cinco anos, mantendo a atualidade das informações.

Para além da revalidação, observamos a necessidade de utilizar ferramentas e dispositivos que sejam capazes de acompanhar as dinâmicas do território. A implementação de uma plataforma digital oferece a possibilidade de aumentar de modo significativo o acesso, a capilarização e o impacto das informações e o seu legado a longo prazo. Também permitirá realizar a exposição final de toda a caracterização do Projeto Povos de modo dinâmico, múltiplo e continuamente atualizado, como deve ser o processo de caracterização e cartografia social insurgente dos territórios tradicionais.

A caracterização dos territórios tradicionais deve ir além de ser apenas um retrato do momento específico em que ela é realizada; assim como as metodologias, técnicas e métodos utilizados devem ser apropriados pelos comunitários autcartografantes, para que o tempo e o espaço, em sua dinâmica, sejam representados e atualizados sempre que necessário. Desta forma, a plataforma digital é mais eficaz ao permitir trazer as mudanças ocorridas ao longo do tempo, evitando um olhar meramente sincrônico (do tempo da pesquisa) e possibilitando a análise diacrônica das relações sociais.

Uma vez implementada a plataforma digital, será necessário a promoção de processos de formação em tecnologia da informação para que os sujeitos autcartografantes possam se apropriar das ferramentas digitais, possibilitando autonomia dos sujeitos autcartografantes nas etapas de alimentação e atualização das bases de dados.

Os materiais produzidos pelo Povos tiveram grande aceitação nos ambientes escolares da rede pública de ensino, fortalecendo os processos de mobilização para a implementação da educação diferenciada no território, uma das bandeiras de luta do FCT. O potencial pedagógico desses materiais aponta para a necessidade e demanda de processos formativos sobre cartografia social com profissionais da rede pública de ensino, inserindo o material da cartografia em processos pedagógicos na sala de aula, aproximando as crianças e adolescentes das histórias, memórias e processos de luta do território.



Outro desdobramento importante foi o levantamento preliminar das referências culturais locais a partir da confecção dos “painéis culturais”, utilizando das categoriais de patrimônio cultural utilizadas na política pública de promoção, preservação e salvaguarda de patrimônios culturais do governo federal. Foram levantadas informações sobre celebrações, formas de expressão, saberes e fazeres, lugares, edificações e práticas de cuidados das comunidades. Esses dados precisam de tempo para serem sistematizados, uma leitura atenta do conjunto dessas referências tem potencial de revelar a conexão entre práticas e saberes locais, mostrando a interconexão entre as práticas culturais tradicionais e suas relações com o meio ambiente, trazendo maior conteúdo e qualidade para a caracterização dos modos de vida tradicionais.

Nesse contexto, um estudo sobre a relação dessas comunidades com suas respectivas paisagens culturais mostra-se de extrema relevância, uma vez que qualquer impacto ambiental na região é também um impacto cultural no modo de vida dessas populações. A promoção da saúde coletiva dos povos e comunidades tradicionais passa necessariamente pelo direito de acesso aos recursos naturais e regularização fundiária, condição mínima para que sejam respeitados os modos de vida tradicionais e a cultura local. No âmbito dos processos de luta por promoção de justiça socioambiental o campo do patrimônio cultural consiste e representa uma temática importante que auxilia no processo de conferir legitimidade às práticas e modo de vida tradicional das comunidades, fazendo-se cumprir direitos constitucionais presentes nos artigos nº. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.

Diante da importância da temática do patrimônio cultural, enquanto um dispositivo capaz de auxiliar nos processos de garantia de direitos para os PCTs, a equipe Povos ressalta a necessidade de realizar estudos mais sistemáticos a partir dos levantamentos produzidos até o momento, aprofundando as temáticas já mapeadas, realizando novos levantamentos e promovendo formações sobre a temática de políticas públicas na área da cultura voltada à Povos e Comunidades Tradicionais.

O patrimônio se apresenta hoje como um importante dispositivo capaz de auxiliar as comunidades locais da Serra da Bocaina em reivindicações ao respeito ao seus modos de vida, seja através de manifestações de pedidos de registro de patrimônio imaterial com recortes específicos de particularidades de cada grupo - que podem ser requisitados pelas





próprias comunidades aos órgãos competentes- , como também a solicitação de que as práticas culturais e interações socio ambientais sejam incluídas nos planos de preservação dos bens culturais já protegidos oficialmente, perfeitamente cabíveis de acordo com as legislações e recomendações atuais no campo da preservação.

Durante os cinco anos de execução do projeto muito conhecimento foi produzido, partimos de um lugar de invisibilidade sobre os povos que habitam esse território, construímos ferramentas, argumentos, instrumentos que promovem a visibilidade, a partir da voz dos sujeitos locais. As comunidades deixaram de ser um ponto no mapa, para mostrar um universo de sociabilidades múltiplas, as quais organizam modos de vida. Porém, ao fim da primeira fase do PCTT, localizamos que ainda é preciso que esses materiais sejam apropriados pelas comunidades e utilizados enquanto ferramentas para a regularização e legitimação de seus territórios e seus modos de vida. Nesse processo é preciso ressaltar que cada comunidade tem seu tempo de acúmulo histórico, suas formas de organização política e social, suas formas de entendimento; assim como diferem as formas como organizam suas respectivas demandas no processo de reivindicação de direitos, portanto, as formas de apropriação dos materiais produzidos durante a caracterização, também são diversas. Algumas utilizam o material enquanto um instrumento de luta e outras ainda precisam compreender essa ferramenta para poder usá-la na conquista de direitos. Por isso indicamos a necessidade da elaboração dos “planos de incidência política”, para que as comunidades se apropriem do material que eles construíram e possam construir suas lutas e utilizar isso como ferramenta.

Diante dos desdobramentos descritos acima, apontamos caminhos capazes de promover a qualificação das ferramentas utilizadas na primeira fase do PCCT, o refinamento das metodologias, a necessidade de novas elaborações teóricas a partir de nossa base de dados, a continuidade dos processos formativos junto às comunidades já caracterizadas e, por fim, a necessidade de ampliação do escopo de atuação do projeto Povos, o qual apresenta grande potencial para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à garantia de direitos dos povos e comunidades tradicionais e a preservação de suas culturas, previstas na Convenção 169 da OIT e no Decreto 6040/2007.

## 12. EQUIPE TÉCNICA



NOME	FUNÇÃO	ATRIBUIÇÃO
EDMUNDO GALLO	Coordenador Geral	Coordenar e supervisionar todas as etapas do desenvolvimento do projeto. Responder perante a Petrobras pela qualidade técnica, conteúdo e gestão geral do projeto. Supervisionar junto com o Coordenador Geral todas as etapas do desenvolvimento do projeto, e realizar articulação com as representações e lideranças das comunidades e redes comunitárias envolvidas com o projeto.
VAGNER NASCIMENTO	Coordenador de Articulação Comunitária	Supervisionar junto com o Coordenador Geral todas as etapas do desenvolvimento do projeto, e realizar articulação com as representações e lideranças das comunidades e redes comunitárias envolvidas com o projeto.
FABIANA DE QUEIROZ MIRANDA	Coordenadora Pedagógica	Coordenar a construção da estratégia de abordagem comunitária e da metodologia para os diferentes eventos previstos no projeto. Coordenar o processo de identificação e análise das informações a serem coletadas em cada temática envolvida na



		<p>caracterização, bem como nos respectivos roteiros de coleta e organização dessas informações (secundárias e primárias). Apoiar a articulação com as comunidades, redes e parceiros envolvidos no projeto.</p>
<p>HELENA TAVARES                  GONÇALVES</p>	<p>Especialista em                  Processos Participativos</p>	<p>Contribuir com conhecimento especializado na construção e implementação da estratégia de abordagem comunitária e da metodologia para os diferentes eventos do projeto. Assim como coordenar o processo de formação da equipe e apoiar as oficinas de monitoramento do projeto, tendo em vista a gestão de conhecimentos voltada à sistematização e aprendizagem.</p>
<p>CRISTIANO DE BRITO                  LAFETÁ</p>	<p>Coordenador de Campo</p>	<p>Coordenar as atividades de equipe de campo (técnico de campo e agentes sociais), garantindo sua execução conforme planejado coletivamente, visando atingir os resultados previstos no projeto. Organizar a participação de outros profissionais da equipe do projeto nas atividades de campo da caracterização. Dialogar com as organizações e</p>
<p>RODRIGO PENNUTT DA                  CRUZ</p>	<p>Coordenador de Campo</p>	
<p>ANNA MARIA DE                  CASTRO ANDRADE</p>	<p>Coordenador de Campo</p>	



		representações das redes e comunidades envolvidas durante a mobilização e realização das atividades em campo. Organizar os relatos das atividades realizadas pela equipe de campo.	
MARCELA ALBINO CANANEA	Técnico de campo	Realizar as atividades de campo da caracterização – reuniões, oficinas, visitas, entrevistas, etc., apoiado pelos agentes sociais. Dialogar com as organizações e representações das redes e comunidades envolvidas durante a mobilização e realização das atividades em campo. Realizar os registros e relatos das atividades de campo para revisão do Coordenador de Campo.	
JULIO GARCIA KARAI XIJU	Técnico de campo		
ANA CAROLINA SANTANA BARBOSA	Técnico de campo		
IVANILDES PEREIRA DA SILVA	Técnico de campo		
LUIZ CLAUDIO BERNARDES	Técnico de campo		
ARIANE ROSA MARTINS	Agente Social (Fixo) - exp. 1		Facilitar o diálogo e entrada da equipe do projeto nas diferentes comunidades, fazendo a interlocução com representantes das redes, organizações e lideranças comunitárias.
LUISA VILAS BOAS CARDOSO	Agente Social (Fixo) - exp. 1		
FABIANA RAMOS	Agente Social (Fixo) - exp. 1		
JARDSON DOS SANTOS	Agente Social (Fixo) - exp. 1		
GABRIEL MARTINS NOGUEIRA	Agente Social (Fixo) - exp. 2		
PRISCILLA RICARDO AZEVEDO CAMPOS	Agente Social (Fixo) - exp. 2		
GUILHERME EULER BRAGA	Agente Social (Fixo) - exp. 2		
RAQUEL ALBINO DA CONCEIÇÃO	Agente Social (Fixo) - exp. 2	Facilitar o diálogo e entrada da equipe do projeto nas diferentes comunidades, fazendo a interlocução com representantes das redes, organizações e lideranças comunitárias. Apoiar e realizar as atividades de campo da caracterização	



		<p>– reuniões, oficinas, visitas, entrevistas, marcação de pontos, etc. Menos de 4 anos de experiência.</p>
<p><b>AGENTE SOCIAL (VOLANTE) (a ser incorporado segundo demanda e especificidade dos MT)</b></p>	<p><b>Agente Social (Volante)</b></p>	<p>Facilitar o diálogo e entrada da equipe do projeto na comunidade a ser trabalhada, fazendo a interlocução com representantes das organizações e lideranças comunitárias. Apoiar e realizar as atividades de campo da caracterização – reuniões, visitas, entrevistas, marcação de pontos, etc.</p>
<p><b>LEONARDO ESTEVES DE FREITAS</b></p>	<p><b>Profissional em Geoprocessamento (dedicação integral)</b></p>	<p>Formar equipe de campo para leitura e interpretação de mapas e coleta de pontos georreferenciados em campo. Acompanhar e orientar, junto com o Profissional de Tecnologia da Informação, o desenvolvimento dos serviços contratados para o desenvolvimento de sistema de base de dados geoespaciais (BDG). Manter a organização da base de dados espaciais. Levantamento de informações secundárias. Organizar as informações levantadas em campo. Realizar análises espaciais. Elaborar mapas. Coordenar a</p>





<p>JOAO CRISÓSTOMO                  HOLZMEISTER                  OSWALDO CRUZ</p>	<p>Profissional em Geoprocessamento (dedicação parcial)</p>	<p>equipe de geoprocessamento.                  Formar equipe de campo para leitura e interpretação de mapas, coleta de pontos georreferenciados em campo. Manter a organização da base de dados espaciais. Levantamento de informações secundárias. Organizar as informações levantadas em campo. Realizar análises espaciais. Elaborar mapas.</p>
<p>JANAINA CASSIANO                  DOS SANTOS</p>	<p>Profissional em Tecnologia da Informação</p>	<p>Elaborar Termo de Referência para contratação de serviços de desenvolvimento de sistema de base de dados geoespaciais (BDG) e acompanhar sua execução. Ser o interlocutor com a pessoa jurídica contratada durante todo o processo de construção do modelo conceitual para a organização da BDG, atendendo o disposto na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), de modo a promover o adequado ordenamento na geração, armazenamento, acesso, compartilhamento, disseminação e uso dos dados geoespaciais. Construir SIG Web para acesso e manipulação de</p>



<p>VINICIUS CARLOS CARVALHO</p>	<p>Coordenador de Comunicação Social</p>	<p>informações autorizadas por usuários externos.                  Coordenar o processo de construção e implementação do plano de comunicação social do projeto, garantindo a qualidade dos produtos, a adequação das marcas da proponente, ente financiador e parceiros do projeto, o cumprimento do cronograma de entrega dos produtos, bem como a pesquisa para adoção de inovações nas diferentes mídias. Buscar ampliar as parcerias das redes de comunicação do OTSS, como forma de promover maior alcance dos conteúdos em outros canais de comunicação. Coordenar a equipe de comunicação e a gestão das subcontratações. Fazer interlocução com os canais de comunicação da Petrobras. Organizar o conteúdo da formação da equipe de campo em instrumentos de registro.</p>
<p>LETICIA DE CASTILHO BARCELLOS DIAS</p>	<p>Jornalista</p>	<p>Atuar como assessor de comunicação, executando a gestão do trabalho de comunicação interna e externa do projeto. Realizar assessoria de imprensa para a divulgação das atividades e resultados do projeto</p>






		produtos do plano de comunicação. Apoiar a formação da equipe de campo sobre noções básicas de registro fotográfico.
KARYNA GARCIA SANTANA	Fotógrafo e produtor de vídeo (equipe2)	Realizar captação, edição e publicação de vídeos nos canais de comunicação do projeto. Realizar registros fotográficos para divulgação das atividades do projeto e ilustração das matérias, relatos, relatórios e demais produtos do plano de comunicação. Apoiar a formação da equipe de campo sobre noções básicas de registro fotográfico.
ANA MARIA CORREIA	Coordenador de Gestão e Governança	Atuar na interlocução institucional com os representantes da Fiotec sediados no Rio de Janeiro e com a Petrobras, para assuntos administrativos e financeiros. Contribuir na implementação de um sistema de gestão administrativo-financeiro do projeto, compatibilizado com os procedimentos adotados pela Fiotec e demais projetos executados pelo OTSS.
ANTONIELA DE VICENTE BORGES	Assessora de Gestão e Governança	Assessorar o coordenador de gestão e governança para atuação na interlocução



		institucional com os representantes da Fiotec sediados no Rio de Janeiro e com a Petrobras, para assuntos administrativos e financeiros. Contribuir na implementação de um sistema de gestão administrativo-financeiro do projeto, compatibilizado com os procedimentos adotados pela Fiotec e demais projetos executados pelo OTSS. Operacionalizar os processos de compras de insumos demandados pelo projeto.
ALINE DE OLIVEIRA SOUZA LIMÃO	Assistente Administrativo	Serviços administrativos de rotina – Celetistas
BÁRBARA ELIZA BRAGA GASPAR	Assistente Administrativo	
KARYNA GARCIA SANTANA	Assistente Administrativo	

### 13. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Profissional	Leonardo Esteves Freitas
Empresa	Fiotec
Registro no Conselho de Classe	29991-02
Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental	4151740
Responsável pela (s) Seção(s)	Leonardo Esteves de Freitas
Assinatura	





## 14. ANEXOS

Anexo I – Patrimônio Cultural

Anexo II - Caderno de Mapas Carapitanga, Juatinga, Norte de Ubatuba I

Anexo III - Caderno de Mapas Sul de Angra, Baía de Paraty, Centro de Ubatuba, Sul de Ubatuba

Anexo IV - Caderno de Mapas Norte de Paraty, Territórios Caiçaras do Sul de Paraty, Norte de Ubatuba II

Anexo V- Conjunto de Oficinas de Capacitação

Anexo VI – Conjunto das Oficinas de Monitoramento

Anexo VII – Conjunto de Partilhas Temáticas

Anexo VIII – Conjunto de Reuniões Municipais

Anexo IX – Conjunto de Reuniões de Planejamento e Pactuação

Anexo X – Conjunto de Vídeos Produzidos

Anexo XI – Conjunto de Eventos de Apresentação



